

REVISTA ORBIS LATINA

racionalidades, desenvolvimento & fronteiras

ISSN 2237 - 6976



VOLUME 6, NÚMERO 1
JANEIRO - DEZEMBRO
2016



Os artigos publicados na *Revista Orbis Latina* são de responsabilidade plena de seus autores. As opiniões e conclusões neles expressas não refletem necessariamente a interpretação do GIRA – Grupo de Pesquisa Interdisciplinar em Racionalidades, Desenvolvimento e Fronteiras e do Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas e Desenvolvimento (PPGPPD) da Universidade Federal da Integração Latino-Americana.

Conselho Editorial

Antonio Gonçalves de Oliveira (UTFPR)
Claudia Lucia Bisaggio Soares (UNILA)
Dirceu Basso (UNILA)
Exzolvildres Queiroz Neto (UNILA)
Gilcélia Aparecida Cordeiro (UNILA)
Gilson Batista de Oliveira, **Editor** (UNILA)
Janine Padilha Botton (UNILA)
Lucas Lautert Dezordi (UP/PR)
Luiz Alberto Esteves (UFPR)
Mauro Cardoso Simões (UNICAMP)
Regis Cunha Belém (UNILA)
Rodrigo Bloot (UNILA)

Edição e Capa

Gilson Batista de Oliveira

Revista Orbis Latina

web site: <https://revistas.unila.edu.br/index.php/orbis> e ou <https://sites.google.com/site/orbislatina/>

Volume 6, Número 1, Janeiro – Dezembro de 2016.

Foz do Iguaçu – Paraná – Brasil

Periodicidade Anual.

Interdisciplinar.

ISSN 2237-6976

1. Conteúdo interdisciplinar com ênfase em racionalidades, desenvolvimento e fronteiras.
 - I. Grupo de Pesquisa Interdisciplinar em Racionalidades, Desenvolvimento e Fronteiras – GIRA.
 - II. Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas e Desenvolvimento – PPGPPD/UNILA.
-

Endereço para correspondência:

Revista Orbis Latina – Editor Prof. Dr. Gilson Batista de Oliveira
Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas e Desenvolvimento (PPGPPD/UNILA)
Universidade Federal da Integração Latino-Americana (UNILA)
Avenida Tancredo Neves, nº 6731/Bloco 04, Espaço 03
CEP 85867-970 / PTI - Foz do Iguaçu/Paraná – Brasil
Tel.: +55(45)3529 2830/ *E-mail*: orbislatina@gmail.com ou gilson.oliveira@unila.edu.br

APRESENTAÇÃO

A partir desse número, a Revista Orbis Latina torna-se uma publicação associada ao Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas e Desenvolvimento (PPGPPD/UNILA). Todavia, os membros do Grupo de Pesquisa Interdisciplinar em Racionalidades, Desenvolvimento e Fronteiras (GIRA) continuam colaborando com o conselho editorial do periódico.

Nesse volume a Revista Orbis Latina traz nove artigos científicos e um artigo de iniciação científica, cujos temas tratam das temáticas principais da revista ou de aspectos relacionados a políticas públicas.

O primeiro artigo trata da participação feminina na política. Os autores discutem o papel do Estado como fomentador do empoderamento político feminino através de uma ótima revisão bibliográfica.

No próximo artigo, os pesquisadores trazem uma análise econométrica sobre a demanda de arroz importado do MERCOSUL pelo Brasil no período de 1997 a 2012. O artigo traz conclusões baseadas na Teoria das Vantagens Comparativas de David Ricardo respaldadas em estatísticas sobre o caso estudado.

O terceiro artigo estuda o impacto da crise financeira de 2008-2009 nas exportações do Paraná através do uso de um modelo gravitacional. Trata-se de um artigo de Economia Aplicada, com análise empírica dos impactos da crise de 2008 no Paraná.

Na sequência, o caso recente da Samarco é tratado no artigo “A lama, o *ethos* e uma mineradora entre as montanhas...”, que faz uma análise da retórica contida no discurso oficial da mineradora.

O quinto artigo traz uma análise sobre a ação da ANVISA na questão do acesso aos medicamentos. É um estudo que trata uma importante vertente das políticas de medicamentos e ou de assistência farmacêutica.

No sexto artigo os autores analisam a dinâmica econômica de Foz do Iguaçu. No trabalho foram calculados vários indicadores que apontam as atividades ligadas à Usina de Itaipu, ao setor de turismo e de educação como as mais dinâmicas do município.

O sétimo artigo, intitulado “Evolução da aquisição dos alimentos da Agricultura Familiar fornecidos aos escolares da rede pública municipal de Medianeira – PR no período de 2012 a 2015”, conclui que o município apresentou aumento na aquisição de alimentos e tem se empenhado no desenvolvimento da agricultura familiar.

O oitavo artigo traz um estudo sobre democracia e relações exteriores. No texto os autores fazem uma verificação empírica do controle democrático exercido pelo legislativo brasileiro no que tange às relações exteriores do país.

No nono artigo, as autoras Ariana Cericatto da Silva, Elaine Carvalho de Lima e Érica Priscilla Carvalho de Lima fazem uma análise do emprego formal no setor industrial paranaense no período de 2001-2011.

Por fim, esse número da Revista Orbis Latina, traz um artigo de Iniciação Científica de Andréia Rafaela Martins Silva Andrade intitulado “Estratégias de Desenvolvimento aos Países Emergentes: algumas perspectivas a partir da década de 1980” e, no espaço cultural, a poesia “La Frontera” de Lisete Barbosa.

Aproveite a leitura!

Prof. Dr. Gilson Batista de Oliveira (**Editor**)

SUMÁRIO

ARTIGOS CIENTÍFICOS

ESTADO COMO FOMENTADOR PARA O EMPODERAMENTO POLÍTICO FEMININO <i>Glauce Cazassa de Arruda Makoski e Sandra Mara Maciel-Lima</i>	04
ANÁLISE ECONOMETRICA DA DEMANDA DE ARROZ IMPORTADO DO MERCOSUL ENTRE 1997 A 2012 <i>Vinicius Misael Alves de Lima, Afonso Kimura Kodama, Felipe Polzin Druciaki e Carlos Alberto Piacenti</i>	24
O IMPACTO DA CRISE FINANCEIRA DE 2008-2009 SOBRE AS EXPORTAÇÕES PARANAENSES: UMA APLICAÇÃO DO MODELO GRAVITACIONAL <i>Geisiane Michelle Zanquetta de Pintor, Mirian Beatriz Schneider e Paulo Costacurta de Sá Porto</i>	37
A LAMA, O ETHOS E UMA MINERADORA ENTRE AS MONTANHAS: ANÁLISE RETÓRICA DO "COMUNICADO À SOCIEDADE" DO DIRETOR-PRESIDENTE DA SAMARCO MINERAÇÃO, APÓS UM DOS MAIORES DESASTRES AMBIENTAIS BRASILEIROS <i>Mayara Eleutério e Renann Ferreira</i>	55
A ATUAÇÃO DA ANVISA NA QUESTÃO DO ACESSO POPULACIONAL AOS MEDICAMENTOS <i>Jefferson Holliver Motta e Sandra Mara Maciel-Lima</i>	63
A DINÂMICA ECONÔMICA DO MUNICÍPIO DE FOZ DO IGUAÇU DE 2002 ATÉ 2012 <i>Eduardo de Pintor, Afonso Kimura Kodama, Cristian Jair Paredes Aguilár e Moacir Piffer</i>	71
EVOLUÇÃO DA AQUISIÇÃO DOS ALIMENTOS DA AGRICULTURA FAMILIAR FORNECIDOS AOS ESCOLARES DA REDE PÚBLICA MUNICIPAL DE MEDIANEIRA – PR NO PERÍODO DE 2012 A 2015 <i>Estela Holz e Exzolvildres Queiroz Neto</i>	89
DEMOCRACIA E RELAÇÕES EXTERIORES: UMA VERIFICAÇÃO EMPÍRICA DO CONTROLE DEMOCRÁTICO EXERCIDO PELO LEGISLATIVO <i>José Alberto Antunes de Miranda e Thaís de Castro Bandeira</i>	103
ANÁLISE DO EMPREGO FORMAL NO SETOR INDUSTRIAL DO PARANÁ, 2001 E 2011 <i>Ariana Cericatto da Silva, Elaine Carvalho de Lima e Érica Priscilla Carvalho de Lima</i>	115
INICIAÇÃO CIENTÍFICA ESTRATÉGIAS DE DESENVOLVIMENTO AOS PAÍSES EMERGENTES: ALGUMAS PERSPECTIVAS A PARTIR DA DÉCADA DE 1980 <i>Andréia Rafaela Martins Silva Andrade</i>	128
ESPAÇO CULTURAL POESIA: “La Frontera” <i>Lisete Barbosa</i>	139
ORIENTAÇÃO AOS COLABORADORES E NORMAS PARA PUBLICAÇÃO	140



ESTADO COMO FOMENTADOR PARA O EMPODERAMENTO POLÍTICO FEMININO

STATE AS POLITICAL EMPOWERMENT FOR DEVELOPER FEMALE

Glauce Cazassa de Arruda Makoski*
Sandra Mara Maciel-Lima**

RESUMO

O presente trabalho enfrenta o problema da escassa participação feminina na política, vez que historicamente são excluídas dos pleitos eleitorais. Assim, o artigo 10, §3º, da Lei 9.504/97 estabelece regra de cota eleitoral de gênero. Tal dispositivo foi alterado pela reforma eleitoral de 2009 (Lei 12.034/09). Cuida-se então de uma providência estatal para inclusão por meio de políticas públicas de minoria que não encontra representatividade nas casas legiferantes. Isso numa tentativa de corrigir a distorção provocada historicamente na democracia representativa. Mas pela pesquisa bibliográfica utilizada evidenciou-se que até o presente momento referido dispositivo não logrou êxito, porquanto urge a modificação de outros pontos do sistema eleitoral brasileiro, bem como o fomento estatal para o empoderamento feminino, não somente no que tange o direito de votar e ser votada, mas nas demais liberdades inerentes ao seu desenvolvimento econômico e social, sem os quais se distancia da promoção dignidade da pessoa humana.

Palavras-chave: Cotas; Democracia; Eleições; Empoderamento; Mulher.

ABSTRACT

This study faces the problem of female participation in politics, since historically they are excluded of elections. The Article 10, paragraph 3, of Law 9,504 / 97 establishes electoral gender quota rule. This device has been changed with the electoral reform of 2009 (Law 12,034 / 09). Takes care here the state that provides for inclusion minority that has no representation in homes to legislate, in an attempt to correct the distortion caused historically in representative democracy. But the literature used showed that until now this device was not successful, because it is urgent to change other parts of the Brazilian electoral system, and the promotion to empower women, not only in terms the right to vote and be voted on, but in the other freedoms inherent in their economic and social development, without which moves away from the promotion of human dignity.

Key words: Quotas; Democracy; Elections; Empowerment; Women.

* Bacharel em Direito e Mestranda em Direito Empresarial e Cidadania no Programa de Mestrado do Centro Universitário Curitiba – UNICURITIBA. E-mail: glaucearrud@hotmail.com

** Doutora em Sociologia Pela UFPR. Professora do Programa de Mestrado em Direito do do Centro Universitário Curitiba – UNICURITIBA. E-mail: maciellima.sandra@gmail.com



INTRODUÇÃO

Do século XVIII ao século XX, o mundo atravessou duas grandes revoluções – da liberdade e da igualdade – seguidas de mais duas, que se desenrolaram debaixo de nossas vistas e que estalaram durante as últimas décadas, a saber: uma é a revolução da fraternidade e a outra é a revolução do Estado social em sua fase mais recente de concretização constitucional, tanto da liberdade como da igualdade.

As duas primeiras tiveram como palco o chamado Primeiro Mundo, a terceira e a quarta têm por cenário mais vasto, para definir a importância e a profundidade de seus efeitos libertários, aquelas faixas continentais onde moram os povos em desenvolvimento.

Disso decorre o sofrimento que acometem milhões de pessoas, vítimas da violência social e das opressões do neocolonialismo capitalista bem como, da corrupção dos poderes públicos.

Cada revolução daquelas intentou tornar efetiva uma forma de Estado, até alçar o Estado social dos direitos fundamentais, capacitado da juridicidade e da concreção dos preceitos e regras que garantem estes direitos.

Primeiro promulgou as Constituições do chamado Estado de Direito e, ao mesmo passo, com a Revolução da Burguesia, decretou os códigos da Sociedade civil. Outro não foi, portanto, o Estado de separação de poderes e das Declarações de Direitos, que entrou para a história sob a denominação de Estado Liberal.

Por aqui, refere Jessé Souza (2009, p.107), o fato de que a revolução burguesa entre nós tenha sido “encapuçada” ou “passiva”, citando Werneck Vianna, consequências importantes, como a preeminência das formas econômicas sobre as formas culturais e políticas que tanto marca a singularidade da sociedade brasileira até hoje.

Também por que a modernidade entre nós é construída de “fora para dentro”, como prefere Jessé Souza (2009, p. 106), das instituições fundamentais do Estado centralizado e do mercado competitivo.

Nesse sentido, o desafio da nossa geração consiste segundo o Prof. Arnaldo Wald (2011), basicamente, em conciliar a democracia política com as aspirações sociais, a concentração econômica e o desenvolvimento tecnológico.

Trata-se de transformar o dirigismo num planejamento dialogado que deve decorrer dos entendimentos entre a iniciativa privada e a Administração Pública, consagrando-se, assim, a democracia tanto no plano econômico como no político e garantindo-se os direitos individuais e sociais, que constituem a condição indispensável do desenvolvimento de qualquer sociedade.

Não obstante, é desnecessário afirmar que um dos princípios fundamentais da democracia – a igualdade política – não vem sendo aplicado no arranjo político brasileiro, quando se refere ao grau de participação feminina.

Os avanços do movimento feminista no Brasil, principalmente a partir da década de 1970, contribuíram para afirmar a presença das mulheres na esfera pública, afirmando seu protagonismo político e denunciando as desigualdades e violências vividas por elas.

Contudo, foi no final dos anos noventa a aprovação da lei n.º 9.504 que contém dispositivo de cotas por gênero nas candidaturas para as eleições proporcionais de todo o país.

Disto resulta o presente estudo que pretende-se demonstrar que até o presente momento o referido dispositivo não logrou êxito face à constatação da situação inferior da



mulher na política brasileira e a um questionamento pessoal a respeito das origens e das causas da escassa participação feminina nas instâncias institucionais de poder.

Para tanto, pauta-se a pesquisa em material bibliográfico centrada nos aspectos teórico e histórico, embasada em artigos científicos, teses e livros que envolvem a temática do trabalho, os quais podem ser encontrados no Centro de Documentação e Informação da Câmara dos Deputados, na Biblioteca do Senado Federal, na Biblioteca do Tribunal Superior Eleitoral, bem como em sítios eletrônicos de revistas científicas.

A contribuição deste trabalho circunda a participação da mulher no legislativo brasileiro, tanto por trazer à tona antigas questões, quanto por focar a questão do sistema eleitoral como coadjuvante para a eficácia da política de cotas.

A relevância do tema cuida da ideia de que a exclusão desse grupo e em especial (mas quaisquer que sejam) das instâncias decisórias não reflete democracia.

Assim, entende-se que o dispositivo legal em questão enquanto não efetivado em sua concretude afeta o fortalecimento do papel do cidadão, em especial, das mulheres, no processo eleitoral, bem como a competição equilibrada entre os candidatos e a escolha de uma elite política governante que tenha compromisso com o interesse público.

1 LIBERDADE, IGUALDADE E INTERESSE GERAL EM CHAÏM PERELMAN

Para Chaïm Perelmann (2005) a ideia de que os homens são livres e iguais em direitos, que constituem o único fundamento da ordem política, em virtude de um contrato social, se desenvolve a partir de meados do século XVII, nutre o pensamento do Século das Luzes e culmina nas proclamações e nas declarações americanas e francesas do século XVIII, que caracterizam a ideologia individualista e burguesa dos direitos do homem e do cidadão.

O autor aponta para o art. 1º da Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão de 1789 que proclama: “Os homens nascem e permanecem livres e iguais em direito. As distinções sociais só podem ser fundamentadas na utilidade comum” A liberdade é considerada um direito imprescritível e natural do homem, enquanto a igualdade é apenas a dos cidadãos perante a lei.

Segundo o art. 6º da mesma Declaração, a lei será a mesma para todos, quer ela proteja, quer puna. “Todos os cidadãos, sendo iguais a seus olhos, são igualmente admissíveis a todas dignidades, colocações em empregos públicos, segundo sua capacidade e sem outra distinção além daquela de suas virtudes e de seus talentos”

No século XIX, a igualdade dos direitos era garantida aos proprietários. O direito de propriedade era, aliás, considerado um direito natural, prolongamento da liberdade individual e fundamento, segundo Locke, da ordem social.

O direito liberal se caracteriza pelo lugar predominante concedido ao princípio da autonomia da vontade, fundamento de todas as convenções de direito privado, que deveria conceder a todos uma igual proteção da lei.

Ocorre que deram-se conta de que a liberdade igual, pressuposta pela autonomia da vontade, não passava de uma ficção, visto que quando as relações são econômica e socialmente desiguais a liberdade conduz à opressão do mais fraco.

Daí porque buscar-se-á protegê-lo com lei imperativas, que limitam o campo de liberdade contratual como, por exemplo, acontece no direito do trabalho.

Por conseguinte, surge uma legislação social cada vez mais complexa, a qual passou a ser elaborada em todos os países desenvolvidos com o intuito de evitar o abuso do poder econômico.



É visando ao interesse geral que medidas legislativas e administrativas virão substituir a igualdade formal, que é a igualdade de tratamento, concedendo facilidades ou privilégios aos que se encontram, de um ou de outro ponto de vista, numa situação inferior, e isto com o intuito de contribuir para igualar as condições.

Assim é que, nas mais diversas áreas, à liberdade e à igualdade jurídicas e formais serão opostas com uma frequência cada vez maior a liberdade e a igualdade reais, o que necessitará de medidas que limitem a exploração do mais fraco pelo mais forte, mercê de privilégios que concedam, em nome do interesse geral, um tratamento favorecido para aqueles que foram maltratados pela história.

2 O DESENVOLVIMENTO COMO LIBERDADE

No pensamento de Amartya Sen (2010) o desenvolvimento é concebido como um processo de expansão das liberdades reais de que as pessoas gozam. O alargamento da liberdade é simultaneamente o fim primeiro e o principal meio de desenvolvimento, respectivamente, “papel constitutivo” e “papel instrumental” da liberdade no desenvolvimento.

Para o autor, o papel constitutivo respeita a importância das liberdades concretas para o enriquecimento da vida humana, as quais sejam: potencialidades elementares, como evitar a fome, a subnutrição, as doenças evitáveis, a mortalidade precoce, ao passo que as liberdades associativas são acesso à participação política, liberdade de expressão.

O papel instrumental da liberdade diz respeito ao modo como os diferentes tipos de direitos, oportunidades e habilitações contribuem para o alargamento da liberdade humana em geral, promovendo, assim, o desenvolvimento, a saber: liberdades políticas; dispositivos econômicos; oportunidades sociais; garantias de transparência e previdência social.

In casu, as liberdades políticas referem-se às possibilidades que as pessoas têm de decidir quem e segundo que princípios deverá governar, e inclui a possibilidade de vigiar e criticar as autoridades, de gozar de liberdade de expressão política e de uma imprensa sem censura prévia, de escolher entre diferentes partidos políticos, etc.

No caso das mulheres a intervenção delas não pode ignorar a urgência em corrigir muitas desigualdades que minam o seu bem-estar; de igual modo que a tentativa concreta de acrescer o bem-estar feminino não pode deixar de levar à intervenção das próprias mulheres nessa mudança.

As fontes de emancipação feminina são o próprio rendimento, o trabalho fora de casa, os seus direitos e sua participação instruída nas decisões familiares, este último bem narrado na obra de Ana Paula Pellegrinello (2014), estendendo seus reflexos sobre as influências e princípios organizativos que comandam a distribuição de bens no seio da família e na sociedade como um todo.

Parafraseando Daniel Ferreira (2012, p.111), tem-se que há um direito fundamental de cada um de nós ao desenvolvimento e de todos nós ao desenvolvimento de todos, portanto que se expressa individualmente, por primeiro, perpassa pela realização familiar, constrói-se na comunidade e toma a dimensão de nação.

3 A CONDIÇÃO FEMININA NO BRASIL

Para Pellegrinello (2014) a história das mulheres não é exclusiva delas; é, também, a história de suas famílias e de seus próprios corpos.



Sob a perspectiva de Souza (2009), pensadas enquanto um grupo social específico, as mulheres carregam uma longa história de exclusões, privações, discriminações, opressões, ainda que não experimentadas da mesma forma, ao longo do tempo e nos diversos cantos do mundo.

No Brasil, as mulheres vivenciam situações de violência de desvalorização do trabalho e do emprego doméstico, de mortalidade materna, de exclusão dos espaços de poder e de decisão política, entre outras situações.

Isto porque historicamente a mulher sofre(ia), então, os efeitos de uma sociedade marcada pela exclusão e por uma ordem constitucional e infraconstitucional injusta e discriminatória.

Com a promulgação da Constituição de 1891, a mulher não mereceu referência expressa, não tinha direito a voto nem a ser votada, ficando alheia ao exercício do poder e da construção do próprio direito.

O Código Civil de 1916, que sucedeu as ordenações Filipinas, manteve praticamente inalterado o entendimento da mulher como sujeito de direitos de segunda classe.

Em 1932, por ato infraconstitucional, instala-se uma nova era para as mulheres – a da democracia – por meio do Código Eleitoral, instituído pelo Decreto 21.076 (BRASIL, 1932), que restou incorporado, na passagem pela Constituição em 1934.

A Constituição de 1934 tratou da inserção da mulher no mercado de trabalho, da necessária igualdade salarial entre homens e mulheres, além de assuntos como maternidade e infância.

Neste ponto, como bem ressaltado por Pellegrinello, o voto como manifestação de cidadania, foi possibilitado à mulher por conta das manifestações sociais da época e não como tentativa do Estado de buscar mecanismos para a persecução da igualdade material. E a reforma de 1937 não trouxe retrocessos constitucionais em relação à situação da mulher, como formalmente considerada em 1934 (PELLEGRINELLO, 2014).

Na Constituição de 1967 buscou-se a promoção da igualdade substancial por meio da diferenciação jurídica e pretendeu a equiparação da mulher sem quaisquer discriminações.

Em 1984 por meio do Decreto 89.460 (BRASIL, 1984) se internalizou a Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher, aprovada pela Assembleia Geral das Nações Unidas através da Resolução 34/180 de 18.12.1979 e promulgada pelo Decreto nº 4.377/2002 (BRASIL, 2002), dispõe, em seu preâmbulo, que

a participação máxima da mulher, em igualdade de condições com o homem, em todos os campos, é indispensável para o desenvolvimento pleno e completo de um país, para o bem-estar do mundo e para a causa da paz.

Diz em seu *Art. 1º*

Para fins da presente Convenção, a expressão “discriminação contra a mulher” significará toda a distinção, exclusão ou restrição baseada no sexo e que tenha por objeto ou resultado prejudicar ou anular o reconhecimento, gozo ou exercício pela mulher, independentemente de seu estado civil, com base na igualdade do homem e da mulher, dos direitos humanos e liberdades fundamentais nos campos político, econômico, social, cultural e civil ou qualquer outro campo.

Adiante, que



[...] determina aos Estados Partes que tomem todas as medidas apropriadas para eliminar a discriminação contra a mulher na vida política e pública do país, garantindo, em particular, em igualdade de condições com os homens, o direito a ser elegível para todos os órgãos cujos membros sejam objeto de eleições públicas (artigo 7º, itens “a” e “b”).

Com a Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 (BRASIL, 1988), que erigiu o princípio da dignidade da pessoa humana, insculpido no inciso III do artigo 1º, à condição de cláusula geral de tutela da pessoa humana, o constituinte originário deu mais um passo ao consignar no inciso I do artigo 5º, que “homens e mulheres são iguais em direitos e obrigações, nos termos desta Constituição”

Nesse sentido, pode-se dizer que a um só tempo e pela Carta Maior (BRASIL, 1988), tanto a igualdade jurídica como o reconhecimento da desigualdade material, não haveria mais como ser afrontados.

Mas essa não é a realidade das mulheres, especialmente no que tange à inclusão desse setor historicamente marginalizado das instâncias de representação na efetiva participação política, comprometendo a democracia representativa brasileira e, conseqüentemente, colocando em xeque a legitimidade da democracia, que fica limitada em suas possibilidades e horizontes, haja vista que a democracia pressupõe o acolhimento das diferenças e o não privilégio ou discriminação por quaisquer circunstâncias e condições.

4 O PAPEL DO ESTADO PARA EMANCIPAÇÃO FEMININA

Do esboçado até aqui percebe-se que as mulheres não foram consideradas iguais aos homens ao longo da história. Mas o direito caminhou. E, assim, a mulher deixou de ser coisa e passou a se aproximar do homem enquanto “ser social”, porquanto o direito passou a aproximá-los enquanto sujeito de direito, assumindo a formal igualdade entre gêneros.

Contudo, isso não se mostrou bastante em si para alterar a realidade dos fatos e a mulher continuou marginal. Daí por que o direito infraconstitucional, por sua vez foi reforçado, dado a morosidade na transformação cultural “dos gêneros” no Brasil que impedem às mulheres de obterem, *in concreto*, a real igualdade de oportunidades para atingimento do seu desenvolvimento pessoal como pleno. (PELLEGRINELLO, 2014, p.67)

Para tanto, parafraseando Pellegrinello, o Estado também deve cumprir seu papel não apenas legislando de modo a (tentar) coibir discriminações contra a mulher, sob ameaças de sanção, mas igualmente promovendo a conscientização e maximizando a igualdade entre os gêneros por meio de políticas públicas de ações afirmativas, e por especial consideração de que ela (a igualdade) constitui direito fundamental.

De outra banda, continua a autora, o Estado deve garantir à mulher os meios necessários à sua realização como cidadã, permitindo-lhe participar ativamente das escolhas e da condução do Brasil ao futuro.

Por fim, assegura que a discriminação afirmativa do gênero feminino constitui-se em uma política pública ainda reclamada na atualidade e que, num futuro próximo, poderá até mesmo se mostrar inconstitucional, por violação do princípio da isonomia, porém apenas quando mulheres e homens forem realmente iguais no Brasil.

5 A POLITICA DE COTAS NO BRASIL, O SISTEMA ELEITORAL E A SUB-REPRESENTAÇÃO FEMININA

Entende-se aqui o conceito de Paulo Thadeu Gomes da Silva para inclusão como um processo inacabado, o qual implica a necessidade de os sistemas político e jurídico sempre terem de incluir as pessoas, conferindo ou implementando, com relação a elas, direitos políticos, decorrente do fato singular de que a sociedade produz desigualdades, sejam históricas ou naturais.

Esse desequilíbrio desta raízes em (ARAÚJO, p.116):

- Fatores históricos, relacionados com a exclusão das mulheres da condição de cidadãs e, por consequência, do direito a ingressar nas instituições por onde se organizava a representação política;
- Fatores culturais, relacionados com os valores, as percepções e o lugar da religião; tudo isto teria impactado, também, sobre a cultura política do país, se mais, ou menos, igualitária;
- Aspectos relacionados com o nível de desenvolvimento socioeconômico também importam, embora não possam ser considerados isoladamente;
- Tipo de sistema político, que inclui sistema de representação, o sistema partidário e o sistema eleitoral.

Desses modos de produção de desigualdades na sociedade, é que urge a inclusão eleitoral, que obriga os sistemas político e jurídico a dispensar tratamento às pessoas pertencentes aos grupos sociais que estão sujeitos à discriminação. (SILVA, p.50)

Para Silva a inclusão eleitoral deva ser promovida pelo sistema político, é de se notar que guarda íntima relação com a ideia de representação política, artifício criado para que o povo ao menos se observe representado e por isso mesmo exercente do poder advindo da soberania popular.

Dito isto, adentra-se à discriminação afirmativa do gênero feminino por meio de cotas para a competição legislativa.

Esta constitui-se, para Clara Araújo (2006), em uma política pública ainda reclamada na atualidade para promover de modo assertivo a inclusão desse setor historicamente marginalizado, como já demonstrado anteriormente.

Para referida autora, são três os antecedentes que propiciaram o surgimento das políticas de cotas: 1) a escassa presença feminina nas esferas de representação política quer seja no Executivo, quer seja no Legislativo; 2) em decorrência do primeiro apontamento tem-se o problema da legitimação da democracia e o 3) a experiência dos países escandinavos com ações afirmativas iniciadas na década de 1980 (ARAÚJO, 2006, p.111).

No âmbito da institucionalização são dois os apontamentos, a saber: pode ocorrer como medida constitucional, definida em legislação constitucional, como é o caso da França, ou através de legislação eleitoral, que é o caso do Brasil.

A autora identifica três tipos de cotas. São elas: 1) lista eleitoral à parte composta só por mulheres, e cujos assentos serão distribuídos de acordo com a votação que cada partido obtém em relação a essa lista, a exemplo do Nepal; 2) reserva de vagas em listas para a competição eleitoral, é o caso do Brasil; 3) cotas adotadas de modo voluntário por partidos políticos, sem legislação (ARAÚJO, 2006, p.112).



No Brasil, a primeira lei de cotas aprovada foi a Lei N.º 9.100, de 29 de setembro de 1995 (BRASIL, 1995), aplicável para o ano de 1996, determinando que o mínimo de 20% das candidaturas dos partidos aos cargos legislativos fosse reservado para mulheres.

Artigo 11. Cada partido ou coligação poderá registrar candidatos para a Câmara Municipal até cento e vinte por cento do número de lugares a preencher.

§ 1º Os partidos ou coligações poderão acrescer, ao total estabelecido no caput, candidatos em proporção que corresponda ao número de seus Deputados Federais, na forma seguinte:

I - de zero a vinte Deputados, mais vinte por cento dos lugares a preencher;

II - de vinte e um a quarenta Deputados, mais quarenta por cento;

III - de quarenta e um a sessenta Deputados, mais sessenta por cento;

IV - de sessenta e um a oitenta Deputados, mais oitenta por cento;

V - acima de oitenta Deputados, mais cem por cento.

§ 2º Para os efeitos do parágrafo anterior, tratando-se de coligação, serão somados os Deputados Federais dos partidos que a integram; se desta soma não resultar mudança de faixa, será garantido à coligação o acréscimo de dez por cento dos lugares a preencher.

§ 3º Vinte por cento, no mínimo, das vagas de cada partido ou coligação deverão ser preenchidas por candidaturas de mulheres.

§ 4º Em todos os cálculos, será sempre desprezada a fração, se inferior a meio, e igualada a um, se igual ou superior.

Em 1997, a Lei 9.054, de 30 de setembro de 1997 (BRASIL, 1997), com caráter mais amplo definiu que todas as eleições deveriam reservar um mínimo de 30% de vagas das listas para cada um dos sexos. A mesma lei definiu ainda, a ampliação do número de vagas nas listas, que passou de 120% das cadeiras em disputas, aprovado em 1995, para 150%.

Artigo 10. Do Registro de Candidatos – “Cada partido poderá registrar candidatos para a Câmara dos Deputados, Câmara Legislativa, Assembleias Legislativas e Câmaras Municipais, até cento e cinquenta por cento do número de lugares a preencher.

§ 1º No caso de coligação para as eleições proporcionais, independentemente do número de partidos que a integrarem, poderão ser registrados candidatos até o dobro do número de lugares a preencher.

§ 2º Nas unidades da Federação em que o número de lugares a preencher para a Câmara dos Deputados não exceder de vinte, cada partido poderá registrar candidatos a Deputado Federal e a Deputado Estadual ou Distrital até o dobro das respectivas vagas; havendo coligação, estes números poderão ser acrescidos de até mais cinquenta por cento.

§ 3º, Do Registro de Candidatos – “Do número de vagas resultante das regras previstas neste artigo, cada partido ou coligação deverá reservar no mínimo trinta por cento e o máximo de setenta por cento para candidaturas de cada sexo”.

Artigo 80. Das Disposições Transitórias – “Nas eleições a serem realizadas no ano de 1998, cada partido ou coligação deverá reservar, para candidatos de cada sexo, no mínimo vinte e cinco por cento e, no máximo, setenta e cinco por cento do número de candidaturas que puder registrar.

Do confronto da leitura dos dispositivos acima elencados, de acordo com Luis Felipe Miguel (2000) poucas vezes tiveram a coragem de se levantar contra o objetivo que o dispositivo de cotas pretendia alcançar, a maior equidade entre homens e mulheres na representação política.



Assim, de acordo com Eneida Valarini Martins (2007) o aumento permitido pela lei foi suficiente para que os partidos rearranjassem todos os candidatos homens na reserva dos setenta por cento que a cota estabelece. Portanto, as mulheres tiveram que concorrer com todo o contingente masculino anterior.

Disso percebe-se o papel desempenhado pelos sistemas eleitorais, como veremos no tópico a seguir, que nesse âmbito pode ser considerado maior do que a atenção que a eles é prestada, parafraseando Luis Virgílio Afonso da Silva (1999).

5.1 O Sistema Eleitoral Brasileiro.

De acordo com o glossário eleitoral do Tribunal Superior Eleitoral (disponível no sítio do TSE) a expressão “sistema eleitoral” designa o modo, os instrumentos e os mecanismos empregados nos países de organização política democrática para constituir seus poderes Executivo e Legislativo.

A base de um sistema eleitoral são as circunscrições eleitorais – que compreendem todo o país, estado ou província, um município ou um distrito.

Walber de Moura Agra (2011) ensina que, na realidade brasileira, o sistema eleitoral começa com o alistamento, passa pelo registro de candidatos, regulamenta o pleito eleitoral e se estende até a diplomação.

Preleciona Paulo Hamilton Siqueira Junior (2011) que o sistema eleitoral pode ser dividido, no sentido lato do termo, em majoritário e proporcional.

O sistema majoritário, conforme o glossário eleitoral é aquele no qual se considera eleito o candidato que receber na respectiva circunscrição – país, estado, município –, a maioria absoluta ou relativa, conforme o caso, dos votos válidos (descontados os nulos e os em branco).

No Brasil, exige-se a maioria absoluta dos votos para a eleição do presidente da República, dos governadores dos estados e do Distrito Federal e dos prefeitos dos municípios com mais de 200.000 eleitores. Caso nenhum candidato alcance a maioria absoluta dos votos na primeira votação, realiza-se um segundo turno entre os dois mais votados no primeiro (GOMES, 2011).

Para a eleição dos senadores da República e dos prefeitos dos municípios com menos de 200.000 eleitores exige-se apenas a maioria relativa dos votos, não havendo possibilidade de segundo turno.

O sistema proporcional, notícia o glossário em questão, é utilizado para a composição do Poder Legislativo, com exceção do Senado Federal. Assim, as vagas nas Câmaras de Vereadores, Assembleias legislativas dos estados, Câmara Legislativa do Distrito Federal e na câmara dos deputados serão distribuídas em proporção aos votos obtidos pelos partidos ou coligações partidárias.

A partir dos votos apurados para determinada legenda, as vagas nas casas legislativas serão preenchidas pelos candidatos mais votados da lista do partido ou coligação, até o limite das vagas obtidas, segundo o cálculo do quociente partidário e distribuição das sobras.

O sistema eleitoral brasileiro tem como base as listas abertas. Esse modelo de voto proporcional em lista aberta, de acordo com Agra (2011), permite que os partido escolham os nomes dos candidatos e o eleitor tem maior poder de decisão e maior liberdade de votar, porque poderá votar tanto diretamente no seu candidato específico quanto na legenda do partido propriamente dita.



Nesse modelo, o eleitorado assume maior poder discricionário de escolha, já que a ordem dos candidatos é determinada pelos próprios eleitores e não pelo partido, ou seja, os candidatos que receberem mais votos “individualmente” serão os primeiros da lista de cada partido e terão mais possibilidade de serem eleitos. Os votos recebidos por todos os candidatos das listas serão somados para definição dos quocientes exigidos.

In casu, o sistema eleitoral é o cerne do problema para explicar o baixo número de mulheres eleitas por aqui, tendo em vista que o sistema eleitoral de representação proporcional promove a política das mulheres e de grupos minoritários, na medida em que ele incentiva uma maior seleção de candidatos de membros destes setores (MATLAND, 1998; NORRIS e LOVENDUSKI, 1995; RULE, 1994).

Outro ponto é o tipo de lista adotado que é um elemento particularmente importante em países onde cotas de gênero são adotadas, como é o caso do Brasil. (SACCHET, 2012, p.177).

Além disso, soma-se a característica individualizada da campanha eleitoral que aumenta os custos da eleição, prejudicando principalmente o sexo feminino.

Sobre esse ponto, a autora, revela em seu trabalho que as mulheres recebem menos recursos do que seus colegas, qualquer que seja a situação, sendo que a diferença permanece na medida em que os valores se aproximam de um patamar que viabiliza o sucesso das campanhas, em razão disso conclui que o financiamento eleitoral é um dos principais fatores que explica o baixo desempenho eleitoral das mulheres.

5.2 A Participação Feminina.

Para Silva (1999), os sistemas majoritários preveem mecanismos para a representação das minorias modo artificial, podendo-se falar em cotas de mandatos destinados às minorias, ou, mais precisamente, às maiores minorias, de modo que, o que se consegue é uma representação falsa, visto que apenas tem o intuito de amenizar os ânimos das parcelas minoritárias mais exaltadas.

Explica-se.

A lógica do sistema majoritário, que obriga os partidos a maximizar ao extremo suas chances de conseguir votos, faz com que partidos tendam a indicar os candidatos mais seguros, isto é, aqueles que, potencialmente, tenham a menor chance de rejeição. Via de regra, o perfil do candidato seguro tende a ser um perfil masculino (SILVA, 1999, p. 139).

Um ponto a salientar é o que não é apenas o gênero que orienta decisões dos dirigentes partidários, mas também cálculos pragmáticos sobre quem tem chances de se eleger, a partir dos padrões de elegibilidade que marcam o sistema eleitoral, ou seja, mulheres com capital político, ou que preencham os requisitos dos padrões de elegibilidade, são aceitas e até mesmo estimuladas a se candidatar.

Para Clara de Araújo (2006), também há uma relação significativa entre o tipo de sistema eleitoral e presença feminina na representação legislativa, através do qual sobressai o sistema proporcional, considerando a cultura política do país, ainda marcada pelo clientelismo.

No nível institucional as debilidades das cotas se devem ao sistema eleitoral e ao tipo de lei aprovada, uma vez que deveria estabelecer algum tipo de ônus eleitoral para o não-cumprimento da legislação, razão pela qual não se altera a engenharia eleitoral.

6 O PAPEL DO ESTADO REGULADOR PARA O EMPODERAMENTO FEMININO NA POLÍTICA.

Na concepção de Marçal Justen Filho (2002) o Estado é instrumento para promoção da dignidade da pessoa humana. Contudo, ele não adota a crença de que o Estado seja suficiente para realizar todas as tarefas necessárias à consecução dos valores fundamentais, mas estes últimos devem ser buscados através da atuação do Estado, da sociedade civil e do cidadão.

Para esse doutrinador, não é possível admitir que a estrutura estatal seja mantida para realizar o interesse pessoal de servidores ou perpetuar uma sistemática de dominação política semi-feudal.

Nesse caso, a solução regulatória reflete a concepção de que a luta de classes deve prosseguir fora do aparato estatal e desenvolver-se no âmbito do domínio econômico propriamente dito. No presente caso das Conquistas da minirreforma eleitoral para a promoção da participação das mulheres, tem-se a Lei nº. 12.034/2009 (BRASIL, 2009).

Para tanto, houve modificações no Art. 44 da Lei nº 9.096/1995 (BRASIL, 1995), sobre a aplicação dos recursos do Fundo Partidário:

A) inclusão do inciso V “criação e **manutenção de programas de promoção e difusão da participação política das mulheres** conforme percentual que será fixado pelo órgão nacional de direção partidária, observado o mínimo de 5% (cinco por cento) do total.

B) Inclusão do parágrafo 5º, determinando a **sanção ao partido que não aplicar 5%** dos recursos do Fundo Partidário para criação e manutenção de programas de promoção e difusão da participação política das mulheres. **Neste caso, deverá, no ano subsequente, acrescer o percentual de 2,5% do Fundo Partidário para essa destinação, ficando impedido de utilizá-lo para finalidade diversa;**

C) Inclusão do inciso IV ao Art. 45, que trata dos fins da propaganda partidária gratuita, da Lei nº 9.096/1995 – “**promover e difundir a participação política feminina, dedicando às mulheres** o tempo que será fixado pelo órgão nacional de direção partidária, observado o **mínimo de 10%** (dez por cento).

Assim, hoje, se uma agremiação partidária não angariar número suficiente de candidatos homens e mulheres, em observância à cota eleitoral de gênero, não poderá preencher com candidatos de um sexo as vagas destinadas ao sexo oposto. Admitir tal atitude significaria esvaziar o conteúdo da norma, violando os princípios que ela busca assegurar, de acordo com parecer da Procuradoria Regional Eleitoral no Estado de São Paulo (BRASIL, 2014).

Nesse ponto, vale a pena pontuar, ainda que, brevemente, acerca de alguns princípios norteadores do Direito Eleitoral, a fim de enriquecer o presente estudo.

6.1 Do Princípio Democrático

A Constituição de 1988 é o símbolo maior de uma história de sucesso, a saber a transição de um Estado autoritário e intolerante para um Estado Democrático de Direito e o princípio democrático é sua espinha dorsal, porquanto representou o marco jurídico da superação do autoritarismo político no Brasil.

Em razão disso, este princípio foi acolhido em inúmeros preceitos centrais do texto constitucional, como a cláusula do Estado Democrático de Direito (art. 1º, caput), a alusão à fonte popular do poder (art. 1º, parágrafo único) e a garantia do sufrágio universal pelo voto direito, secreto, e com valor igual para todos (art. 14) que foi, inclusive, elevada à condição de a cláusula pétrea (art. 60, §4º, II).

Nesse sentido já deixou sedimentado o constitucionalista português José Afonso da Silva que a Democracia é um processo de afirmação do povo e de garantia dos direitos fundamentais que o povo vai conquistando no correr da história.

Assim, no intuito de corroborar com exposto o Ex-Ministro do Tribunal Superior Eleitoral, José Néri da Silveira (2006) alerta para o fato que a

Democracia que se baseia no povo como sujeito em razão do qual e pelo qual o poder existe, esta não pode ser entendida, apenas, como uma fórmula política, restrita, tão-só, à escolha de governantes por governados, para mandatos temporários, com limites e responsabilidades no exercício do poder, mas antes, há de se conceber-se como uma forma de convívio social.

Assim, compreende-se a relevância do direito eleitoral como instrumento de efetivação da Democracia, vez que referido diploma é um conjunto sistemático de normas de direito público regulando no regime representativo moderno a participação do povo na formação do governo constitucional (FERREIRA, 1977, p. 131-135).

6.2 Do Princípio da Igualdade

O princípio da igualdade, consagrado no artigo 5º, *caput*, da Constituição Federal (BRASIL, 1988), é a alma do constitucionalismo democrático, porque é assenta a ideia de que todas as pessoas devem ser tratadas com o mesmo respeito e a mesma consideração pelo Estado.

No que cuida aos direitos políticos, este princípio é reafirmado no *caput* do artigo 14 da Constituição Federal (BRASIL, 1988)

Art. 14 A soberania popular será exercida pelo sufrágio universal e pelo voto direito e secreto, com valor igual para todos, e, nos termos da lei, mediante: (...)

Como visto a ideia de Democracia pressupõe a igualdade que está por detrás da atribuição do mesmo valor a todos os votos – princípio do *oneman, one vote*, a que se referem os norte-americanos – e que justifica o princípio majoritário, segundo o qual, diante de desacordos políticos, deve prevalecer a vontade da maioria, desde que não implique em ofensa aos direitos da minoria.

Embora se estabeleça um universo próprio onde somente aqueles alistados como eleitores podem exercer o direito de sufrágio, não há, dentre estes, qualquer diferenciação.

Contudo, o princípio da igualdade pode não ser absoluto em face dos quocientes eleitoral e partidário.

Explico.

O primeiro, de acordo com o glossário Eleitoral, disponível no sítio do TSE, define os partidos e/ou coligações que têm direito a ocupar as vagas em disputa nas eleições proporcionais, quais sejam: eleições para deputado federal, deputado estadual e vereador.

Enquanto que o segundo define o número inicial de vagas que caberá a cada partido ou coligação que tenham alcançado o quociente eleitoral.

A Corte Superior Eleitoral entende que a técnica do quociente eleitoral adotada pelo legislador infraconstitucional homenageia os ditames constitucionais, especialmente o art. 45 da Carta Magna, bem como apresenta harmonia com os mencionados quocientes, vistos de forma sistemática, como se denota abaixo.

MANDADO DE SEGURANÇA. QUOCIENTE ELEITORAL. ART. 109, § 2º, DO CÓDIGO ELEITORAL. RECEPÇÃO PELA CF/88. AUSÊNCIA DE DIREITO LÍQUIDO E CERTO. SEGURANÇA DENEGADA. 1. No mandado de segurança pleiteia-se a distribuição das “sobras” das vagas para o cargo de Deputado Federal de Tocantins pelo critério da maior média, sem a aplicação do art. 109, § 2º, do Código Eleitoral, ou seja, com a participação dos partidos/coligações que não atingiram o quociente eleitoral. Alega-se que o referido artigo é incompatível com o ordenamento jurídico vigente, pois fere diversos princípios constitucionais e democráticos. 2. A pretensão dos impetrantes depende da conjunção de dois eventos: a) da declaração de não receptividade do art. 109, § 2º, do Código Eleitoral, pela CF/88, o que vai de encontro com a sua presunção de constitucionalidade, por vir sendo aplicado em todas as eleições realizadas desde a promulgação da Carta Magna de 1988; b) procedente o seu pleito, realizar-se-ia novo cálculo dos votos para o cargo de Deputado Federal no Estado de Tocantins. 3. O § 2º, do art. 109 do Código Eleitoral. 4. Inexistência de conflito entre o § 2º do art. 109 do Código Eleitoral e os arts. 1º, V, e parágrafo único; 31, I; 50, LIV, 14, caput; e 45, caput, da CF/88, interpretados sistematicamente. 5. O sistema proporcional adotado pelo art. 45 da CF/88, de modo preciso, tornou-se eficaz pelo regramento imposto pelo § 2º do art. 109 do Código Eleitoral. 6. Não é absoluto, no que se refere à eficácia quantitativa, em um sistema proporcional para o preenchimento das cadeiras do Poder Legislativo, o princípio da igualdade do voto. 7. A técnica do quociente eleitoral adotada pelo legislador infraconstitucional homenageia os ditames constitucionais, especialmente o art. 45 da Carta Magna. 8. Precedentes jurisprudenciais: TSE: MS nº 3.109/ES, Rei. Min. Sálvio de Figueiredo Teixeira, julgado em 17.12.2002; RCED nº 644/ES, Rei. Mm. Francisco Peçanha Martins, julgado em 12.8.2004; REspe nº 11.249/RS, Rei. Mm. Limar Galvão, julgado em 17.8.1995. STF: RE nº 140.386/MT, Rei. Mm. Carlos Veloso, DJ de 20.4.2001. 9. Segurança denegada. Acordam. (negrito)

Tratando do Princípio da Igualdade, o professor André Ramos Tavares (2007) esclarece que “os tratamentos diferenciados podem estar em plena consonância com a Constituição”.

Ainda conforme André Ramos (2007, p. 39), a desigualdade deve ter relação direta com a diferença observada. Sendo assim:

- Desigualdade – recebimento de verba pública;
- Diferença – quantidade de votos recebida pelo partido político na Câmara dos Deputados.

Por essas razões passa-se a análise.

6.3 Do Princípio de Igualdade de Chances

De acordo com Mariana Barbosa Cirne (2008), a igualdade de chances é conferida aos partidos políticos ao se dar conhecimento prévio das regras eleitorais e quando lhes são

concedidos meios (financeiro, de propaganda, entre outros) equivalentes aos dos “partidos grandes” para obter votos na eleição para a Câmara dos Deputados.

O princípio visto aqui tem plena aplicabilidade no sistema constitucional brasileiro, como se denota da leitura, do trecho abaixo transcrito, voto proferido pelo Ministro Gilmar Mendes no julgamento do Recurso Extraordinário n. 630.147/DF:

Portanto, não se afigura necessário despendar maior esforço de argumentação para que se possa afirmar que a concorrência entre os partidos, inerente ao próprio modelo democrático e representativo, tem como pressuposto inarredável o princípio da “igualdade de chances”. O princípio da igualdade de chances entre os partidos políticos abrange todo o processo de concorrência entre os partidos, não estando, por isso, adstrito a um segmento específico. É, fundamental, portanto, que a legislação que disciplina o sistema eleitoral, a atividade dos partidos políticos e dos candidatos, o seu financiamento, o acesso aos meios de comunicação, o uso da propaganda governamental, dentre outras, não negligencie a idéia de igualdade de chances sob pena de a concorrência entre as agremiações e candidatos se tornar algo ficcional, com grave comprometimento do próprio processo democrático.

Por essas razões, nas palavras de Cirne (2008), resta claro que a igualdade de chances foi conferida aos partidos políticos, observado antes mesmo da aplicação dos novos critérios, bem como que o juízo utilizado para diferenciá-los possui relação direta com a desigualdade, demonstrando-se constitucional.

6.4 Da Atuação do Ministério Público Eleitoral.

A nova configuração do Ministério Público trazida pela Constituição Federal de 1988 reflete o grande desenvolvimento que o Direito Eleitoral tem experimentado nas Democracias contemporâneas.

Concernente às funções eleitorais, foram elas atribuídas ao Ministério Público Federal, consoante Lei Complementar n. 75/93 em seu artigo 72, abaixo *in verbis*:

Art.72. Compete ao Ministério Público Federal exercer, no que couber, junto à Justiça Eleitoral, as funções do Ministério Público, atuando em todas as fases e instâncias do processo eleitoral.

Parágrafo único: O Ministério Público Federal tem legitimação para propor, perante o juízo competente, as ações para declarar ou decretar a nulidade dos negócios jurídicos da administração pública, infringentes de vedações legais destinadas a proteger a normalidade e a legitimidade das eleições, contra a influência do poder econômico ou o abuso do poder político ou administrativo.

No tocante à sua atuação, refere ainda o Glossário Eleitoral que, na Justiça Eleitoral, o Ministério Público atua por meio do procurador-geral da República, exercendo o cargo do procurador-geral eleitoral no TSE, onde lhe compete assistir às sessões e tomar parte nas discussões, manifestando-se, por escrito ou oralmente, quando for solicitado ou quando entender necessário, em todos os assuntos submetidos à deliberação do Tribunal.

Acerca de suas atribuições, além de exercer a ação pública e promovê-la até o final, MPE, deve officiar em todos os recursos encaminhados ao TSE, defender sua jurisdição, representar ao Tribunal sobre a fiel observância das leis eleitorais e expedir instruções aos órgãos do Ministério Público junto aos tribunais regionais.



Por fim, junto a cada Tribunal Regional Eleitoral, o procurador da República do respectivo estado servirá como procurador regional; e aos juízes e juntas eleitorais, os promotores eleitorais.

Assim, com o fim de demonstrar a atuação de seus membros para a aplicação do dispositivo de cotas, abaixo segue a recomendação quanto às orientações dadas pelos procuradores eleitorais aos respectivos diretórios municipais, no sentido de prepará-los para a observância do art. 10, §3º, da Lei 9.504/97 nas eleições municipais de 2012.

RECOMENDAÇÃO DE ATUAÇÃO Nº 01, DE 16 DE ABRIL DE 2012.

A Procuradoria Regional Eleitoral no Estado do Paraná (PRE-PR), no exercício de suas atribuições constitucionais e legais e, em especial, com fundamento no artigo 127, caput, da Constituição Federal de 1988, no artigo 77, in fine, da Lei Complementar nº 75, de 20 de maio de 1993, bem como à luz do artigo 24, VIII, c.c. artigo 27, § 3º, ambos do Código Eleitoral, vem expedir a presente RECOMENDAÇÃO DE ATUAÇÃO aos Promotores Eleitorais designados e atuantes em todas as Zonas Eleitorais deste Estado, como se segue abaixo. CONSIDERANDO:

1. Que a Constituição elege o pluralismo político como fundamento da República brasileira (art. 1º, I), elenca a construção de uma sociedade livre, justa e solidária como um dos objetivos fundamentais do País (art. 3º, I) e esclarece que homens e mulheres são iguais em direitos e obrigações (art. 5º, I);
2. Que a Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher, promulgada pelo Decreto nº 4.377/2002, dispõe, em seu preâmbulo, que “a participação máxima da mulher, em igualdade de condições com o homem, em todos os campos, é indispensável para o desenvolvimento pleno e completo de um país, para o bem-estar do mundo e para a causa da paz” e que determina aos Estados Partes que tomem todas as medidas apropriadas para eliminar a discriminação contra a mulher na vida política e pública do país, garantindo, em particular, em igualdade de condições com os homens, o direito a ser elegível para todos os órgãos cujos membros sejam objeto de eleições públicas (artigo 7º, itens “a” e “b”);
3. Que o § 3º do artigo 10 da Lei 9.504/1997, alterado pela Lei 12.034/2009, estabelece que, nas eleições proporcionais (Câmara dos Deputados, Câmara Legislativa, Assembleias Legislativas e Câmaras Municipais), cada partido ou coligação preencherá o mínimo de 30% (trinta por cento) e o máximo de 70% (setenta por cento) para candidaturas de cada sexo;
4. Que a mudança constante no comando normativo de “deverá preencher” para “preencherá”, empreendida pela Lei 12.034/2009, conferiu maior efetividade para a regra em comento e revelou uma evolução histórico-social, determinando não apenas a reserva de vagas, mas o efetivo preenchimento do percentual das candidaturas apresentadas pelos partidos, com o que se evitam situações que acabam por burlar a norma;
5. Que, nesse sentido, o cálculo dos percentuais de 30% e 70% deve levar em conta o número de registros de candidatura efetivamente requeridos por partidos e coligações, e não o número previsto em abstrato pelo artigo 10, caput e § 1º, da Lei nº 9.504/97, o que ficou mais evidente com a supracitada mudança de norma;

[...]

7. Que a Resolução TSE nº 23.373/11, que dispõe sobre a escolha e o registro de candidatos para as eleições de 2012, regulamentou a cota de candidaturas por sexo em seu art. 20, §§ 2º, 4º, 5º e 6º, art. 22, § 2º, art. 37, § 1º, IV, art. 38, art. 67, § 7º;

8. Que as eleições municipais de 2012 se aproximam, o que faz necessária a adoção de medidas voltadas à concretização da cota de candidaturas por sexo;

9. Que o artigo 127, caput, da Constituição Federal atribui ao Ministério Público a defesa do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis;

10. Que a Lei Complementar nº 75/1993, Lei Orgânica do Ministério Público da União permite, em seu art. 6º, inciso XX, que o órgão ministerial expeça recomendações, visando a melhoria dos serviços públicos e de relevância pública, bem como ao respeito aos interesses, direitos e bens cuja defesa lhe caiba promover;

RESOLVE RECOMENDAR AOS PROMOTORES ELEITORAIS DO PARANÁ:

a) Que deem publicidade em sua esfera de atuação, à cota de candidatura por sexo, por meio de sites institucionais, na mídia do Município ou mediante a forma que se entender conveniente, bem como, se preciso for, façam reuniões prévias com os dirigentes locais dos Partidos Políticos para orientar e alertar para o dispositivo em comento, para que se promova a conscientização da importância da participação de ambos os sexos nos processos de tomada de decisão e nas instâncias de poder brasileiras;

b) Que, quando do processamento do Demonstrativo de Regularidade de Atos Partidários (DRAP), fiscalizem a estrita observância do disposto no artigo 10, § 3º da Lei 9.504/1997 e dos parágrafos 2º, 4º, 5º e 6º do artigo 20 da Resolução TSE nº 23.373;

c) Que apresentem impugnação (art. 40 da Resolução TSE 23.373) ao Demonstrativo de Regularidade de Atos Partidários (DRAP) na hipótese de inobservância do percentual de candidaturas para cada sexo (Lei 9.504/97, art. 10, § 3º), independentemente das eventuais medidas adotadas ex officio pelo juiz, para regularização da cota, sob pena de corte/exclusão dos últimos candidatos registrados do sexo excedente até que o percentual exigido em lei seja alcançado;

d) Que, nestes casos, informem as providências tomadas a esta Procuradoria, para fins de registro.

Encaminhe-se aos Excelentíssimos Promotores Eleitorais do Estado do Paraná. Oficie-se aos Excelentíssimos Senhores Procurador-Geral Eleitoral e Procurador-Geral de Justiça, para ciência da presente. Publique-se. Curitiba, 16 de abril de 2012.

ADRIANA APARECIDA STOROZ MATHIAS DOS SANTOS. Procuradora Regional Eleitoral

Diante dessas recomendações, em que pese competir ao Ministério Público a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis, pode-se notar a consecução estatal visando à fiscalização do cumprimento do artigo 10, §3º, da Lei das Eleições.



CONCLUSÃO

A presente discussão teve como ponto de partida a visão de Chaïm Perelmann de que, nas mais diversas áreas, à liberdade e à igualdade jurídicas e formais, serão opostas com uma frequência cada vez maior a liberdade e a igualdade reais, razão pela qual são necessárias medidas que limitem a exploração do mais fraco pelo mais forte, mercê de privilégios que concedam, em nome do interesse geral, um tratamento favorecido para aqueles que foram maltratados pela história.

Seguindo num pensamento linear utilizou-se a argumentação de Amartya Sen sobre o desenvolvimento como um processo de expansão das liberdades reais de que as pessoas gozam.

Mas as mulheres não foram consideradas iguais aos homens ao longo da história. Para a mulher deixar de ser coisa e passar a se aproximar do homem enquanto “ser social”, o direito passou a aproximá-los enquanto sujeito de direito, assumindo a formal igualdade entre gêneros.

Contudo, isso não se mostrou bastante em si para alterar a realidade dos fatos e a mulher continuou marginal.

Com o fito de enfrentar tal situação, o direito infraconstitucional, por sua vez foi reforçado, dado a morosidade na transformação cultural “dos gêneros” no Brasil que impedem às mulheres de obterem, *in concreto*, a real igualdade de oportunidades para atingimento do seu desenvolvimento pessoal como pleno.

Assim, fica mais claro que a história das mulheres pensadas enquanto um grupo social específico é uma longa história de exclusões, privações, discriminações e opressões.

Começa-se então a desnudar a compreensão acerca da baixa participação de mulheres em cargos parlamentares no Brasil e os motivos pelos quais o Estado deve garantir à mulher os meios necessários à sua realização como cidadã, permitindo-lhe participar ativamente das escolhas e da condução do Brasil ao futuro.

O sistema eleitoral é o cerne do problema para explicar o baixo número de mulheres eleitas por aqui, tendo em vista que o este sistema de representação proporcional promove a política das mulheres e de grupos minoritários, na medida em que ele incentiva uma maior seleção de candidatos de membros destes setores.

Percebeu-se que mesmo com a implementação das cotas a participação de mulheres selecionadas como candidatas continua inferior ao número de homens, apontando-se para uma relação significativa entre o tipo de sistema eleitoral e presença feminina na representação legislativa, bem como ao tipo de lei aprovada, uma vez que deveria estabelecer algum tipo de ônus eleitoral para o não-cumprimento da legislação, visto que desse modo não se altera a engenharia eleitoral.

No entanto, pode-se notar que há por parte do Ministério Público Eleitoral a consecução estatal visando à fiscalização do cumprimento do artigo 10, §3º, da Lei das Eleições.

Logo, é notório que o cerne da questão não está no modelo da cota partidária, oxalá no sistema eleitoral de voto em lista fechada, mas na forma de controle eleitoral e na transparência, com forte presença do MPE.



REFERÊNCIAS

AGRA, Walber de Moura. **A Panaceia dos sistemas políticos**. Revista de Estudos Eleitorais. p. 45-64.V.6, número 1. Jan/abr.2011. TSE. Brasília, 2011.

ARAÚJO, Clara. **Condicionantes institucionais das políticas de cotas**. (in) Reforma Política: Lições da história recente. Organizadores: Gláucio Ary Dillon Soares, Lucio R. Rennó. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

_____. **A invisibilidade da desigualdade brasileira**. Jessé Souza (Org.). Belo Horizonte: Editora UFMG, 2006.

BARRETO, Lauro e CASTANHEIRA, Denise. **Comentários à Lei Orgânica dos Partidos Políticos – Lei 9.096**. Bauru. Edioro.1997.

BARRETTO, Rafael. **Direito eleitoral**. São Paulo: Saraiva, 2012.

BRASIL. Ministério Público Federal. Procuradoria Regional Eleitoral no Estado de SP. **Cota eleitoral de gênero**. Disponível em <http://www.presp.mpf.mp.br/index.php?option=com_content&view=article&id=589&Itemid=72> Acesso em 23/01/2014

BUGALHO, Gustavo Russignoli. **Direito eleitoral**. Leme, SP: JH Mizuno, 2008.

CAETANO, Flávio Croce e GOMES, Wilton Luis da Silva. **Direito Eleitoral**. São Paulo: QuartierLatin, 2006.

CHIMENTI, Ricardo Cunha. **Direito Eleitoral**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2007.

CIRNE, Barbosa. Mariana. **Fundo Partidário: A Constitucionalidade da divisão proporcional e limitada de recursos públicos**. Rev. Jur., Brasília, v. 9, n. 89, p.01-22, fev./mar, 2008. Disponível em:< [HTTP://www.presidencia.gov.br/revistajuridica](http://www.presidencia.gov.br/revistajuridica)>. Acesso em: 20 fev 2014.

COELHO, Marcus Vinicius Furtado. **Direito Eleitoral e Processo Eleitoral. 2ª Ed. Revista, atualizada e ampliada**. Rio de Janeiro. Renovar, 2010.

ETHOS, Instituto. **A responsabilidade das empresas no processo eleitoral**. Edição 2012. São Paulo.

FERREIRA, Daniel. **A licitação Pública no Brasil e sua nova finalidade legal**, 2012.

FERREIRA, Pinto. **Direito Eleitoral**. In: ENCICLOPÉDIA Saraiva do Direito. São Paulo: Saraiva, 1977.

GOMES, José Jairo. **Direito Eleitoral**. 7.ed. atualizada e ampliada. São Paulo: Atlas, 2011.

GOMES, José Jairo. **Direito Eleitoral**. 8.ed. atualizada e ampliada. São Paulo: Atlas, 2012.



_____. **Inclusão eleitoral e efetivação dos direitos políticos.** Paulo Thadeu Gomes da Silva. (in) Temas do direito eleitoral no século XXI / André de Carvalho Ramos (coordenador); Alice Kanaan [et al.]. – Brasília: Escola Superior do Ministério Público da União, 2012.

JÚNIOR, Paulo Hamilton Siqueira. **Reforma Política.** Revista de Estudos Eleitorais. p. 31/43.V.6, número 1. Jan/abr.2011. TSE. Brasília, 2011.

JUSTEN FILHO, Marçal. **O direito das agências reguladoras independentes,** São Paulo. Dialética, 2002.

MATLAND, R. **Enhancing Women's Political Participation: Legislative Recruitment and Electoral Systems.** In: KARAN, A. (org.). Women in Parliament: Beyond Numbers. Stockholm: IDEA, 1998.

MELLO, Celso Antônio Bandeira de. **Curso de Direito Administrativo.** n.15;RDP:Jan/Mar, 1971.

MIGUEL, Luis Felipe. **Teoria política feminista e liberalismo: o caso das cotas de representação.** Rev. bras. Ci. Soc., Out 2000, vol.15, no.44, p.91-102. ISSN 0102-6909.

NORRIS, P.; LOVENDUSKI, J. **Political Recruitment.** Cambridge: Cambridge University Press, 1995.

PELLEGRINELLO, Ana Paula. **Reprodução assistida: a tutela dos direitos fundamentais das mulheres.** Curitiba: Juruá, 2014.

PERELMAN, Chaïm. **Éthique et droit.** Tradução Maria Ermantina de Almeida Prado Galvão. 2ª Ed. – São Paulo. Martins Fontes, 2005.

RAMAYANA, Marcos. **Direito Eleitoral.** 8ª Ed. Rio de Janeiro; Impetus, 2008.

SACCHET, Teresa; SPECK, Bruno Wilhelm. **Financiamento eleitoral, representação política e gênero: uma análise das eleições de 2006.** Opin. Publica, Campinas, v. 18, n. 1, Junho 2012. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-62762012000100009&lng=en&nrm=iso>. Acesso 01 Dec. 2014.

SANTANA, Jair E; GUIMARÃES, Fábio. **Direito Eleitoral para compreender a dinâmica do poder político.** Belo Horizonte. Fórum, 2006.

SARLET, Ingo Wolfgang. **Dignidade da pessoa humana e direitos fundamentais na Constituição de 1988.** Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2001.

SEN, Amartya. **Desenvolvimento como liberdade.** Tradução de Laura Teixeira Motta. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

SILVA, Anabelle Macedo e JATAHY, Carlos Roberto de C. **ORGANIZAÇÃO DA JUSTIÇA E DO MINISTÉRIO PÚBLICO.** Apostila. FGV DIREITO RIO. 2012.



SILVA, De Plácido e. **Vocabulário jurídico**. 15. ed. rev. e atual. Rio de Janeiro: Forense, 1999.

Silva, Luis Virgílio Afonso da. **SISTEMAS ELEITORAIS**. Ed. Malheiros Editores. São Paulo, 1999.

SILVEIRA, José Néri da. **Democracia Representativa e Processo Eleitoral**. Estudos Eleitorais Vol. 2

SOBREIRO NETO, Armando Antônio. **Direito eleitoral: teoria e prática**. 2. ed. rev. ampl. Curitiba: Juruá, 2002.

Souza, Jessé. **Ralé Brasileira: quem é e como vive**. Belo Horizonte: Ed da UFMG, 2009.

TAVARES, André Ramos. **Curso de direito constitucional**. São Paulo: Saraiva, 2007.

TRINDADE, Fernando. **Financiamento Eleitoral e Pluralismo Político. Texto para discussão 4**. Brasília. Abril, 2004.

WALD, Arnaldo. Direito Civil, 20.ed: **Teoria Geral do Contrato**, 2011.

VELLOSO, Carlos Mário da Silva. **Elementos de direito eleitoral**. São Paulo: Saraiva, 2009.

Recebido em 20/02/2016

Aprovado em 01/06/2016



ANÁLISE ECONOMÉTRICA DA DEMANDA DE ARROZ IMPORTADO DO MERCOSUL ENTRE 1997 A 2012

ECONOMETRIC ANALYSIS OF THE IMPORTED RICE DEMAND IN THE MERCOSUR BETWEEN 1997-2012

Vinicius Misael Alves de Lima*
Afonso Kimura Kodama**
Felipe Polzin Druciaki***
Carlos Alberto Piacenti****

RESUMO

Este artigo analisa a demanda de arroz importado do MERCOSUL pelo Brasil no período de 1997 a 2012, através da renda *per capita* e também a taxa de câmbio como variáveis independentes. Utilizou-se como base a teoria das vantagens comparativas de David Ricardo, a fim de elucidar a dinâmica do comércio internacional. A metodologia utilizada foi o modelo de regressão linear múltipla. Os resultados estimados evidenciaram coeficientes coerentes com a teoria econômica abordada no trabalho, apresentando relações inversas entre a demanda por arroz importada do Mercosul e a taxa de câmbio, bem como entre a renda dos brasileiros e a demanda pelo produto importado. Os resultados também mostraram que a desvalorização de R\$ 1,00 em relação ao dólar reduz as importações de arroz em 136 mil toneladas, e à medida que a renda dos brasileiros aumenta em R\$ 1,00 a quantidade importada do produto se reduz em 37 toneladas.

Palavras-chave: Demanda de Arroz; Mercosul; Renda; Câmbio.

ABSTRACT

This article analyzes the demand of imported rice from MERCOSUR by Brazil between 1997 to 2012, analyzed by per capita income and also by the exchange rate as independent variables. The base used was the comparative advantage theory of David Ricardo, in order to elucidate the dynamics of international trade. The methodology used was the multiple linear regression model. The estimated results showed consistent coefficients with economic theory addressed in the work, with inverse relation between the demand for rice imported from Mercosur and exchange rate, as well as between Brazilian's income and demand for the imported rice. The results also showed that the depreciation of R\$ 1.00 against the dollar reduces the rice import 136,000 tons, and the extent to which the income of Brazilians increased by R\$ 1.00 to imported, the amount of the product reduces by 37 tons.

Key words: Rice Demand; Mercosur; Income; Exchange.

* Economista na Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares, Mestre em Economia Regional pela Universidade Estadual de Londrina. E-mail: viniciusmisael@gmail.com

** Economista, Mestrando em Desenvolvimento Regional e Agronegócio pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná. E-mail: kimura.afonso@gmail.com

*** Economista, Mestre em Desenvolvimento Regional e Agronegócio pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná. E-mail: felipe_polzin@hotmail.com

**** Professor Adjunto da Universidade Estadual do Oeste do Paraná. Doutor em Economia Aplicada pela Universidade Federal de Viçosa. E-mail: piacenti8@yahoo.com.br



1. INTRODUÇÃO

O arroz é um dos principais alimentos que compõe as refeições dos brasileiros, além de ser consumido largamente em todo o mundo, tornando-se um alimento de extrema importância para a segurança alimentar.

A partir de 2004, o Brasil passou a ser autossuficiente na produção de arroz, exigindo que rizicultores se adaptem à nova dinâmica produtiva, considerando-se ainda as importações existentes do produto. No entanto, a referida autossuficiência não se manteve ao longo dos anos como, por exemplo, nas safras do 2011/12 e 2012/13. A insuficiência produtiva brasileira retrata o fato de que há muito o país não possui vantagem comparativa em relação ao mundo, além disso, as exportações brasileiras do produto não aumentam devido à sua grande demanda interna, o que impossibilita o ganho de eficiência.

No MERCOSUL, a Argentina é o país mais eficiente na produção, e mais competitivo em termos de custo por hectare, seguido por Uruguai, e deixando o Brasil em terceira colocação, evidenciando a vantagem Argentina em relação à produção brasileira.

Neste sentido, o presente trabalho buscou analisar a demanda de arroz importado do MERCOSUL pelo Brasil no período de 1997 a 2012, através da renda *per capita* e da taxa de câmbio como variáveis independentes. Para responder ao objetivo proposto, utilizou-se como base a teoria das vantagens comparativas de David Ricardo, a fim de elucidar a dinâmica do comércio internacional. A metodologia utilizada foi o modelo de regressão linear múltipla que é utilizado para estudar a relação entre uma variável dependente e uma ou mais variáveis independentes, neste caso foram utilizados dados da importação de arroz, do PIB *per capita* e da taxa de câmbio nominal.

Este trabalho está dividido em quatro partes além desta introdução. A primeira parte explica os principais conceitos do comércio internacional bem como algumas notas sobre o MERCOSUL e o mercado do arroz. Em seguida explica-se os métodos utilizados para cumprir com os objetivos propostos. Após são evidenciados os principais resultados encontrados no trabalho, e por fim apresenta-se uma conclusão com base nos resultados analisados durante o trabalho.

2. COMÉRCIO INTERNACIONAL

As principais teorias do comércio internacional surgiram da necessidade de explicar as relações de trocas entre as nações. Adam Smith (1723-1790) foi o pioneiro ao lançar a ideia das vantagens absolutas, demonstrando as vantagens da livre troca a partir da especialização de cada nação em produzir determinado tipo de produto em termos de valor. Essa teoria, contudo, nos leva a refletir sobre aquelas sociedades que possuem uma especialização primária, por exemplo, e, por conseguinte não teriam a oportunidade de desenvolver-se. David Ricardo (1772-1823) vai além de Smith em sua análise e mostra que mesmo quando um país for absolutamente menos eficiente que os demais na produção de algo, poderá obter ganhos do comércio internacional a partir do modelo das vantagens comparativas (KRUGMAN, 1999; ARAÚJO, 1988).

Por outro lado, o Modelo Ricardiano simples mostra como as diferenças entre os países levam ao comércio e aos ganhos de comércio utilizando apenas o fator de produção trabalho como determinante. Neste sentido, os países exportarão os bens produzidos com o



trabalho interno de modo relativamente eficiente e importarão bens produzidos pelo trabalho interno de modo relativamente ineficiente. Em outras palavras, o padrão de produção de um país será determinado pelas vantagens comparativas que o mesmo possui (GASTALDI, 2001; ARAÚJO, 1988).

Também dissertando acerca do comércio internacional, Heckscher (1919) e Ohlin (1924) foram os pioneiros na formulação de uma teoria que leva em conta a diferença na dotação de trabalho, capital e recursos naturais como determinantes do comércio entre as nações. De acordo com o modelo Heckscher-Ohlin, um país exporta bens intensivos no fator de produção no qual ele é mais bem provido. Ou seja, em um país com muito capital por trabalhador exportaria *commodities* intensivas em capital, enquanto que um país com pouco capital por trabalhador exportaria *commodities* intensivas em trabalho (BLANCHARD, 2006).

Apesar das sólidas contribuições dos autores supracitados, novas evidências sobre o comércio internacional adicionam elementos extras na discussão como a concorrência perfeita, os retornos constantes à escala, novos padrões de concorrência e competitividade, e novas interações entre agentes e instituições, que acabam por modificar toda a dinâmica de troca entre as nações (SOUZA, CAMARA & SEREIA, 2008).

Visto sob este prisma, a troca entre as nações deixa de ser explicada essencialmente pelos fatores de produção, como o fator trabalho, e passa a ser visto como o resultado de novas interações entre os envolvidos, ou seja, o comércio internacional passa a ser explicado também por fatores macroeconômicos, como determinantes da taxa de câmbio, renda, tributo, taxa de juros, investimentos entre outros. Além disso, não podemos deixar de acrescentar na discussão, fatores estruturais como infraestrutura, tecnologia e políticas comerciais.

Em uma economia aberta, como é o caso da Brasileira, parte da demanda doméstica é atendida pelo mercado externo, ou seja, pelos bens estrangeiros. A equação de demanda global, é então representada pelo Consumo (C), pelo Investimento (I), pelos dispêndios do setor do governo (G) e pela diferença líquida entre as exportações (X) e importações (M). Sua expressão usual é dada por:

$$C + I + G + (X - M)$$

As importações dependem basicamente da renda doméstica e da taxa real de câmbio. Se a renda aumenta, logo a demanda por bens e serviços domésticos, quanto para os estrangeiros. Quando o câmbio apresenta uma apreciação, há retração na demanda devido ao alto valor dos bens e serviços estrangeiros.

Basicamente a taxa real de câmbio e a renda nacional apresentam sinais positivos em relação às importações. Contudo, para alguns bens essa relação é inversa, caso dos bens inferiores como o arroz, assim um aumento de renda levaria a uma redução na sua demanda (PETRUS *et al*, 2004).

Além da análise macroeconômica nas relações de trocas entre as nações, pressupõe-se também que a abertura de novos mercados bem como a integração dos mesmos, como é o caso do MERCOSUL, acaba por acelerar o crescimento dos países envolvidos a partir do melhor aproveitamento dos recursos e fatores de produção, o que está de acordo com os pressupostos básicos da Teoria das Vantagens Comparativas de David Ricardo, utilizada como base teórica do presente trabalho (SOUZA, CAMARA & SEREIA, 2008).

3. MERCADO COMUM DO SUL – MERCOSUL

O MERCOSUL foi criado em 26 de março de 1991, quando a Argentina, o Brasil, o Paraguai e o Uruguai assinaram o Tratado de Assunção iniciando o processo de integração, alterando o direcionamento das relações, até então, caracterizado pelas pretensões de hegemonia regional e rivalidades, sobretudo, entre a Argentina e o Brasil (TREIN, 2000). Posteriormente, foram assinados outros Protocolos para iniciar, efetivamente, o processo de integração aos quais os países se propuseram ao criarem o MERCOSUL.

Figura 1 – Países membros e socios do Mercosul



Fonte: Costa (2009)

O Tratado de Assunção tem como principal objetivo a formação de um mercado comum com: a redução de barreiras tarifárias e não-tarifárias; adoção de uma política comercial comum em relação a países que não compõe o bloco; coordenação de políticas macroeconômicas; harmonização dos códigos legislativos dos países-membros nas áreas definidas como pertinentes ao processo de integração¹ (MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO EXTERIOR - MDIC, s/d). Em 2002, foi assinado o Protocolo de Olivos² com a finalidade de aperfeiçoar o desenvolvimento jurídico e institucional do bloco, por meio da criação do Tribunal Permanente de Revisão

¹ Para mais detalhes sobre o Tratado de Assunção ver: www.desenvolvimento.gov.br/sitio/interna/interna.php?area=5&menu=374

² Para mais detalhes ver: www.desenvolvimento.gov.br/arquivos/dwnl_1198146270.pdf



garantindo a interpretação, aplicação e cumprimentos das normas vigentes do MERCOSUL e, por conseguinte, solucionar as possíveis controvérsias entre os Estados-membros.

Braun *et. al.* (2009) consideram que o tamanho de sua população e área geográfica torna o MERCOSUL um bloco econômico com crescente importância no comércio internacional. Em 2012, a Argentina, o Brasil e o Uruguai retiraram o Paraguai temporariamente³ do Bloco em meio à crise política que o país atravessava com o impeachment do, então, Presidente Fernando Lugo. Neste mesmo ano a Venezuela passou a fazer parte do MERCOSUL (PORTAL BRASIL, 2012).

A Colômbia, o Peru, o Equador, a Bolívia e o Chile fazem parte do bloco econômico em questão como Estados Associados (MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO – MTE, 2010). O processo de adesão da Bolívia ao bloco como membro pleno se iniciou em 2007 e em dezembro de 2012, foi assinado o Protocolo de Adesão do Estado Plurinacional da Bolívia ao MERCOSUL (INSTITUTO PARA A INTEGRAÇÃO DA AMÉRICA LATINA E DO CARIBE – INTAL, 2012)

Apesar desses avanços, Giambiagi & Barenboim (2005) e Almeida (2011) consideram que o MERCOSUL não atingiu suas principais metas estabelecidas como a efetivação de uma zona de livre-comércio completa e a união aduaneira com inúmeras exceções dos países-membros em relação à Tarifa Externa Comum. Os principais resultados positivos do MERCOSUL foram o aumento do fluxo de comércio e investimento recíprocos entre os países-membros e do intercâmbio com os demais países considerados sócios citados no parágrafo anterior (ALMEIDA, 2011).

4. MERCADO DE ARROZ

O arroz é um dos principais alimentos que compõe as refeições dos brasileiros sendo um bem inelástico, característica de bens onde as variações em sua demanda são inferiores às variações de seu preço (FERNANDES *et. al.*, 2008; SANTOS *et. al.*, 2009). Outra característica do arroz é de ser um bem inferior, ou seja, quando a renda familiar se eleva a demanda pelo bem se reduz (SANTOS *et. al.*, 2009).

Marion Filho & Einloft (2008) apontam que em 2004, o Brasil passou a ser autossuficiente na produção do cereal, exigindo que rizicultores se adaptem à nova realidade, considerando-se ainda as importações do produto. No entanto, a referida autossuficiência não se manteve ao longo dos anos como, por exemplo, nas safras de 2011/12 e 2012/13, conforme demonstrado na tabela 1.

Segundo a CONAB (2015), em 2014, o Brasil importou 2.551 mil toneladas, mesmo alcançando a autossuficiência novamente na safra 2013/14. De acordo com os estudos realizados por Fernandes *et. al.* (2008, p.10), “[...] o arroz brasileiro há muito não possui vantagem comparativa revelada em relação ao mundo, ou seja, não é competitivo internacionalmente”. Ainda para os autores as exportações brasileiras do produto não aumentam devido à sua grande demanda interna, impossibilitando o ganho de eficiência na comercialização externa.

³ A cúpula do MERCOSUL deliberou que o Paraguai retornaria ao bloco somente após a realização de eleição presidencial que aconteceu em 2013, ano de regresso do país ao MERCOSUL.



Tabela 1 - Produção, consumo de arroz no Brasil, safra 2010/11 a 2014/15

ANO	PRODUÇÃO MIL TONELADAS	CONSUMO MIL TONELADAS
2010/11	13.613,1	12.236,7
2011/12	11.599,5	11.656,5
2012/13	11.819,7	12.617,7
2013/14	12.121,6	12.000,0
2014/15 ⁴	12.197,8	12.000,0

Fonte: Companhia Nacional de Abastecimento – CONAB (2015)

Marion Filho & Einloft (2008) estudaram a competitividade do arroz irrigado produzido no Brasil e concluíram que entre os países que compõe o MERCOSUL, a Argentina é o mais competitivo em termos de custo de produção por hectare (US\$ 812,50), seguido pelo Uruguai (US\$ 1.014,40) e, por último, o Brasil (US\$ 1.213,45).

Santos *et. al.* (2009) apontam que as principais variáveis que influenciam as importações de alimentos são a renda interna, a taxa de câmbio e as flutuações na produção nacional de alimentos, neste caso o arroz.

5. MATERIAIS E MÉTODOS

5.1 Base de Dados

Para alcançar o objetivo proposto foram utilizados dados da importação de arroz, do PIB *per capita* e da taxa de câmbio nominal, de 1997 à 2012. Os dados da importação de arroz foram obtidos no Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC, 2015). A taxa de câmbio nominal e o PIB *per capita* foram obtidos no banco de dados do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA, 2015). O PIB *per capita* foi deflacionado a preços de 2012.

5.2 Modelo Econométrico

O modelo de regressão linear múltipla é utilizado para estudar a relação entre uma variável dependente e uma ou mais variáveis independentes. A forma genérica linear do modelo de regressão é (GREENE, 2002):

$$y=f(x_1,x_2,\dots,x_k)+\varepsilon$$
$$=\beta_1x_1+\beta_2x_2+\dots+\beta_kx_k+\varepsilon \quad (1)$$

⁴ Previsão



Onde: y é a variável dependente e x_1, x_2, \dots, x_k são as variáveis independentes. O termo ε é uma perturbação aleatória.

O modelo de regressão linear clássico consiste em um conjunto de hipóteses como se segue (GREENE, 2002):

1. Linearidade: O modelo especifica uma relação linear entre y e x_1, x_2, \dots, x_k .
2. Posto completo: Não existe colinearidade perfeita entre as variáveis independentes, isto é, não existe uma relação linear exata entre qualquer uma das variáveis independentes.

X é uma matriz $n \times K$ com posto K

3. Exogeneidade das variáveis independentes: O valor esperado da perturbação na observação i , não é uma função das variáveis independentes em qualquer observação, incluindo i .
 $E[\varepsilon|X] = 0$

4. Homocedasticidade e não autocorrelação: Cada perturbação ε_i tem variância constante σ^2 e não está correlacionada com qualquer outra perturbação.
 $\text{var}[\varepsilon_i|X] = \sigma^2$, para todo $i = 1, \dots, n$.
 $\text{cov}[\varepsilon_i, \varepsilon_j|X] = 0$ para todo $i \neq j$.

5. Dados gerados exogenamente: Os dados das variáveis independentes podem ser qualquer mistura de constantes e variáveis aleatórias. O processo de gerar os dados opera fora das suposições do modelo, isto é, independentemente do processo que gera ε_i .

6. Distribuição normal: os resíduos seguem uma distribuição normal.
 $\varepsilon|X \sim N(0; \sigma^2 I)$

No presente artigo foi feita uma regressão linear múltipla, utilizando o método dos mínimos quadrados (MQO), para estimar a seguinte função demanda por importação de arroz:

$$M_t^d = \beta_0 + \beta_1 Y_t + \beta_2 e_t + \varepsilon_t \quad (2)$$

Onde:

M_t^d = a demanda por importação de arroz do MERCOSUL no ano t

Y_t = PIB *per capita* dos brasileiros no ano t

e_t = taxa de câmbio nominal⁵ no período t

ε_t = erro aleatório

Espera-se que o coeficiente β_1 seja negativo, isso porque se considera o arroz um bem inferior, assim um aumento de renda interna provoca uma redução na demanda por sua importação. O sinal esperado para o coeficiente β_2 também é negativo, dado que uma valorização do dólar frente ao real desestimula as importações.

⁵ Inicialmente optou-se por utilizar a taxa de câmbio real efetiva, porém a variabilidade da demanda por arroz importado foi melhor explicada pela taxa nominal de câmbio.



Para saber a significância dos parâmetros do modelo estimado foi utilizado o teste t de Student. No qual é testada a hipótese nula $H_0: \beta_k = 0$ contra a hipótese alternativa $H_A: \beta_k \neq 0$, em que β_k é o parâmetro associado à k -ésima variável explicativa. Sob H_0 , a estatística de teste é definida como:

$$t = \frac{|\hat{\beta}_k - 0|}{ep(\hat{\beta}_k)} \sim t\text{-student}(n-2) \quad (3)$$

Em que $ep(\hat{\beta}_k)$ é o erro padrão do estimador, n é o número de observações. Se o p-valor associado ao teste for menor que o nível de significância do teste (p-valor < 0,05), rejeita H_0 .

Pode-se medir, também, a significância do conjunto das variáveis através de um teste F de Fisher. No qual é testada a hipótese nula, H_0 , todos os β são iguais a zero contra a hipótese alternativa, H_A , pelo menos um β é diferente de zero. Se o p-valor associado ao teste for menor que o nível de significância do teste (p-valor < 0,05), rejeita H_0 .

Para testar a validade das premissas adotadas no modelo serão utilizados os testes apresentados na tabela 2:

Tabela 2 - Testes para premissas do modelo

Premissa	Teste ⁶	Hipóteses	Regra de decisão
Multicolinearidade	VIF	-	$VIF > 20$ ⁷ indica problema de multicolinearidade
Heterocedasticidade	Teste de White	H_0 : não há heterocedasticidade H_A : há heterocedasticidade	$p\text{-valor} < 0,05$
Autocorrelação	Durbin Watson	H_0 : ausência de autocorrelação H_A : presença de autocorrelação	$du < dw < 4 - dl$
Normalidade	JarqueBera	H_0 : normalidade dos resíduos H_A : não normalidade dos resíduos	$p\text{-valor} < 0,05$

Fonte: Gujarati, 2004.

⁶ Para mais detalhes sobre os testes ver Gujarati (2004).

⁷ Segundo Greene (2002).



6. RESULTADO

A tabela 03 apresenta os resultados obtidos pela regressão estimada da demanda de arroz importado do MERCOSUL, com dados referentes entre os anos de 1997 a 2012.

Tabela 3- Resultados da equação de regressão estimada

Variáveis	Coefficiente	Erro Padrão	Estatística-t	p-valor
e_t	-136.000.000	44.200.000	-3,07	0,009
Y_t	-37.148,31	12241,58	-3,03	0,010
constante	1.770.000.000	286.000.000	6,20	0,000

Fonte: Elaborado pelos autores, a partir dos resultados da pesquisa.

A partir da análise da regressão estimada percebe-se conforme a teoria econômica apresentada, que a demanda por arroz importado do MERCOSUL (M_t^d) possui correlação negativa com as variáveis câmbio (e_t) e renda (Y_t), medido pelo PIB *per capita*. A variação de uma unidade monetária no câmbio, isto é, à medida que o real se desvaloriza em R\$1,00 em relação ao dólar, a importação de arroz se reduz em 136 mil toneladas, isto excluindo qualquer efeito do PIB *per capita*. O arroz tratando-se de um bem inferior tem sua demanda reduzida quando a renda da população aumenta, situação mencionada anteriormente. Os resultados acima demonstram que quando o PIB *per capita* se eleva em uma unidade, ou seja, em R\$ 1,00 a demanda pelo arroz importado se reduz em aproximadamente 37 toneladas, excluindo qualquer variação no câmbio.

Os parâmetros estimados mostraram-se significativos a um nível de significância de até 1% (Tabela 3). A probabilidade de cometer um erro do tipo I, ou seja, rejeitar a hipótese nula sendo ela verdadeira, é muito pequena, assim rejeita-se a hipótese nula de que as variáveis independentes não impactam a variável dependente.

Tabela 4 – Coeficiente de determinação e teste F.

Número de observações	16
Teste F	8,01
Probabilidade de F	0,005
R ²	0,552
R ² ajustado	0,483

Fonte: Elaborado pelos autores, a partir dos resultados da pesquisa.

O valor do R² foi de 0,552 demonstrando que 55,2% da variabilidade da demanda por arroz importado do Mercosul pode ser explicado pelas variáveis taxa de câmbio e PIB *per capita*. Através do teste F é possível concluir que, no conjunto, as variáveis independentes explicam bem a demanda por arroz importado, p-valor associado ao teste é muito pequeno (0,005), o que leva a rejeição da hipótese nula.

A fim de detectar problema de multicolinearidade entre as variáveis explicativas foi realizado o teste VIF (*Variance Inflation Factor*), a média do resultado para as variáveis foi 1,03 o que permite excluir a possibilidade de que haja multicolinearidade nos dados.

Tabela 5 - Resultado teste VIF

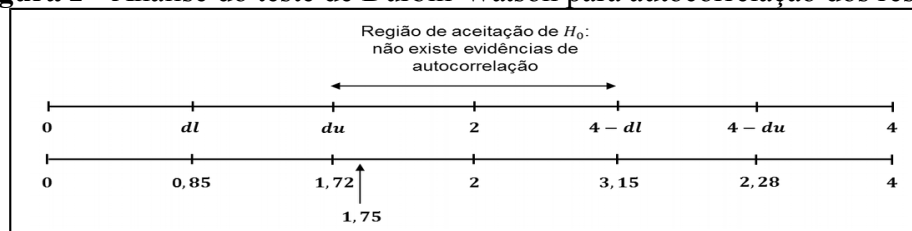
Variáveis	VIF	1/VIF
e_t	1,03	0,97
Y_t	1,03	0,97
Média	1,03	

Fonte: Elaborado pelos autores, a partir dos resultados da pesquisa.

Para testar se os resíduos possuem variância constante, ou seja, são homocedásticos, utilizou-se o teste de *White*. O resultado da estatística foi 6,91, como supõe-se que a estatística segue assintoticamente uma distribuição *qui-quadrado* (χ^2), e o valor crítico com 5 graus de liberdade é 11,71, aceita-se a hipótese nula de ausência de heterocedasticidade. O p-valor (0,22), acima do nível de significância (0,05), confirma a aceitação da hipótese nula. Ressalta-se, conforme Gujarati (2004), que este é um teste assintótico, ou de grande amostra.

Com a finalidade de verificar a existência de autocorrelação nos resíduos foi realizado o teste *Durbin-Watson*. O valor da estatística foi 1,75, considerando o tamanho da amostra, 16, o número de parâmetros, 3, e um nível de significância de 5%, o limite inferior (dl) é 0,85 e o limite superior (du) é 1,72. Como $du < dw < 4 - dl$, rejeita-se a hipótese de que há autocorrelação, ou seja, não existe evidências de auto correlação serial nos resíduos.

Figura 2 - Análise do teste de Durbin-Watson para autocorrelação dos resíduos



Fonte: Elaborado pelos autores.

A normalidade dos resíduos foi testada por meio do teste *Jarque-Bera*. O valor da estatística foi 1,43 e o valor crítico da distribuição *qui-quadrado* (χ^2), com 2 graus de liberdade é 5,99. Como o valor da estatística é menor que o valor da estatística *qui-quadrado* tabelada, aceitamos a hipótese nula de normalidade dos resíduos. A probabilidade de obter o valor da estatística encontrada sob a suposição de normalidade é de cerca de 22%, acima do nível de significância (5%), confirmando a aceitação da hipótese nula. No entanto, assim como o teste de *White*, ressalta-se que este é um teste assintótico, ou de grande amostra (GUJARATI, 2004).



7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo do presente estudo foi analisar a demanda de arroz importado do MERCOSUL (M_t^d), no período de 1997 a 2012, incluindo a renda *per capita* (Y_t) e a taxa de câmbio (e_t) como variáveis independentes.

Assim, os resultados estimados demonstraram coeficientes com sinais esperados, conforme a teoria econômica abordada no trabalho, apresentando uma relação inversa entre a (M_t^d) e (e_t), bem como relação inversa entre o nível de renda dos brasileiros e a demanda por arroz importado. A desvalorização de R\$ 1,00 em relação ao dólar reduz as importações de arroz em 136 mil toneladas. À medida que a renda dos brasileiros aumenta em R\$ 1,00 a (M_t^d) a importação de arroz se reduz em 37 toneladas. As variáveis independentes explicaram 55,20% das importações de arroz, evidenciado pelo R^2 com valor de 0,552.

O modelo econométrico apresentou resultados satisfatórios quanto aos testes para premissas do modelo. Ressalta-se que uma limitação do modelo é o baixo número de observações, o que pode tornar inválido os testes assintóticos realizados.

O modelo permite concluir também que a taxa de câmbio exerce influência na produção nacional de arroz, já que a desvalorização do real frente ao dólar torna o arroz importado mais caro para os brasileiros desestimulando o seu consumo. Isto, por sua vez, pode estimular os rizicultores brasileiros a aumentar a produção, dado que o arroz produzido internamente se torna mais competitivo.

Além disso, o câmbio pode reduzir as desvantagens que a produção nacional apresenta, em termos de custo de produção, comparativamente ao arroz produzido na Argentina e Uruguai, conforme demonstrado pelo estudo de Marion Filho & Einloft (2008).

O arroz sendo um dos alimentos mais consumidos pelos brasileiros e apesar da autossuficiência na produção entre as safras de 2013/2014 e 2014/2015, é evidente que a contínua dependência da importação do produto implica na realização de mais estudos abordando esta temática, de modo a servir como arcabouço para a elaboração de políticas governamentais de apoio ao setor rizícola e a garantia da segurança alimentar do Brasil.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, P. R. **O desenvolvimento do Mercosul**: progressos e limitações. Disponível em: <<http://www.pralmeida.org/05DocsPRA/2258MSulDesenvHist.pdf>>. Acesso em: 10 de janeiro de 2015.

ARAÚJO, C. R. V. **História do Pensamento econômico**: Uma abordagem introdutória. São Paulo: Atlas, 1988.

BLANCHARD, O. **Macroeconomia**. Prentice Hall, 2006.



BRAUN, M. B. S.; CARDOSO, R.D. ; VIAN, C. E. F. Uma análise do desenvolvimento do setor Externo nos países do Mercosul através de indicadores de comércio Internacional. **Informe Gepec**, v. 13, p. 79-89, 2009.

COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO – CONAB. **Balanco de Oferta e Demanda Brasileira**. Disponível em: <http://www.conab.gov.br/OlalaCMS/uploads/arquivos/15_01_09_17_50_14_0601_-_balanco_de_oferta_e_demanda_brasileira.pdf>. Acesso em: 09 de janeiro de 2015.

COSTA, W. M. O Brasil e a América do Sul: cenários geopolíticos e os desafios da integração. **Confins**, v. 7, p. 7, 2009

FERNANDES, S. M. ; WANDER, A. E. ; FERREIRA, C. M. Análise da competitividade do arroz brasileiro: vantagem comparativa revelada. In: 46 ° Congresso da Sociedade Brasileira de Economia e Sociologia Rural: Amazônia, Mudanças Globais e Agronegócios: O Desenvolvimento em Questão, 2008, Rio Branco. **Anais**, 2009.

GASTALDI, J. P. **Elementos da economia política**. São Paulo: Saraiva, 2001.

GIAMBIAGI, F.; BARENBOIM, I. Mercosul: Por uma Nova Estratégia Brasileira. **Revista do BNDES**, v. 12, n. 24, p. 77-110, dez. 2005.

GREENE, W. **Econometric Analysis**. New York. Prentice Hall, 2002.

GUJARATI, D. **Basic Econometrics**. 4ª Ed. New York: McGraw-Hill, 2004.

INSTITUTO PARA A INTEGRAÇÃO DA AMÉRICA LATINA E DO CARIBE - INTAL. **Carta Mensal INTAL n. 196 – dez. 2012**. Disponível em: <http://www10.iadb.org/intal/cartamensual/Cartas/PDF/196/pt/CartaMensual196_Blocos%20de%20Integra%C3%A7%C3%A3o_MERCOSUL_Art1.pdf>. Acesso em: 05 de janeiro de 2015.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA E APLICADA - IPEA. Disponível em: <<http://www.ipeadata.gov.br/>>. Acesso em: janeiro de 2015.

KRUGMAN, P. R. **Economia Internacional: Teoria e Política**. São Paulo: Makron Books, 1999.

MARION FILHO, P. J.; EINLOFT, N. E. . A competitividade do arroz irrigado brasileiro no Mercosul. **Organizações Rurais e Agroindustriais**, v. 10, p. 11-22, 2008.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO EXTERIOR - MDIC. **Alice Web 2**. Disponível em: <http://aliceweb.mdic.gov.br/>. Acesso em janeiro de 2015.



_____. **Mercado Comum do Sul – Apresentação.** Disponível em: <<http://www.desenvolvimento.gov.br/sitio/interna/interna.php?area=5&menu=374>>. Acesso em: 03 de dezembro de 2014.

MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO. **Como trabalhar nos Países do Mercosul:** Guia Dirigido Nacionais dos Estados partes do Mercosul. MTE et al. Brasília: MTE, 2010.

PETRUS, J.K.B; FREITAS, S. H. A.; CUNHA FILHO, M.H.; O mercado do arroz no Estado do Maranhão: uma análise econométrica. In: 42º Congresso Brasileiro de Economia, Administração e Sociologia Rural, 2004, Cuiabá. Anais, 2004.

PORTAL BRASIL, 2012. **Cerimônia de integração da Venezuela ao Mercosul acontece nesta terça.** Disponível em: <<http://www.brasil.gov.br/governo/2012/07/cerimonia-de-integracao-da-venezuela-ao-mercosul-acontece-nesta-terca-31>>. Acesso em: 09 de janeiro de 2015.

SANTOS, M. I.; SOUZA, R. S. ; WANDER, A. E. ; CUNHA, C.A. ; FERNANDES, S. M. Estimação da Equação de Demanda Brasileira por Importação de Arroz da Argentina. In: 47º Congresso Brasileiro de Economia, Administração e Sociologia Rural, 2009, Porto Alegre. **Anais**, 2009.

SOUZA, L. G. A.; CAMARA, M. G. G.; SEREIA, V. J. As exportações e a competitividade da carne bovina brasileira e paranaense no período 1990-2005. **Revista Paranaense de Desenvolvimento**, n.114, p.153-178, jan./jun. 2008.

TREIN, F. Mercosul : uma breve análise de suas origens à crise atual. **Civitas**, v. 1, n.1, p. 11-26, 2000.

*Recebido em 02/06/2016
Aprovado em 27/07/2016*



O IMPACTO DA CRISE FINANCEIRA DE 2008-2009 SOBRE AS EXPORTAÇÕES PARANAENSES: Uma Aplicação do Modelo Gravitacional

THE IMPACT OF FINANCIAL CRISIS OF 2008-2009 ON PARANA'S EXPORTS: An Application of Gravitational Model

Geisiane Michelle Zanquetta de Pintor*

Mirian Beatriz Schneider**

Paulo Costacurta de Sá Porto***

RESUMO

O objetivo deste trabalho é avaliar o impacto da crise financeira de 2008-2009 nas exportações do Paraná através do uso de um modelo gravitacional. A equação foi estimada por meio de dados em painel, usando o modelo de efeitos aleatórios com correção de heterocedasticidade e de autocorrelação. A variável *dummy* para a crise foi estatisticamente significativa, indicando que a redução da demanda global ocasionada pela crise financeira acarretou uma redução de 11,68% nas exportações paranaenses. Entretanto, como entre 2008 e 2009 as exportações paranaenses apresentaram uma queda de 26,3%, a queda adicional nas exportações do estado se justifica pela imposição de barreiras não tarifárias pelos vários países parceiros comerciais do Brasil em resposta à crise financeira.

Palavras-chave: crise internacional; exportações paranaenses; barreiras comerciais; modelo gravitacional; dados em painel.

ABSTRACT

The objective of this study was to evaluate the impact of the 2008-2009 financial crisis on Paraná's exports through the use of a gravity model. The equation was estimated using panel data and a Random Effects model, correcting for the presence of heteroscedasticity and autocorrelation. The crisis dummy was statistically significant, indicating that the global fall in demand due to the global financial crisis led to a reduction of 11,68% in Paraná's exports. However, since the Paraná's exports fell by 26,3% between 2008 and 2009, this additional fall in the state's exports can be explained by the imposition of non-tariff barriers by Brazil's main trade partners in response to the financial crisis.

Key words: international crisis; Paraná's exports, trade barriers; gravity model; panel data.

* Professora da Universidade Federal da Integração Latino-Americana (UNILA). Mestre em Desenvolvimento Regional e Agronegócio pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE/Campus de Toledo). E-mail: geisiane.pintor@unila.edu.br

** Professora Adjunta da Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE/Campus de Toledo). Doutora em História Econômica pela Universidade de León. E-mail: mirian-braun@hotmail.com.

*** Professor Adjunto da Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP). Doutor em Economia pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). E-mail: sa.porto@unifesp.br.



1 INTRODUÇÃO

A crise financeira de 2008-2009, embora originada na desregulamentação de inovações financeiras em alguns países desenvolvidos, influenciou a economia real em vários países, afetando as exportações brasileiras e paranaenses por meio da redução da demanda mundial e do aumento de medidas protecionistas no comércio internacional, que foram utilizadas pelos países afligidos pela crise para recuperarem-se e protegerem setores da concorrência externa.

De fato, entre 2008 e 2009 o Produto Interno Bruto (PIB) mundial reduziu-se de US\$ 61,95 trilhões para US\$ 58,72 trilhões. O mesmo ocorreu com o PIB dos Estados Unidos e da União Europeia, que caíram de US\$ 14,22 trilhões e US\$ 18,34 trilhões, respectivamente, para US\$ 13,90 trilhões e US\$ 16,39 trilhões. Entretanto, outros países apresentaram um aumento no PIB neste período, como a China, cujo PIB elevou-se de US\$ 4,52 trilhões para US\$ 4,99 trilhões no período (BANCO MUNDIAL, 2013b).

A queda da atividade econômica mundial refletiu-se também nas exportações globais. Segundo o Banco Mundial (2014), as exportações mundiais de bens e serviços reduziram-se em 18,85% entre 2008 e 2009, tendo caído de US\$ 19,79 trilhões para US\$ 16,06 trilhões. Isto também se refletiu nas exportações brasileiras e do estado do Paraná. Enquanto as exportações nacionais registraram queda de 22,7% no período 2008-2009 (passando de US\$ 197,9 bilhões para US\$ 153 bilhões), o comércio exterior paranaense reduziu em 26,3% neste mesmo período (MDIC/SECEX, 2013a).

Assim, a redução da demanda externa mundial impôs desafios significativos ao comércio exterior brasileiro e paranaense. O objetivo deste trabalho é avaliar o impacto da crise financeira de 2008-2009 nas exportações do Paraná através do uso de um modelo gravitacional. Tal modelo foi estimado utilizando dados em painel usando um modelo de efeitos aleatórios com correção de heteroscedasticidade e de autocorrelação. Justifica-se o uso deste modelo pela sua capacidade de explicar empiricamente o comércio internacional com grande êxito (SÁ PORTO; CANUTO, 2004).

Este estudo está estruturado em cinco seções, incluindo a presente introdução. A segunda seção apresenta o referencial teórico sobre o papel das crises no sistema capitalista e seus impactos sobre as economias. Será abordada a concepção dos economistas Karl Marx, John Maynard Keynes e Joseph Schumpeter sobre as crises econômicas e será feita uma breve revisão da crise financeira de 2008. A terceira seção traz uma análise sobre o modelo gravitacional, bem como as fontes dos dados que foram usados e os procedimentos metodológicos efetuados. A quarta seção traz os resultados da estimação da equação gravitacional para as exportações paranaenses entre 2000 e 2012, além de uma análise de barreiras tarifárias e não tarifárias que incidem sobre as exportações do estado. Na última seção, serão delineadas as considerações finais bem como possíveis extensões a este estudo.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 OS ECONOMISTAS E AS CRISES

Karl Marx acreditava que as crises eram intrínsecas ao capitalismo e um indício de seu imediato e inevitável colapso. Ele foi o “[...] primeiro pensador a perceber o capitalismo como inerentemente instável e sujeito a crises. Na avaliação de Marx, o capitalismo é a encarnação



do caos; é um sistema que inevitavelmente mergulhará no abismo, e levará com ele a economia” (ROUBINI; MIHM, 2010, p. 56).

Segundo Marx, existem dois tipos de crises no sistema capitalista: crises decorrentes da queda da taxa de lucro e crises de realização de valor (SOUZA, 2007). Deste modo, “[...] para Marx, a produção capitalista, em função das contradições que agravam o seu desenvolvimento, estaria fadada a conviver com frequentes crises, que se manifestariam nas formas de superprodução, tendência à queda da taxa de lucro e superacumulação de capital” (POLARI, 1984, p. 88). A visão de Marx sobre as crises não é aceita de maneira unânime. Entretanto, “[...] depois de Marx, os economistas tiveram de admitir a possibilidade de o capitalismo conter as sementes de sua própria destruição” (ROUBINI; MIHM, 2010, p. 57).

Já para Joseph Schumpeter, a economia move-se através de ciclos econômicos, os quais possuem quatro fases: ascensão ou *boom*, recessão, depressão e a recuperação. De acordo com Schumpeter, no período de prosperidade surgem várias inovações. Tais inovações aumentam a demanda por bens de produção, de modo que a economia, nesta fase, cresce acima da tendência histórica. Mas quando os direitos de patentes sobre estas inovações acabam, surgem produtos e processos similares no mercado. O aumento da concorrência e a redução das inovações fazem com que a economia entre em uma fase de recessão (SOUZA, 2007).

A recessão não é indesejável, pois neste período ocorrem os ajustes necessários na economia que induzem a uma melhora na eficiência e na competitividade, o que possibilita a retomada do crescimento. Assim, Schumpeter sustenta que as inovações, sejam de produtos ou de processos de produção, são fonte permanente de uma “destruição criadora”, a qual acarreta um processo de seleção natural, no qual sobrevivem as empresas mais eficientes e que melhor se adaptam às novas condições do mercado. Os períodos de depressão promovem uma eliminação seletiva de empresas, a qual não deve ser evitada ou reduzida, pois os sobreviventes deste ajuste criarão uma nova economia, mais eficiente e robusta. Schumpeter, conclui que a intervenção excessiva do Estado na economia pode dificultar os ajustes decorrentes da destruição criadora (ROUBINI; MIHM, 2010; SOUZA, 2007).

Já na visão do economista britânico John Maynard Keynes, em sua principal obra *A teoria geral do emprego, do juro e da moeda* (1936), o ciclo econômico é “[...] o resultado de uma variação cíclica na eficiência marginal do capital, embora complicado e frequentemente agravado por modificações que acompanham outras variáveis importantes do sistema econômico no curto prazo” (KEYNES, 2007, p. 243). A eficiência marginal do capital, ou seja, a expectativa de lucro futuro dos empresários, depende da abundância ou escassez de bens de capital e das expectativas correntes sobre o rendimento futuro dos bens de capital. Assim, a crise seria ocasionada pelo colapso da eficiência marginal do capital (KEYNES, 2007).

Os períodos de expansão são caracterizados por expectativas otimistas sobre o rendimento futuro dos bens de capital. Entretanto, as oscilações da economia podem ocasionar uma ruptura de confiança, ou de expectativas, na qual a decisão de investir ou produzir é tomada por uma incerteza radical, a qual caracteriza a crise. Para Keynes, a crise consiste em uma ruptura de convenções, a qual está associada à incerteza sobre o futuro, que faz o empresário “[...] preferir seguir o que a maioria de seus pares acredita que irá ocorrer em detrimento daquilo em que ele crê. A preferência por seguir mercados organizados que definem parâmetros traz o conceito de convenção, tão caro a Keynes” (AFONSO, 2012, p. 23-24). Neste caso, a incerteza cresce e paralisa as decisões empresariais de investir e produzir (AFONSO, 2012; KEYNES, 2007).



De acordo com Keynes, a resposta ao colapso das expectativas e da demanda agregada deveria ocorrer pelo gasto e endividamento público. A solução seria o governo intervir na economia e criar demanda. Para ele, “cavar buracos no chão à custa da poupança não só aumentará o emprego, como também a renda nacional em bens e serviços úteis” (KEYNES, 2007, p. 173). Deste modo, os gastos governamentais seriam necessários para enfrentar a ruptura das convenções dos agentes econômicos. Entretanto, Keynes não defendeu o déficit fiscal por si só ou decorrente da irresponsabilidade das autoridades governamentais (AFONSO, 2012).

2.2 A CRISE FINANCEIRA INTERNACIONAL DE 2008

As crises financeiras surgem em vários casos devido à formação de uma bolha na economia, que tipicamente é gerada pelo excesso de endividamento, seja do governo, das empresas ou das famílias. O excesso de endividamento (ou alavancagem) gera expectativas negativas sobre o seu fluxo futuro de pagamentos. A origem da crise financeira mundial que se iniciou em 2008 foi o estouro da bolha imobiliária nos Estados Unidos, resultado de uma provisão de crédito sem garantias a um número cada vez maior de compradores de habitações. A bolha foi realimentada pela elevação dos preços dos imóveis, os quais eram consequência da demanda crescente por eles (MOREIRA; SOARES, 2010; SINGER, 2009).

Inicialmente, o sistema imobiliário efetuava vendas mediante fortes garantias dos compradores. Entretanto, com a saturação do mercado de bons pagadores, passou a se negociar com compradores de baixa capacidade de pagamento, isto é, de baixa renda e histórico de inadimplência. As instituições financeiras passaram a conceder empréstimos com análise de crédito cada vez menos rigorosa, e passaram a emprestar para clientes *subprime*¹. Os empréstimos eram concedidos com hipotecas de imóveis como garantia. Como os imóveis estavam valorizados pelo aumento da demanda, tais empréstimos eram aceitos pelas instituições financeiras. Para se disfarçar os empréstimos para clientes de alto risco, várias instituições financeiras passaram a emitir títulos “*subprime*”, cujo valor era atrelado ao dos imóveis vendidos (MUNIZ; LIMA, 2009).

A crescente inadimplência dos tomadores de crédito (principalmente os clientes *subprime*) fez com que os investidores que adquiriram títulos lastreados nas hipotecas percebessem que não conseguiriam obter o retorno esperado. Ao tentarem vender esses papéis, o valor destes títulos caiu ainda mais no mercado, e investidores e instituições perceberam que não havia muitos compradores, descobrindo também que o risco de liquidez destes títulos era maior do que se esperava (CARDIM DE CARVALHO, 2008).

À medida que o valor das hipotecas *subprime* caía vertiginosamente, muitos bancos e financeiras que adquiriram estes papéis se tornaram insolventes ou chegaram próximo à falência. A falência do banco de investimento Lehman Brothers, em setembro de 2008, ocasionou a paralisação das operações interbancárias e espalhou desconfiança entre os investidores no sistema financeiro mundial. Isto acarretou pânico nos mercados de ações, de câmbio, de derivativos e de crédito (CARDIM DE CARVALHO, 2008; FARHI, 2010).

Após a eclosão da crise, os governos dos países desenvolvidos adotaram políticas tipicamente keynesianas (aumentando o gasto público), tomando quatro decisões imediatas. A primeira foi aumentar a liquidez por meio da redução da taxa básica de juros, uma vez que a

¹ Segundo Cardim de Carvalho (2008, p. 18), “o termo *subprime* [...] identifica precisamente os indivíduos que não teriam renda, ou garantias, ou história de crédito que justificassem a concessão do empréstimo”.



crise acarretou forte redução do crédito após a perda de confiança que se seguiu ao início da crise; a segunda foi resgatar e recapitalizar os principais bancos, que estavam descapitalizados e com uma carteira de ativos de valor reduzido e até sem valor, em vários casos; a terceira foi usar políticas fiscais expansionistas, uma vez que a queda nas taxas de juros necessária para conter a crise foi tão acentuada que os juros atingiram patamares próximos a zero nas principais economias; e a quarta foi iniciar o processo de intensificação no ajuste da regulação do sistema financeiro. Se isto não tivesse ocorrido, esta crise poderia causar mais danos à economia mundial do que a Grande Depressão (BRESSER-PEREIRA, 2010).

No período que se segue à eclosão da crise, o PIB encolheu fortemente em praticamente todo o mundo, sendo a queda mais acentuada em vários países desenvolvidos. Porém, as políticas fiscais e monetárias expansionistas, e as políticas industriais de incentivo a setores específicos em alguns países, como o setor automobilístico e de construção civil, contribuíram para aumentar a demanda agregada e diminuir os impactos da retração do investimento e do consumo diante do aumento do desemprego, das incertezas e do excesso de endividamento de outros setores. Assim, a contração econômica mundial acabou sendo até menor do que poderia ter sido se comparada à Grande Depressão (CARDIM DE CARVALHO, 2011).

3 METODOLOGIA

3.1 O MODELO GRAVITACIONAL

Para avaliar o impacto da crise financeira de 2008 nas exportações paranaenses foi utilizado um modelo gravitacional. Tal modelo prevê que o comércio entre dois países é diretamente proporcional ao produto de suas rendas e inversamente proporcional à distância entre eles. A utilização deste modelo para estimar o fluxo de comércio entre países teve início com os trabalhos de Tinbergen (1962), Pöyhönen (1963) e Linnemann (1966) (AZEVEDO, 2004).

Tinbergen afirmou que três conjuntos de fatores explicariam os fluxos bilaterais de comércio. O primeiro e o segundo conjunto incluem fatores relacionados, respectivamente, à oferta potencial da nação exportadora e à demanda potencial do país importador, que no modelo gravitacional correspondem ao PIB e à população destes países, respectivamente. O terceiro grupo de fatores consiste na resistência ao comércio, a qual pode ser natural ou artificial. As barreiras naturais consistem em resistências impostas pela natureza, como, por exemplo, os custos e o tempo de transporte. Já as barreiras artificiais são impostas pelos governos, tais como as tarifas de importação, as restrições quantitativas e os controles cambiais. Além disto, variáveis *dummy* também podem ser incluídas no modelo para representarem outros fatores qualitativos que afetem os fluxos de comércio, como, por exemplo, os acordos preferenciais de comércio entre países (SÁ PORTO, 2002).

O modelo gravitacional possui grande êxito na explicação do comércio empiricamente. Tal sucesso decorre da sua capacidade de incorporar a maior parte dos fenômenos empíricos presentes no comércio internacional. O modelo tem sido utilizado também para avaliar os impactos dos tratados de comércio nas exportações dos países (AITKEN, 1973; KUME e PIANI, 2000; AZEVEDO, 2004), para avaliar os impactos de tais tratados de comércio nas regiões dos países participantes (SÁ PORTO, 2002; SÁ PORTO e

CANUTO, 2002; SÁ PORTO e CANUTO, 2004), bem como para estimar os efeitos das fronteiras no comércio internacional (ANDERSON; VAN WINCOOP, 2003).

A literatura de comércio internacional tem tradicionalmente utilizado uma equação gravitacional em sua forma log-linear, para então estimar seus parâmetros por meio do método dos Mínimos Quadrados Ordinários (MQO). A Equação 1 abaixo mostra a forma mais genérica da equação gravitacional aplicada ao comércio internacional (AZEVEDO, 2004; MODOLO, 2012; SÁ PORTO, 2002):

$$\ln M_{ij} = \beta_0 + \beta_1 \ln Y_i + \beta_2 \ln \left(\frac{Y_i}{N_i} \right) + \beta_3 \ln Y_j + \beta_4 \ln \left(\frac{Y_j}{N_j} \right) + \beta_5 \ln Dist_{ij} + \varepsilon_{ij} \quad (1),$$

em que:

M_{ij} é o comércio bilateral (importações, exportações nominais ou a soma de ambas) entre o país i e o país j ;

Y_i e Y_j são o PIB nominal dos países i e j , respectivamente;

N_i e N_j são a população dos países i e j , respectivamente;

$Dist_{ij}$ é a distância entre os países i e j ;

β_0 a β_5 são os parâmetros estimados pelo modelo; e

ε_{ij} é o termo de erro.

Para a equação (1) acima, espera-se que os coeficientes β_0 a β_4 sejam positivos e que o coeficiente β_5 seja negativo. Considerando que o objetivo deste trabalho é o de analisar o impacto da crise financeira nas exportações paranaenses, foi acrescentada à equação uma variável *dummy* para capturar este efeito. Além disso, outras *dummies* foram incluídas para capturar outros efeitos sobre as exportações paranaenses, como o papel dos blocos de comércio², do preço das commodities nas exportações mundiais³ e da auto-suficiência de um país em relação ao comércio internacional (medida por sua extensão territorial de um país)⁴. Assim, a equação que foi utilizada pode ser especificada da seguinte forma, adotando-se a forma logarítmica:

$$\ln X_{ij} = \beta_0 + \beta_1 \ln Y_i + \beta_2 \ln Y_j + \beta_3 \ln P_i + \beta_4 \ln P_j + \beta_5 \ln Dist_{ij} + \beta_6 Preço + \beta_7 Área + \beta_8 Crise + \beta_9 China + \beta_{10} Nafta + \beta_{11} Europa + \beta_{12} Mercosul + \varepsilon_{ij} \quad (2),$$

em que:

X_{ij} corresponde às exportações do Paraná para o país j ;

² Para tal exercício foram utilizadas os blocos de comércio Mercosul, Nafta, União Europeia e China. Embora China seja um país (e não um bloco), foi considerada como um bloco, dada a importância para o comércio internacional, nacional e do Paraná. Embora não haja preferência comercial entre o Brasil (e o Paraná) e o Nafta e União Europeia, tais blocos foram considerados, dada a sua importância como origem e destino dos fluxos de comércio brasileiros e paranaenses.

³ Como o Paraná é um grande exportador de *commodities*, o preço destas podem impactar significativamente os fluxos comerciais do estado.

⁴ Tal variável demonstra a auto-suficiência de um país em relação ao comércio internacional com outros países. Quanto maior a área territorial de uma nação, maior sua disponibilidade de recursos naturais, o que a torna mais auto-suficiente e diminui sua necessidade de comercializar internacionalmente (AZEVEDO; REIS; LÉLIS, 2014).

Y_i é o PIB do Paraná;

Y_j é o PIB do país j ;

P_i é a População do Paraná;

P_j é a População do país j ;

$Dist_{ij}$ é a distância entre a capital do Paraná e a capital do país j ;

Preço é o preço internacional das *commodities*;

Área é a extensão territorial do país j ;

Crise é uma variável *dummy* que possui valor 1 nos anos de 2008, 2009 e 2010 (os anos do ápice da crise) e 0 nos demais casos;

China é uma variável *dummy* que possui valor 1 caso o país de destino das exportações paranaenses seja a China e 0 nos demais casos;

Nafta é uma variável *dummy* que possui valor 1 caso o país de destino das exportações paranaenses pertença ao NAFTA e 0 nos demais casos;

Europa é uma variável *dummy* que possui valor 1 caso o país de destino das exportações paranaenses pertença à União Europeia e 0 nos demais casos;

Mercosul é uma variável *dummy* que possui valor 1 caso o país de destino das exportações paranaenses pertença ao MERCOSUL e 0 nos demais casos;

β_0 a β_{12} são parâmetros que se espera tenham (exceto β_5 , β_7 e β_8) sinal positivo; e

ε_{ij} é o erro.

A Equação 2 foi estimada pela técnica de dados em painel, por meio do *Software Stata* 12, para o comércio do Paraná com 45 países entre 2000 e 2012. Os países utilizados neste estudo foram: África do Sul, Alemanha, Angola, Arábia Saudita, Argentina, Áustria, Bangladesh, Bélgica, Canadá, Chile, China, Chipre, Colômbia, Coréia do Sul, Cuba, Dinamarca, Egito, Emirados Árabes Unidos, Eslovênia, Espanha, Estados Unidos, Finlândia, França, Grécia, Hong Kong, Hungria, Índia, Irã, Irlanda, Itália, Japão, México, Países Baixos (Holanda), Paraguai, Peru, Polônia, Portugal, Reino Unido, República Tcheca, Romênia, Rússia, Suécia, Tailândia, Uruguai e Venezuela. No período analisado, a participação destes países no destino das exportações do estado foi de 87,58%, em média.

3.2 DADOS EM PAINEL

Uma questão importante com relação ao uso de dados em painel é quanto à escolha do modelo de regressão a ser utilizado. No modelo de regressão com dados em painel, uma unidade de corte transversal (como um país, por exemplo) é acompanhada ao longo do tempo. Assim, possui dimensão espacial e temporal. A estimação de modelos de regressão com dados em painel pode ser feita por várias técnicas, dentre elas destacam-se o modelo de Dados Seccionados Conjuntos (*Pooled Cross-section*), o modelo de Efeitos Fixos e o modelo de Efeitos Aleatórios (GUJARATI, 2006).

O modelo *Pooled Cross-section* consiste em um estimador simples que assume que o comportamento é uniforme para todos os indivíduos e ao longo do tempo e que todas as observações são homogêneas. O modelo é estimado aplicando o método dos MQO à amostra longitudinal. Entretanto, o modelo terá um grave erro de especificação e viés por desconsiderar a heterogeneidade existente nos dados. Assim, o modelo não é “[...] verdadeiramente um método de estimação em painel” (MARQUES, 2010, p. 5).

No modelo de Efeitos Fixos, cada intercepto pode diferir entre os indivíduos, uma vez que cada unidade individual pode possuir características especiais, porém cada intercepto individual não se altera com o tempo, ou seja, cada unidade de corte transversal possui seu próprio valor fixo de intercepto. Além disto, o modelo pressupõe que os coeficientes



angulares dos regressores não variam entre indivíduos e ao longo do tempo. Este modelo é adequado quando o intercepto específico ao indivíduo possa estar correlacionado a um ou mais regressores (GUJARATI, 2006).

No modelo de Efeitos Aleatórios, pressupõe-se que o intercepto de uma unidade individual é uma extração aleatória de uma população maior com um valor médio constante. Assim, o intercepto representa o valor médio de todos os interceptos de corte transversal e o termo de erro corresponde ao desvio aleatório do intercepto individual de seu valor médio. Este modelo é adequado quando o intercepto aleatório de cada unidade do corte transversal não é correlacionado com os regressores.

Para definir o melhor modelo foram utilizados aqui os seguintes testes: teste de Chow, teste de Hausman e teste LM de Breusch-Pagan. O primeiro testa a melhor estimativa entre o modelo *Pooled* e o de Efeitos Fixos. Neste teste, a hipótese nula é de que o modelo *Pooled* é o mais adequado. O segundo teste auxilia na escolha entre o modelo de Efeitos Fixos e o de Efeitos Aleatórios. Se a hipótese nula for rejeitada, o modelo de Efeitos Aleatórios é preferível ao uso do modelo de Efeitos Fixos. O teste LM de Breusch-Pagan é utilizado para testar a melhor estimativa entre o modelo *Pooled* e o de Efeitos Aleatórios. O teste possui hipótese nula de que o modelo *Pooled* é o mais adequado. Se a hipótese nula for rejeitada, o modelo de Efeitos Aleatórios é preferível ao *Pooled* (GUJARATI, 2006).

Outra questão importante quanto ao uso de dados em painel é que estes podem possuir problemas de estimação e de inferência. Como envolvem cortes transversais e séries temporais, os problemas que afetam os dados de corte transversal, como a heteroscedasticidade, e as séries temporais, como a não-estacionariedade e a autocorrelação, precisam ser corrigidos.

Para verificar a estacionariedade ou a não-estacionariedade da série foi utilizado o teste de raiz unitária de Im, Pesaran e Shin (IPS), o qual possui como hipótese nula a presença de raiz unitária em todos os painéis. Para detectar a existência de heteroscedasticidade foi utilizado aqui o teste Breusch-Pagan, cuja hipótese nula é a de homoscedasticidade. Finalmente, para detectar a presença de autocorrelação foi utilizado aqui o teste de Wooldridge, que tem como hipótese nula a ausência de autocorrelação (GUJARATI, 2006).

3.3 FONTES DE DADOS E PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Os dados utilizados vêm das seguintes fontes. Os dados de comércio exterior (exportações e importações) do Paraná vêm do sistema Alice do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior. Os dados do PIB e população vêm do Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social (IPARDES), do Banco Mundial, da *Organisation for Economic Co-operation and Development* (OECD) e da *United Nations Conference on Trade and Development* (UNCTAD). Os dados sobre a distância em quilômetros foram obtidos do *Horloge Parlante*. A extensão territorial de Hong Kong foi obtida do *World Atlas* e a dos demais países importadores foram obtidas do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), enquanto a extensão territorial do Paraná foi obtida do IPARDES. Os preços das *commodities* foram obtidos da UNCTAD. Os dados relacionados às barreiras tarifárias e não tarifárias foram coletados da OECD e do Banco Mundial. O Índice de Preços ao Consumidor (IPC) mensal, trimestral e anual dos Estados Unidos e a taxa de câmbio anual média, utilizados para equalização dos dados, foram coletados do IPEADATA.

As séries de dados utilizadas nessa pesquisa possuem frequência trimestral. A análise estende-se do primeiro trimestre do ano 2000 ao quarto trimestre de 2012, totalizando 2.340 observações, as quais foram divididas em 45 painéis na estimação da equação gravitacional. Cada painel corresponde a um país importador de produtos paranaenses. As variáveis utilizadas neste estudo foram equacionadas devido às diferenças na disponibilidade dos dados.

As séries trimestrais de exportações paranaenses foram convertidas para milhões de dólares. O PIB anual do Paraná em milhões de reais foi convertido para milhões de dólares pela taxa de câmbio anual média e transformado de anual para trimestral pela média móvel geométrica.

O PIB anual da Angola, Arábia Saudita, Bangladesh, China, Chipre, Colômbia, Coreia do Sul, Egito, Grécia, Hong Kong, Índia, Paraguai, Peru, Romênia, Tailândia, Uruguai e Venezuela, foram transformados para milhões de dólares e convertidos em trimestral pela média móvel geométrica. O PIB trimestral da África do Sul, Alemanha, Argentina, Áustria, Bélgica, Canadá, Chile, Dinamarca, Eslovênia, Espanha, Estados Unidos, Finlândia, França, Hungria, Japão, Irlanda, Itália, México, Países Baixos (Holanda), Polônia, Portugal, Reino Unido, República Tcheca, Rússia e Suécia estão em milhões de dólares. Já o PIB anual, em milhões de dólares, de Cuba, Emirados Árabes Unidos e Irã foram convertidos em trimestral pela média móvel geométrica.

A população anual do Paraná, e a população anual dos 45 países importadores foi convertida de anual para trimestral por meio da média móvel geométrica. Os preços mensais das *commodities* foram convertidos em trimestral por meio de uma média simples.

4 RESULTADOS

Para se escolher o melhor modelo para tal estimação, foram estimados três modelos de dados em painel: o modelo *Pooled*, o modelo de Efeitos Fixos e o de Efeitos Aleatórios. Para a escolha do melhor modelo foram utilizados os testes de Chow, Hausman e LM de Breusch-Pagan. Tais testes indicaram que o modelo de Efeitos Aleatórios é melhor em relação aos modelos *Pooled* e de Efeitos Fixos. Na sequência foram realizados testes para detectar a presença de heteroscedasticidade e autocorrelação. Os resultados das estimações são apresentados na Tabela 1 para os três modelos, bem como para suas correções de heteroscedasticidade, de autocorrelação, e ambas as correções.

Quanto aos testes, o teste de Breusch-Pagan indicou a presença de heteroscedasticidade e o teste de Wooldridge indicou a presença de autocorrelação. Assim, foi escolhido o modelo de Efeitos Aleatórios com correção de heteroscedasticidade, de autocorrelação e com ambas as correções. Os resultados para este modelo mostram que, de acordo com o modelo de Efeitos Aleatórios com correção de heteroscedasticidade e autocorrelação, as variáveis independentes explicam em torno de 41% das exportações paranaenses entre 2000 e 2012.

Quanto aos coeficientes das variáveis independentes, o coeficiente PIB do Paraná foi estatisticamente significativo, porém não apresentou sinal esperado pela teoria, indicando que um aumento de 1% no PIB paranaense reduz as exportações do estado em 1,49%. Uma possível explicação seria que o aumento do PIB elevaria a renda no estado, o que aumentaria o consumo interno e, conseqüentemente, reduziria o excedente exportável. Por sua vez, o coeficiente do PIB dos países importadores apresentou o sinal positivo esperado e foi



estatisticamente significativo. Um crescimento de 1% na renda dos países que importam produtos paranaenses faz com que as exportações do Paraná aumentem 0,11%.

Já o coeficiente da variável população do Paraná foi estatisticamente significativa e apresentou o sinal positivo esperado. Uma elevação em 1% na população paranaense aumenta as exportações do estado em 31,82%. O coeficiente da população dos países importadores também obteve o sinal esperado e foi estatisticamente significativo, indicando que um acréscimo em 1% na população dos países importadores ocasiona um aumento de 3,49% nas exportações paranaenses.

Quanto ao preço das *commodities*, seu coeficiente foi estatisticamente significativo e apresentou o sinal esperado. Uma elevação de 1% nos preços das *commodities* faz com que as exportações do estado aumentem em 0,74%. Por sua vez, o coeficiente da distância entre a capital paranaense e a capital dos países importadores, embora tenha apresentado o sinal esperado, foi estatisticamente insignificante. De acordo com seu coeficiente, um aumento de 1% na distância entre as capitais reduz as exportações do estado em 0,89%. O coeficiente da variável área dos países importadores foi estatisticamente insignificante, porém apresentou o sinal esperado. Seu coeficiente indicou que um aumento de 1% na área do país importador reduz as exportações do Paraná em 0,31%.

Quanto às *dummies* incluídas para captar o efeito das exportações paranaenses para a China e para os países-membros de blocos como o NAFTA, a União Europeia e o MERCOSUL, todas tiveram seus coeficientes estatisticamente insignificantes. Os coeficientes das *dummies* China e MERCOSUL indicaram que, entre 2000 e 2012, as exportações paranaenses para estes países aumentaram, respectivamente, 80,96% e 67,30%⁵. Já os coeficientes das *dummies* NAFTA e União Europeia mostraram que, no período analisado, as exportações do Paraná para tais países diminuíram, respectivamente, 23,48% e 71,30%. Isto demonstra a intensificação comercial entre o Paraná e os países emergentes, como a China, e a diminuição da participação dos países desenvolvidos, como Estados Unidos e países da União Europeia, no destino das exportações do estado no período analisado.

Apesar da ausência de significância destas *dummies*, entre 2000 e 2012 houve uma diversificação do destino das exportações paranaenses, caracterizada pelo aumento da importância dos países emergentes no destino das exportações do estado em detrimento da participação das nações desenvolvidas (WEYDMANN, 2010).

Por exemplo, no ano 2000 a União Europeia era destino de 36,44% das exportações paranaenses, e manteve uma participação acima de 30% entre 2000 e 2007. A partir de 2008, ano de eclosão da crise financeira internacional, esta participação apresentou sucessivas quedas, passando de 29,66%, em 2008, para 16,30%, em 2012. O mesmo ocorreu com a participação dos Estados Unidos no destino das exportações paranaenses. Entre 2000 e 2006, sua participação era superior a 10%. Em 2007, entretanto, sua participação diminuiu para 7,19%. Entre 2008 e 2012, tal participação situou-se em patamares inferiores a 5%, passando de 4,72%, em 2008, para 3,72%, em 2012 (ALICEWEB, 2013).

⁵ Quanto à interpretação de coeficientes das variáveis *dummy*, “[...] em modelos do tipo $\ln Y_i = \beta_1 + \beta_2 D_i$, a variação relativa de Y (isto é, sua semi-elasticidade) em relação ao regressor binário que assume valores 1 ou 0 pode ser obtida por (antilogaritmo do β_2 estimado) - 1 vezes 100, isto é, por $(e^{\beta_2} - 1) \times 100$ ” (GUJARATI, 2006, p. 270). Desde modo, por exemplo, a semi-elasticidade das exportações paranaenses em relação à *dummy* China pode ser calculada da seguinte forma: $(e^{0,5931} - 1) \times 100 = 80,96$. Já a semi-elasticidade das exportações paranaenses em relação à *dummy* União Europeia pode ser calculada da seguinte forma: $(e^{-1,2484} - 1) \times 100 = -71,30$.



Tabela 1 - Equação gravitacional estimada para as exportações paranaenses entre 2000 e 2012

Variáveis	Regressão Pooled	Efeitos Fixos (EF)	Efeitos Aleatórios (EA)	EA com correção de heteroscedasticidade	EA com correção de autocorrelação	EA com correção de heteroscedasticidade e autocorrelação
Constante	-130,2267* (31,5435)	-134,2267* (19,2862)	-128,5548* (19,8736)	-128,5548* (33,0807)	-121,6089* (26,0205)	-128,5548* (19,8736)
PIB do Paraná	-1,4577 (1,1225)	-1,8410* (0,6864)	-1,4946* (0,6795)	-1,4946 (0,9452)	-0,2698 (0,7543)	-1,4946* (0,6795)
PIB dos países importadores	0,0799* (0,0086)	0,9885* (0,2650)	0,1105* (0,0535)	0,1105* (0,0437)	0,0936 (0,0488)	0,1105* (0,0535)
População do Paraná	32,1472* (8,0317)	28,0966* (4,9790)	31,8174* (4,8667)	31,8174* (8,4620)	29,7109* (6,5308)	31,8174* (4,8667)
População dos países importadores	3,0900* (0,1573)	4,0466* (1,1928)	3,4924* (0,7751)	3,4924* (0,8361)	3,2485* (0,8129)	3,4924* (0,7751)
Distância	-0,7702* 0,0864	- -	-0,8876 (0,5467)	-0,8876* (0,3473)	-0,8156 (0,5010)	-0,8876 (0,5467)
Preço das commodities	0,7419 (0,4212)	0,6929* (0,2543)	0,7420* (0,2543)	0,7420* (0,2089)	0,3622 (0,2805)	0,7420* (0,2543)
Área dos países importadores	-0,2275* (0,0296)	- -	-0,3111 (0,1740)	-0,3111* (0,1537)	-0,2645 (0,1639)	-0,3111 (0,1740)
Dummy Crise	-0,1254 (0,0896)	-0,1124* (0,0541)	-0,1242* (0,0541)	-0,1242 (0,0631)	-0,1006 (0,0720)	-0,1242* (0,0541)
Dummy China	0,5644* (0,2447)	- -	0,5931 (1,5601)	0,5931 (0,7899)	0,5608 (1,4047)	0,5931 (1,5601)
Dummy Nafta	-0,0681 (0,1546)	- -	-0,2676 (0,9898)	-0,2676 (0,4419)	-0,1575 (0,8893)	-0,2676 (0,9898)
Dummy União Europeia	-1,0681* (0,1038)	- -	-1,2484 (0,6487)	-1,2484* (0,5255)	-1,1644 (0,5906)	-1,2484 (0,6487)
Dummy Mercosul	0,6114* (0,2100)	- -	0,5146 (1,3520)	0,5146 (0,5262)	0,5800 (1,2107)	0,5146 (1,3520)
Observações	2.340	2.340	2.340	2.340	2.340	2.340
Grupos	-	45	45	45	45	45
Períodos	-	52	52	52	52	52
R-Squared	0,4137	-	-	-	-	-
Adj R-squared	0,4106	-	-	-	-	-
R-sq within	-	0,1523	0,1481	0,1481	0,1466	0,1481
R-sq between	-	0,0524	0,4960	0,4960	0,4999	0,4960
R-sq overall	-	0,0448	0,4098	0,4098	0,4125	0,4098
Teste F	136,81	68,56	-	-	-	-
Teste de Hausman	-	12,04	-	-	-	-
Teste LM de Breusch-Pagan	23.983,89	-	-	-	-	-
Teste de Wald	-	-	433,58	530,50	214,72	433,58
Teste de Chow	129,10	-	-	-	-	-
Teste de heteroscedasticidade	-	-	127,94	-	-	-
Teste de autocorrelação	-	-	6,942	-	-	-
Fonte: Resultado da pesquisa.						
* Significativo ao nível de 5% de significância.						
Nota: os valores entre parênteses correspondem aos erros-padrão. Todas as variáveis estão expressas em logaritmo natural. A variável dependente corresponde às exportações paranaenses.						



A tendência de redução do peso relativo das nações desenvolvidas, que foram mais afetadas pela crise financeira, contrasta com o aumento da participação dos países emergentes no destino das exportações do Paraná. A participação dos países asiáticos elevou-se de 11,86%, em 2000, para 33,32%, em 2012. Isto fez com que a Ásia se tornasse o principal destino das exportações paranaenses, principalmente a China (ALICEWEB, 2013).

Finalmente, passemos à análise da variável *dummy* crise. Seu coeficiente apresentou um sinal negativo esperado e foi estatisticamente significativo. Sua interpretação é a de que, *ceteris paribus*, a ocorrência da crise financeira internacional contribuiu para a redução das exportações paranaenses em 11,68%⁶. Este resultado é importante, e indica que a crise financeira de 2008-2009 teve um impacto significativo de redução nas exportações paranaenses.

Porém, de acordo com os dados do Aliceweb (2013), as exportações paranaenses apresentaram uma queda de 26,3% entre 2008 e 2009. Assim, a ocorrência da crise explica parcialmente a queda das exportações do Paraná no período. Uma das possíveis justificativas para esta redução adicional nas exportações paranaenses está no aumento global das barreiras tarifárias e não tarifárias. Tais barreiras foram utilizadas pelos países afetados pela crise financeira para proteger o mercado interno e, com isso, recuperarem-se da crise⁷. Quanto às barreiras tarifárias, estas têm sido progressivamente reduzidas nos últimos 40 anos, e durante a crise as barreiras tarifárias sofreram pequenas alterações. Já as barreiras não tarifárias ganharam importância como forma de proteção dos mercados internos e compensaram uma eventual redução das tarifas (SCHMIDTKE; BRAUN, 2005).

Considerando a importância das exportações agrícolas na pauta de exportações paranaenses, os subsídios agrícolas constituem-se uma importante barreira não tarifária aos produtos exportados pelo Paraná. No período 2008-2009, para tornar suas exportações agrícolas mais competitivas, quase todos os países elevaram seus subsídios agrícolas, com a exceção de Austrália, Islândia, Israel e Nova Zelândia. Dentre os países que aumentaram os subsídios, a China, principal destino das exportações paranaenses, destaca-se pela elevação de seu suporte ao produtor de 3,26% para 13,19% de seu Produto Agrícola. Já os Estados Unidos e a União Europeia elevaram os subsídios de, respectivamente, 8,83% e 22,03% para 10,55% e 23,34% no período (OECD, 2013a).

De acordo com o *Global Trade Alert* (GTA), que tem como objetivo monitorar as políticas que afetam o comércio mundial, foram anunciadas 2.430 medidas discriminatórias desde novembro de 2008, quando os países do G20 se comprometeram a evitar o protecionismo em resposta à crise. Entre novembro de 2008 e junho de 2012, 1.316 medidas foram impostas pelos países do G20. Os produtos mais afetados por estas medidas foram os produtos agrícolas e da horticultura, que foram alvo de 139 medidas (EVENETT, 2012).

Assim, concluímos que as exportações paranaenses foram afetadas significativamente pela crise financeira de 2008-2009. Tudo o mais constante, a ocorrência da crise explica a redução das exportações paranaenses em 11,68%. Além disso, outros efeitos,

⁶ $(e^{-0,1242} - 1) \times 100 = -11,68$.

⁷ As barreiras tarifárias e não tarifárias não foram incluídas no modelo pela ausência de dados em periodicidade trimestral, que foi utilizada na estimação do Modelo Gravitacional.



como o aumento de barreiras tarifárias e não tarifárias, contribuíram para a redução das exportações paranaenses entre 2008 e 2009.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A origem da crise financeira de 2008-2009 está na desregulamentação de inovações financeiras em alguns países desenvolvidos. Os efeitos negativos da crise foram amenizados por políticas fiscais, monetárias e creditícias anticíclicas, adotadas pelos vários países como resposta à crise. Apesar de o PIB ter diminuído em praticamente todo o mundo, tais políticas macroeconômicas impediram que o impacto da crise fosse ainda maior (CARDIM DE CARVALHO, 2011).

Além disso, como o comércio internacional costuma ser um dos canais que transmite e dissemina crises financeiras pelo mundo, durante tais crises os governos tendem a recorrer a medidas protecionistas de política comercial contra os interesses comerciais estrangeiros. O protecionismo tende a aumentar durante as crises e, em geral, permanece após a recuperação da economia nacional (EVENETT, 2012; EVENETT; AGGARWAL, 2010).

Este estudo buscou avaliar o impacto da crise financeira de 2008 nas exportações paranaenses através do uso de uma equação gravitacional, estimada pelo modelo de efeitos aleatórios com correção de heteroscedasticidade e autocorrelação. Os resultados foram os seguintes: as variáveis PIB e população paranaense, PIB e população dos países importadores, e preço das *commodities* foram estatisticamente significativas e seus coeficientes indicaram (exceto o coeficiente do PIB do Paraná) uma correlação positiva com as exportações paranaenses. Já as variáveis distância e área dos países importadores foram estatisticamente insignificantes e seus coeficientes mostraram uma relação inversa com as exportações do Paraná. Por sua vez, as variáveis *dummies* China, NAFTA, União Europeia e MERCOSUL foram estatisticamente insignificantes. Seus coeficientes indicaram uma relação positiva entre as exportações paranaenses e a China e MERCOSUL; já com os blocos NAFTA e a União Europeia a relação foi negativa.

O resultado mais importante deste artigo foi que a variável *dummy* crise foi estatisticamente significativa e teve um sinal negativo: *ceteris paribus*, a ocorrência da crise contribuiu para reduzir as exportações do estado em 11,68%. Tal resultado mostra que a crise financeira de 2008-2009 teve um impacto significativo de redução nas exportações paranaenses. Porém, a redução total de 26,3% exportações paranaenses entre 2008 e 2009 pode ser adicionalmente explicada pela imposição de barreiras tarifárias e não tarifárias pelos principais parceiros comerciais do estado, como forma de proteção dos efeitos negativos da crise.

Este trabalho pode ser estendido de várias maneiras. As barreiras tarifárias e não tarifárias não foram incluídas no modelo devido à ausência de dados trimestrais para todos os períodos analisados. É possível realizar uma análise mais desagregada das exportações paranaenses para identificar o impacto da crise financeira, por exemplo, nos produtos individuais ou agrupados em capítulos do Sistema Harmonizado (SH). Uma maior desagregação pode possibilitar a inclusão das barreiras tarifárias e não tarifárias na Equação Gravitacional a ser estimada, podendo assim captar o impacto das barreiras comerciais nas exportações paranaenses.



REFERÊNCIAS

AFONSO, J. R. R. **Keynes, crise e política fiscal**. São Paulo: Saraiva, 2012.

AGROSTAT. **Balança comercial do agronegócio**. Disponível em: <<http://sistemasweb.agricultura.gov.br/pages/AGROSTAT.html>>. Acesso em: 30/12/2013.

AITKEN, Norman D. The Effect of the EEC and EFTA on European Trade: A Temporal Cross-Section Analysis, **American Economic Review**, v. 63 n. 5, pp. 881-892, 1973.

ALVES, L. R.; VANZELLA, J. M.; BRAUN, M. B. S.; ARAUJO, R. **Exportações paranaenses de produtos agropecuários e barreiras protecionistas no mercado mundial**. Artigo escrito em 2013. Disponível em: <http://apdr.pt/data/documents/Proceedings_19_congress_1.pdf>. Acesso em: 07/01/2014.

ALVES, M. C. **Identificação e efeitos das barreiras não-tarifárias às exportações brasileiras de carne de frango**. 2008. 132p. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós Graduação em Economia Aplicada, Universidade Federal de Viçosa, 2008.

ANÁLISE DAS INFORMAÇÕES DE COMÉRCIO EXTERIOR (ALICEWEB). **Exportações e importações do Paraná segundo capítulo do Sistema Harmonizado (SH2)**. Disponível em: <<http://alicesweb2.mdic.gov.br/>>. Acesso em: 26/10/2013.

ANDERSON, J. E.; VAN WINCOOP, E. Gravity with Gravitas: A Solution to the Border Puzzle. **American Economic Review**, v. 93 n. 1, 2003.

AZEVEDO, A. F. Z. O efeito do MERCOSUL sobre o comércio: uma análise com o modelo gravitacional. **Pesquisa e Planejamento Econômico**, v. 34, n. 2, 2004.

AZEVEDO, A. F. Z.; REIS, M.; LÉLIS, M. T. C. **Os efeitos do novo regionalismo sobre o comércio**. **Estudos Econômicos**, v. 44, n. 2, 2014.

BANCO MUNDIAL. **Exportações mundiais de bens e serviços**. Disponível em: <<http://databank.worldbank.org/data/views/reports/tableview.aspx>>. Acesso em: 16/03/2014.

_____. **População por país**. Disponível em: <<http://data.worldbank.org/indicador/SP.POP.TOTL>>. Acesso em: 09/07/2013a.

_____. **Produto Interno Bruto por país**. Disponível em: <<http://data.worldbank.org/indicador/NY.GDP.MKTP.CD>>. Acesso em: 11/07/2013b.

BRESSER-PEREIRA, L. C. A crise financeira global e depois: um novo capitalismo?. **Novos Estudos – CEBRAP**, n. 86, p. 51-72, São Paulo, março/2010.



BRUNO, F. M. R.; AZEVEDO, A. F. Z. MASSUQUETTI, A. Os subsídios à agricultura no comércio internacional: as políticas da União Europeia e dos Estados Unidos da América. **Ciência Rural**, Santa Maria, v. 42, n. 4, p.757-764, abr. 2012.

CARDIM DE CARVALHO, F. J. A crise econômica internacional em 2010: uma avaliação a meio do caminho. **Revista de Economia Política**, v. 31, n. 2, p. 320-322, abril-junho/2011.

_____. **Entendendo a recente crise financeira global**. Dossiê da Crise. Associação Keynesiana Brasileira (AKB). Artigo escrito em novembro de 2008. Disponível em: <<http://www.ppge.ufrgs.br/akb/dossie-crise.pdf>>. Acesso em: 31/10/2013.

EVENETT, S. J. **The Landscape of Crisis-Era Protectionism**. Artigo escrito em 2012. Disponível em: <http://www.globaltradealert.org/sites/default/files/GTA11_chapter2.pdf>. Acesso em: 17/01/2014.

EVENETT, S. J.; AGGARWAL, V. K. **The Financial Crisis, 'New' Industrial Policy and the Bite of Multilateral Trade Rules**. Artigo escrito em: 2010. Disponível em: <<http://basc.berkeley.edu/pdf/The%20Financial%20Crisis%20New%20Industrial%20Policy.pdf>>. Acesso em: 17/01/2014.

FARHI, M. **Double Dip**: a recuperação econômica em questão. Artigo escrito em Agosto de 2010. Disponível em: <<http://www.ppge.ufrgs.br/akb/dossie-crise-II.pdf>>. Acesso em: 01/11/2013.

GUJARATI, D. **Econometria básica**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2006.

HORLOGEPARLANTE. **Distância entre duas cidades**. Disponível em: <<http://www.horlogeparlante.com/distance-between-2-cities.html>>. Acesso em 11/07/2013.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Extensão territorial dos países**. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/paisesat/main_frameset.php>. Acesso em: 03/03/2014.

INSTITUTO PARANAENSE DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL (IPARDES). **Extensão territorial do Paraná**. Disponível em: <http://www.ipardes.gov.br/index.php?pg_conteudo=1&cod_conteudo=1>. Acesso em: 09/03/2014.

_____. **População do Paraná**. Disponível em <<http://www.ipardes.pr.gov.br/imp/index.php>>. Acesso em: 11/07/2013a.

_____. **Produto Interno Bruto do Paraná**. Disponível em: <http://www.ipardes.gov.br/pdf/indices/tab_pib_01.pdf>. Acesso em: 10/07/2013b.

IPEADATA. **IPC anual dos Estados Unidos**. Disponível em: <<http://www.ipeadata.gov.br/>>. Acesso em: 16/07/2013a.



_____. **IPC mensal dos Estados Unidos.** Disponível em: <http://www.ipeadata.gov.br/>. Acesso em: 28/02/2014.

_____. **IPC trimestral dos Estados Unidos.** Disponível em: <http://www.ipeadata.gov.br/>. Acesso em: 15/07/2013b.

_____. **Taxa de câmbio comercial média.** Disponível em: <http://www.ipeadata.gov.br/>. Acesso em: 13/07/2013c.

KEYNES, J. M. **A teoria geral do emprego, do juro e da moeda.** São Paulo: Atlas, 2007.

KUME, H.; PIANI, G. Fluxos Bilaterais de Comércio e Blocos Regionais: Uma Aplicação do Modelo Gravitacional, **Pesquisa e Planejamento Econômico**, v. 30 n. 1, Abril 2000.

MARQUES, L. D. **Modelos Dinâmicos com Dados em Painel:** revisão de literatura. Escrito em 2010. Disponível em: <http://wps.fep.up.pt/wps/wp100.pdf>. Acesso em: 17/12/2013.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO EXTERIOR (MDIC)/ SECRETARIA DE COMÉRCIO EXTERIOR (SECEX). **Balança comercial por Unidade da Federação.** Disponível em: <http://www.desenvolvimento.gov.br/sitio/interna/interna.php?area=5&menu=1078&refr=1076>. Acesso em: 19/05/2013a.

MIRANDA, S. H. G. **Quantificação dos efeitos das barreiras não-tarifárias sobre as exportações brasileiras de carne bovina.** 2001. 237p. Tese (Doutorado) – Escola Superior de Agricultura “Luiz de Queiroz”, 2001.

MODOLO, D. B. **A competição das exportações chinesas em terceiros mercados:** uma aplicação do modelo gravitacional. 2012. 118p. Dissertação (Mestrado) – Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2012.

MOREIRA, T. B. S.; SOARES, F. A. R. **A crise financeira internacional e as políticas anticíclicas no Brasil.** Artigo escrito em 2010. http://www3.tesouro.fazenda.gov.br/Premio_TN/XVPremio/politica/1pfceXVPTN/Tema_3_1.pdf. Acesso em: 30/10/2013.

MUNIZ, A. L. P.; LIMA, C. M. O impacto da crise *subprime* no fluxo de comércio internacional e no mercado de trabalho de Catalão – GO. **Revista CEPPG**, Goiás, n. 22, p. 166-182, 2009.

ORGANISATION FOR ECONOMIC CO-OPERATION AND DEVELOPMENT (OECD). **Producer Support Estimate (PSE).** Disponível em: <http://stats.oecd.org/>. Acesso em: 14/07/2013a.

_____. **Quarterly National Accounts.** Disponível em: <http://stats.oecd.org/>. Acesso em: 14/07/2013b.



POLARI, R. S. A concepção keynesiana das crises econômicas e sua crítica com base em Marx. **Revista de Economia Política**, João Pessoa, v. 4, n. 2, p.87-110, abr./jun.,1984.

ROUBINI, N.; MIHM, S. **A economia das crises: um curso-relâmpago sobre o futuro do sistema financeiro internacional**. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2010.

SÁ PORTO, P. C. **Os impactos dos fluxos de comércio do MERCOSUL sobre as regiões brasileiras**. 2002. 81p. Tese (Doutorado) – Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2002.

SÁ PORTO, P. C.; CANUTO, O. Mercosul: Gains from Regional Integration and Exchange Rate Regimes. **Economia Aplicada**, v. 6 n. 4, out./dez. 2002.

_____. Uma Avaliação dos Impactos Regionais do Mercosul usando Dados em Painel. **Pesquisa e Planejamento Econômico**, v. 34, n. 3, set./dez. 2004.

SCHMIDTKE, C. R.; BRAUN, M. B. S. **A agricultura brasileira no comércio internacional: o caso do Paraná**. Artigo escrito em 2005. Disponível em: <<http://www.sober.org.br/palestra/2/492.pdf>>. Acesso em: 03/01/2014.

SINGER, P. A América Latina na crise mundial. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 23, n. 66, p. 91-102, 2009.

SIQUEIRA, K. B.; LINHARES, L. F.; HOTT, M. C. **Uma análise das barreiras tarifárias no comércio internacional de lácteos**. Juiz de Fora: Embrapa Gado de Leite, 2011.

SOUZA, N. J. **Desenvolvimento econômico**. 5ª edição revisada. São Paulo: Atlas, 2007.

UNITED NATIONS CONFERENCE ON TRADE AND DEVELOPMENT (UNCTAD). **Classification of non-tariff measures**: february 2012 version. Disponível em: <http://unctad.org/en/PublicationsLibrary/ditctab20122_en.pdf>. Acesso em 29/06/2013a.

_____. **Free market commodity price indices, monthly**. Disponível em: <<http://unctadstat.unctad.org/ReportFolders/reportFolders.aspx>>. Acesso em: 24/02/2014.

_____. **Nominal and real GDP, total and per capita, annual, 1970-2012**. Disponível em: <<http://unctadstat.unctad.org/ReportFolders/reportFolders.aspx>>. Acesso em: 07/11/2013b.

VASCONCELOS, C. R. F.; VASCONCELOS, S. P. Medidas "antidumping" e resultados colusivos: o caso do PEBDL na economia brasileira. **Nova economia**, Belo Horizonte, v. 15, n. 3, p. 117-141, setembro-dezembro de 2005.

WEYDMANN, C. L. As exportações do agronegócio na crise de 2008. In: MATTOS, Leonardo Bornacki; TEIXEIRA, Erly Cardoso; SILVA, José Maria Alves. **A crise global e a economia brasileira**. Viçosa, MG: Suprema, 2010, capítulo 8, p. 155-170.



WORLD ATLAS. **Extensão territorial de Hong Kong.** Disponível em: <<http://www.worldatlas.com/webimage/countrys/asia/hongkong/hklandst.htm>>. Acesso em: 03/03/2014.

Recebido em 21/02/2016

Aprovado em 30/05/2016



A LAMA, O *ETHOS* E UMA MINERADORA ENTRE AS MONTANHAS:
Análise Retórica do "Comunicado à sociedade" do Diretor-presidente da Samarco Mineração, após um dos maiores desastres ambientais brasileiros

THE MUD, THE *ETHOS* AND A MINING COMPANY BETWEEN THE MOUNTAINS:
Rhetorical Analysis of "Notice to society" of the Samarco's Chief Executive Officer, after one of the greatest brazilian environmental disasters

Mayara Eleutério*
Renann Ferreira**

RESUMO

O objetivo dessa proposta de trabalho consiste em analisar - por meio da Teoria Retórica do Discurso - como o discurso oficial da mineradora Samarco foi construído durante os primeiros momentos do rompimento das barragens de Fundão e Santarém que ficam localizadas no município de Mariana (MG), no dia 5 de novembro de 2015. A análise baseia-se no primeiro pronunciamento da empresa, divulgado por meio de seu canal do Youtube, com a intenção de investigar quais argumentos utilizados e como eles são tecidos durante o comunicado, de forma a tornar o discurso persuasivo. Além disso, busca-se explorar como a empresa utiliza-se do *ethos* para corroborar essa (re)construção, tanto previamente no momento do discurso.

Palavras-chave: Retórica; Barragens; Mariana.

ABSTRACT

The purpose of this work proposal is to analyze - through Rhetorical Discourse Theory - as the official discourse of Samarco mining was built during the first moments of disruption of Fundao dams and Santarem that are located in the municipality of Mariana (MG) on 5 November 2015. The analysis is based on the first communication of the company, released through their YouTube channel, with the intention to investigate which used arguments and how they are woven in the statement, in order to make the persuasive speech. In addition, it seeks to explore how the company uses the *ethos* to support this (re) construction, both previously at the time of the speech.

Key words: Rhetorical; Dams; Mariana.

* Jornalista, pós-graduada em Comunicação Interna para Relacionamentos Estratégicos, foi aluna especial do Programa de Pós-Graduação *Strictu Sensu* em Sociedade, Cultura e Fronteiras da Universidade Estadual do Oeste do Paraná, E-mail: mayara.eleuterio@gmail.com.

** Advogado, pós-graduado em Direito Constitucional Aplicado, pós-graduando em MBA em Serviço Social e Gestão de Projetos Sociais, foi aluno especial do Programa de Pós-Graduação *Strictu Sensu* em Sociedade, Cultura e Fronteiras da Universidade Estadual do Oeste do Paraná. Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas e Desenvolvimento da Universidade Federal da Integração Latino-Americana. E-mail: renann_ferreira@hotmail.com.



INTRODUÇÃO

Como neste momento não se pretende esgotar a discussão da teoria retórica, até mesmo pela sua complexidade diante a natureza interdisciplinar, adota-se a concepção didática de DITTRICH para retratar o que consiste a Análise Retórica,

Pode-se entender, assim, por que o objeto da Teoria Retórica do Discurso é complexo e multifacetado: compreende, ao mesmo tempo, o conjunto das técnicas argumentativas, recursos da linguagem e estratégias interativas que são mobilizados no processo discursivo da persuasão, construindo, em seu conjunto, o que chamamos de retórica do discurso¹.

Em pouquíssimas palavras poderia se dizer que a Análise Retórica tem como foco entender por que algo foi dito e como foi dito, passando pelas diversas características do orador e do auditório e pelos argumentos do próprio discurso.

Para PHILIPPE BRETON (2003, p. 54) “argumentar é, então, dar ao auditório boas razões para acreditar no que lhes dizemos”. E isto mostra-se como o objetivo de diversas empresas ao construir sua imagem perante o público que querem atingir. E justamente neste intuito discursivo de construir tais “boas razões” que este trabalho discorrerá.

Traçou-se como objetivo pesquisar, por meio da Análise Retórica do Discurso, como a Samarco - empresa brasileira de mineração, de capital fechado e controlada em partes iguais por dois acionistas: BHP Billiton Brasil Ltda e a Vale S.A. - constrói o seu discurso logo após um dos maiores desastres ambientais brasileiros, o rompimento das barragens de Fundão e Santarém em Minas Gerais.

O comunicado oficial da empresa foi realizado em seu canal de publicação de vídeos no Youtube em 5 de novembro de 2015, mesmo dia do acidente.

A Análise sedimenta-se sobre o ponto de vista do modelo de persuasão do “*ethos*” da Teoria Retórica do Discurso, já que o discurso em questão utiliza-se da credibilidade do orador para a (re) construção da imagem da instituição e para obter a confiança do auditório. Para CHARAUDEAU deve ser considerada a existência de dois aspectos do *ethos*, quais devem ser levados em consideração,

(...) encontram-se duas posições que existem desde a Antiguidade. De um lado, na filiação de Isócrates, Cícero e dos retóricos da Idade Clássica, há aqueles para quem o *ethos* é um “dado preexistente ao discurso”, pois, para eles, parece mais virtuoso, sincero e amável quando se é, de fato, virtuoso, sincero e amável. Por outro lado, na filiação de Aristóteles, para quem “o orador deve mostrar [seus traços de personalidade] ao auditório (pouco importando sua sinceridade) para causar boa impressão”, há os adeptos de uma concepção discursiva que inscrevem o *ethos* no ato de enunciação, isto é, no próprio dizer do sujeito que fala².

Ainda será traçado um recorte a partir de um conjunto teórico-metodológico de DITTRICH, considerando os argumentos e a configuração argumentativa do discurso, seus recursos de linguagens e as relações de poder entre as instâncias.

Partindo desses princípios, a pesquisa tem o objetivo específico de refletir sobre o ponto de vista de que – nesses primeiros momentos de crise – a Samarco optou por construir

¹ DITTRICH, Ivo

² CHARAUDEAU, Patrick. **Discurso Político; tradução Fabiana Komesu e Dilson Ferreira da Cruz**. 1ª ed., 1ª reimpressão. São Paulo: Contexto, 2008.



uma tese central e comprová-la a partir de argumentos racionais durante todos os minutos à frente da câmera.

Além disso, o objeto de estudo ainda será explorado a partir de vista da comunicação, partindo do princípio de que as estratégias utilizadas em discursos externos de grandes empresas são delineadas pela área de Comunicação Corporativa, que precisam reverberar o mesmo conteúdo para seu público interno, jornalistas, poder público e sociedade em geral.

Apesar de tratar-se de um vídeo, a presente pesquisa não analisará os aspectos visuais do conteúdo por meio da semiótica ou qualquer outra teoria que abarque a construção do discurso por meio das imagens. Serão consideradas apenas as palavras, já que o discurso por si só

[...] é um tirano poderosíssimo; esse elemento material de pequenez extrema e totalmente invisível alçam à plenitude as obras divinas: porque a palavra pode pôr fim ao medo, dissipar a tristeza, estimular a alegria, aumentar a piedade³.

E é exatamente esse tirano que essa pesquisa se destina a entender e analisar.

1. PANORAMA

Palavras devem ser devidamente desenhadas e muito bem utilizadas em um momento em que a imagem de uma instituição está às margens de ir abaixo, junto a tanta lama arrastada por um enorme acidente. Palavras que foram ouvidas por milhares de pessoas, já que o vídeo até o dia 20 de março de 2016 contava com 65.437 acessos no canal oficial da empresa no Youtube, sem contabilizar as visualizações em compartilhamentos em outras mídias sociais.

A empresa tinha como ponto de partida para a criação de seu posicionamento um momento de crise, que para NYSTROM e STARBUCK (1984, p. 324)⁴ "é uma situação que ameaça seriamente a sobrevivência de uma organização".

Conforme CHINEM (2003) o assessor de imprensa "é um profissional que mantém contato com as redações, conhecendo os jornalistas, [...] seus interesses e rotina de seus trabalhos". Consiste no profissional que, junto com os alto porta-vozes das empresas, constrói o discurso que será repassado a todos os públicos de interesse da instituição, "[...] buscando no processo de enunciação moldar o seu discurso visando à construção de determinados efeitos de sentido".

Tal jornalista assessor de imprensa, ao criar esses discursos pretende ir além da visão de homogeneidade da língua, ele constrói sentidos de acordo com os interesses corporativos,

[...] não há sentido literal, fixo em que as palavras significam sempre a mesma coisa indiferentemente, mas que a palavra é polissêmica, ela muda de sentido conforme o posicionamento sócio-histórico-ideológico assumido pelo sujeito em conformidade com a formação discursiva em que sua fala se insere⁵.

2. A (RE) CONSTRUÇÃO DO ETHOS

Na busca pelas melhores palavras em um momento de ameaça à sobrevivência da organização, esta aproveitará os subterfúgios mais diversos para a construção desse discurso

³ OLIVIER, Reoul. **Introdução à Retórica; tradução Ivone C. Benedethi**. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

⁴ NYSTROM, P. C.; STARBUCK, W. H. To avoid organizational crises, unlearn. **Organizational Dynamics**, v. 12, p. 53-65, 1984.

⁵ FIGARO, Rosali. (org.). **Comunicação e análise do discurso**. São Paulo: Contexto, 2015.



utilizando, inclusive, os estratégicos efeitos de sentido.

Pode-se dizer que estes subterfúgios são divididos em três partes,

Aristóteles propôs dividir os meios discursivos que influenciam o auditório em três categorias: o *logos* de um lado, que pretende ao domínio da razão e torna possível convencer; o *ethos* e o *pathos*, de outro, que pertencem ao domínio da emoção e tornam possível emocionar. [...] Entretanto se o *pathos* é voltado para o auditório, o *ethos* é voltado para o orador⁶.

O recurso do *ethos* está diretamente ligado à imagem da empresa e sua autoridade para falar sobre tal assunto, tanto que ele pode anteceder e pre-existirão discurso, como ora apresentado. Segundo REBOUL (2000, p. 48) “o *ethos* é o caráter que o orador deve assumir para inspirar confiança no auditório, pois, sejam quais forem seus argumentos lógicos, eles nada obtêm sem essa confiança”.

Dependendo da reputação de quem fala, caso mostre-se ou não “digno de confiança”, a argumentação pode estar promovida ao sucesso ou fadada ao fracasso. No caso da Samarco, ao discursar sobre os rompimentos das barragens, esta encontrava-se chancelada por uma marca reconhecida no mercado e que, até o momento, não ligava-se a outro escândalo.

Ainda, ao escolher como porta-voz o Presidente Ricardo Vescovi, o primeiro na hierarquia da Samarco Mineração, a organização objetivava inspirar confiança em quem ouve o pronunciamento. Em suma, disponibilizou o seu mais alto “homem de confiança” para dar explicações, demonstrando a intenção de mostrar-se merecedor de credibilidade e total disponibilidade. Nas palavras de CHARADEAU,

Em sua primeira componente, o sujeito mostra-se com sua identidade social de locutor; é ela que lhe dá direito à palavra e que funda sua legitimidade de ser comunicante em função do estatuto e do papel que lhe são atribuídos pela situação de comunicação⁷.

[...]

O sujeito aparece, portanto, ao olhar do outro, com uma identidade psicológica e social que lhe é atribuída, e, ao mesmo tempo, mostra-se mediante a identidade discursiva que ele constrói para si⁸.

Assim, em um momento de crise, em que a situação demanda extrema atenção inclusive a cada palavra mencionada, o orador que conta anteriormente com uma boa reputação - principalmente quando ligada a questões sociais, ambientais e econômicas - inicia o seu discurso contando com uma carga de credibilidade com o auditório, permitindo com que ele seja ouvido mais facilmente.

E é exatamente esse o papel da Assessoria de Comunicação nesse processo, pois além do papel intrínseco do jornalismo em levar informações para um grande público, a imprensa está assumindo cada vez mais o papel de inspecionar a reputação das companhias.

Por isso, somente ser ouvido não se mostra o suficiente. Além de contar com audiência, a instituição deseja ser acreditada e reconhecida, conforme BOURDIEU,

⁶ CHARADEAU, Patric. **Discurso político**. Tradução Fabiana Komesu e Dilson Ferreira Cruz. São Paulo: Contexto, 2008.

⁷ CHARADEAU, Patric. **Discurso político**. Tradução Fabiana Komesu e Dilson Ferreira Cruz. São Paulo: Contexto, 2008.

⁸ *Idem, ibidem.*



A língua não é somente um instrumento de comunicação ou mesmo conhecimento, mas um instrumento de poder. Não procuramos somente ser compreendidos, mas também obedecidos, acreditados, respeitados, reconhecidos. Daí a definição completa da competência como direito à palavra, isto é, à linguagem legítima como linguagem autorizada, como linguagem de autoridade⁹.

E para Antônio Suárez Abreu (2001, p. 03) “saber argumentar é, em primeiro lugar, saber integrar-se ao universo do outro. E também obter aquilo que queremos [...]”. Por isso, as empresas – como instituições econômicas e sociais, que ocupam um espaço relevante na vida das pessoas, principalmente a seu entorno - procuram exercer sua possibilidade de fala, aproximando do universo do outro, e também dando sua versão dos fatos.

O que seus porta-vozes e sua assessoria de imprensa pretendem é fazer-se acreditar, para - no caso da Samarco – esclarecer os fatos e obter o apoio da comunidade, mesmo diante de um fato de tão grande repercussão.

3. ANÁLISE DO DISCURSO

Cessadas as considerações sobre o orador, não poderia passar em branco o local escolhido pela companhia para discursar. Não optando pelos grandes canais de televisão ou jornais e revistas, a empresa utiliza-se de um argumento implícito, que está imposto de forma subliminar: mostrar-se disposta a ir a mídia falar sobre o acidente, com uma certa rapidez, considerando que ela se posiciona ainda no mesmo dia do acidente.

Contudo, a escolha de um canal “próprio” para falar diretamente com todo o Brasil, além de estar relacionada a legitimidade, também evitou questionamentos à Samarco, uma vez que a fala foi gravada e a possibilidade de realizar comentários no vídeo foi bloqueada, evitando assim colocar a empresa em alguma situação constrangedora, como incoerência em respostas. Nas palavras de FOUCAULT,

[...] as ‘sociedades de discurso’, cuja a função é conservar ou produzir discursos, mas para fazê-los circular em um espaço fechado, distribuí-los somente segundo regras estritas, sem que seus detentores sejam despossuídos por essa distribuição¹⁰.

Quanto ao auditório, há necessidade de se adaptar a cada público, trazendo ao discurso traços específicos: conforme a quem se dirige, a fala difere-se para melhor entendimento e convencimento. Por isso, o diretor-presidente da Samarco, não se utiliza de termos técnicos para o posicionamento da empresa, já que o público-alvo da comunicação é a comunidade, exigindo o uso de uma linguagem mais didática.

Passando para a análise propriamente do discurso, o primeiro trecho, o exórdio, apresenta-se da seguinte forma:

Sou Ricardo Vescovi, Presidente da Samarco Mineração, e vim a público lamentavelmente falar sobre o rompimento das nossas barragens denominadas barragens de Fundão e de Santarém, que ficam na unidade industrial de Germano, localizadas nos municípios de Mariana e Ouro Preto¹¹.

⁹ ORTIZ, Renato (org.). Bourdieu – Sociologia. São Paulo: Ática. Coleção Grandes Cientistas Sociais, 1983.

¹⁰ FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**. Tradução de Laura Fraga de Almeida Sampaio. 12ª ed. São Paulo: Edições Loyola, 2004.

¹¹ SAMARCO MINERAÇÃO. **Comunicado à sociedade do Diretor-presidente da Samarco**. 05 nov. 2015. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=D3HZvIMj8Mk>>. Acesso em: 23 fev. 2016.



Mostra-se claro no exórdio o intuito do Presidente em externalizar seu *ethos*, logo demonstrando seu cargo e dizendo que não ficou inerte aos acontecimentos, “vindo a público” manifestar-se, o que provavelmente seria feito pela assessoria de imprensa, caso não fosse uma comunicação sobre o acidente.

Ao utilizar o pronome “nossas” antes de barragens, igualmente manifesta a responsabilidade e conseqüentemente o poder e autonomia para falar sobre os acontecimentos, uma vez que suprimido o pronome a frase teria o mesmo sentido. Além disso, ao utilizar a palavra “lamentavelmente” tenta mostrar-se sensato, sincero e simpático para conquistar o público, criar certa empatia.

Em uma dimensão de relação de poder entre a Samarco e a sociedade, o orador busca a legitimação entre os sujeitos, visando a aceitabilidade de seu discurso através da confiabilidade em sua pessoa e, conseqüentemente, (re)construindo a credibilidade da empresa.

Segue o discurso,

O rompimento foi identificado na tarde de hoje, e a Samarco imediatamente acionou o seu plano de ação emergencial de barragens colocando em ação, juntamente com a Defesa Civil, Corpo de Bombeiros, Polícia Militar e outras instituições competentes, todas as ações previstas nesse plano e mobilizando todos, absolutamente todos, os esforços necessários para priorizar o atendimento e a integridade das pessoas que estavam trabalhando no local ou que residem próximas às barragens¹².

A partir deste ponto permanece nítida a intenção racionalizadora, dada a utilização de argumentos técnicos, fatos, dados e autoridades, buscando a consistência da tese de que todas as medidas foram tomadas para minimizar o impacto causado pelo rompimento das barragens, tanto no que diz respeito às pessoas, quanto ao meio ambiente.

No início deste trecho, passa-se a impressão que em vez de uma catástrofe, houve por parte da Samarco o encontro de um erro, de uma falha, atenuando o acontecido. Nota-se essa intenção na utilização do adjetivo “identificado” ao referir-se ao erro, pois o rompimento era fato público e notório, e não uma falha encontrada em uma vistoria de rotina.

Buscando a sustentação da tese principal, o Presidente alega que a empresa “imediatamente” colocou em ação seu plano de ação, todavia no transcórre da fala não há como identificar quais ações serão realizadas para sanar ou amenizar o ocorrido. Vescovi utiliza termos genéricos como “todas as ações previstas” e “mobilizando todos, absolutamente todos, os esforços necessários”, não explicando como superarão a crise. Atenta-se que para reforçar sua fala são utilizados advérbios também genéricos como já descrito: imediatamente e absolutamente.

Há também uma tentativa de se aproveitar da reputação e da história de “instituições competentes” como a Defesa Civil e o Corpo de Bombeiros tentando transferir e/ou (re)construir o reconhecimento destas à empresa. Tem-se a impressão que a Samarco agiu de forma imediata diante do ocorrido.

Continua Ricardo Vescovi,

Atualmente, nós não estamos medindo esforços para contenção de danos ambientais. As autoridades competentes já foram devidamente informadas e estão prestando nesse momento todo apoio e toda solidariedade.

Nesse momento também, não podemos confirmar as causas e a completa extensão do ocorrido, bem como o número de vítimas. Nosso foco, repito, nesse momento crítico, é a preservação da integridade das pessoas e do meio ambiente¹³.

¹² *Idem, ibidem.*

¹³ *Idem, ibidem.*

Neste novo trecho causa, no mínimo, estranheza, a presença do termo “atualmente” no início do parágrafo, palavra que seria dispensada, mas quiçá fora um ato falho. Indaga-se, antes do rompimento da barragem, a Samarco não estava medindo esforços para evitar danos ambientais?

Em seguida, mais uma vez utiliza-se das “autoridades competentes” para sustentar que as medidas necessárias estão sendo tomadas, como também continua a usar termos gerais, como “todo apoio” e “toda solidariedade”.

A empresa utiliza apenas uma frase para afirmar que não sabe as causas do acidente. Sem tempo suficiente para o leitor digerir essa informação, o diretor, logo em seguida, afirma novamente que a prioridade consiste no cuidado com as pessoas e com o meio ambiente, tentando utilizar de argumentos sensibilizadores de valor para sustentar sua tese central.

Quase chegando ao fim, segue o conglomerado da configuração argumentativa articulando as teses subsidiárias na sustentação da tese principal:

Por questão de segurança, a Samarco reitera a importância de que não haja deslocamento de pessoas para o local do ocorrido, exceto das pessoas, equipes envolvidas, nesse atendimento de emergência.

Como presidente da empresa reforço nosso compromisso com a transparência no fornecimento das informações, mantendo sempre autoridades, comunidades, fornecedores, clientes, imprensa, a sociedade em geral informada sobre as proporções dos *avantes* na contenção desse acidente¹⁴.*(sic)*

Parte-se agora para os chamados argumentos legitimadores, técnicos, como a questão da segurança. No parágrafo subsequente, o Presidente demonstra novamente sua relação de poder, ao mencionar outra vez qual cargo ocupa. Lembrando as palavras de BOURDIEU,

A estrutura de relação de produção linguística depende da relação de força simbólica entre dois locutores, isto é, da importância de seu capital de autoridade (que não é redutível ao capital propriamente linguístico): a competência é também portanto a capacidade de se fazer escutar¹⁵.

A empresa mostra-se comprometida com a transparência no repasse das informações. Com o uso da palavra “sempre”, tem a intenção de demonstrar a agilidade em deixar a sociedade constantemente informada sobre cada passo do acidente.

E desta forma conclui o discurso,

Nós lamentamos profundamente, estamos muito consternados com o acontecido, mas nós estamos absolutamente mobilizados para conter os danos causados por esse trágico acidente. Muito obrigado¹⁶.

Logo no início do último parágrafo nota-se a transferência do discurso praticamente pessoal do Presidente Ricardo Vescovi para utilização do pronome nós, em uma tentativa de expressar que o sentimento se revela coletivo ou, quiçá, tem o intuito de criar uma solidariedade jurídica na responsabilidade pelo acidente, ou seja, existem mais culpados.

Inclusive, diversos adjetivos e verbos na terceira pessoa do plural são utilizados para provar o quanto a empresa também está “sofrendo” com o acidente que causou: lamentamos, consternados, absolutamente e mobilizados.

¹⁴ *Iden, ibidem.*

¹⁵ ORTIZ, Renato (org.). **Bourdieu – Sociologia**. Coleção Grandes Cientistas Sociais. São Paulo: Ática, 1983.

¹⁶ SAMARCO MINERAÇÃO. **Comunicado à sociedade do Diretor-presidente da Samarco**. 05 nov. 2015. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=D3HZvIMj8Mk>>. Acesso em: 23 fev. 2016.



Quando usa a palavra “trágico”, compara o acidente com uma “tragédia”, repassando a impressão de que tragédia se tem como aquilo que não está e não estava sob o controle da Samarco.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir da análise, percebe-se a tentativa da Samarco em (re)construir a imagem de uma empresa responsável e preparada para agir, após o desastre, através do seu plano emergencial. Ao divulgar o vídeo no mesmo dia do acidente ela parte do princípio que nestas situações não se manifestar mostra-se pior do que ficar calado. Contudo, o ato de fala da companhia - no objeto estudado nesse artigo - é totalmente raso e desproporcional ao tamanho da tragédia e à expectativa do público por mais explicações.

As palavras superficiais e genéricas da Samarco Mineração, através principalmente dos argumentos sensibilizadores, podem até convencer algumas pessoas em um primeiro contato, mas partindo para um exame minucioso da fala nota-se despreparo para a situação, o que demonstra uma contradição, já que a empresa afirma está seguindo seu plano de emergência.

O estudo também demonstra que a companhia - como já tem uma marca consolidada no mercado – utiliza-se do *ethos* para fazer-se ouvir, lançando mão assim de uma série de argumentos legitimadores para comprovar a tese de que todo o ocorrido não passou de um acidente, que a mesma está se esforçando em evitar que os problemas se estendam, demonstrando-se – por ora – quase vítima também de um acontecimento inesperado.

A análise retórica desse objeto reitera a importância da elaboração de um discurso estratégico e muito bem construído em um momento de crise, em que a companhia está sendo julgada e acompanhada por toda mídia e sociedade brasileira.

Isso verifica que o discurso se caracteriza por uma ferramenta muito poderosa, mas que mal utilizada pode gerar efeitos irreversíveis, como o próprio acidente com as barragens.

REFERÊNCIAS

ABREU, Antônio Suárez. **A arte de Argumentar** – Gerenciando Razão e Emoção. São Paulo: Ateliê Editorial, 2001.

CHARADEAU, Patric. **Discurso político**. Tradução Fabiana Komesu e Dilson Fereira Cruz. São Paulo: Contexto, 2008.

CHINEM, R. **Assessoria de Imprensa**. São Paulo: Summus Editorial, 2003.

FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**. Tradução de Laura Fraga de Almeida Sampaio. 12ª ed. São Paulo: Edições Loyola, 2004.

NYSTROM, P. C.; STARBUCK, W. H. To avoid orgnizational crises, unlerarn. **Organizational Dynamics**. V. 12. 1984.

ORTIZ, Renato (org.). **Bourdieu –Sociologia**. Coleção Grandes Cientistas Sociais. São Paulo: Ática, 1983.

REBOUL, Olivier. **Introdução à retórica**. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

Recebido em 24/05/2016

Aprovado em 14/07/2016



A ATUAÇÃO DA ANVISA NA QUESTÃO DO ACESSO POPULACIONAL AOS MEDICAMENTOS

THE PERFORMANCE OF THE ANVISA IN THE CASE OF POPULATION ACCESS TO MEDICINES

Marília da Cunha Silva*
Jefferson Holliver Motta**
Sandra Mara Maciel-Lima***

RESUMO

Com uma atuação nova e bastante relevante no processamento dos pedidos de patentes realizados perante o Instituto Nacional de Propriedade Intelectual (INPI), a Agência Nacional de Saúde (ANVISA) atua através da observância das políticas de medicamentos ou de assistência farmacêutica no âmbito do Sistema único de Saúde (SUS) para emissão de parecer técnico com relação aos pedidos que envolvem os medicamentos. Desta forma, o presente trabalho tem como objetivo explorar como pode ocorrer uma atuação da ANVISA na questão do acesso populacional aos medicamentos através dessa atuação no sistema de patentes previsto para o Brasil.

Palavras-chave: ANVISA, saúde pública, acesso a medicamentos, patentes farmacêuticas.

ABSTRACT

With a new and very significant activity in the processing of patent applications made to the National Institute of Industrial Property (INPI), the National Health Agency (ANVISA) acts through following medicines or pharmaceutical care policies in the Single System Health (SUS) for technical opinion issued with respect to applications involving medicines. Thus, this study aims to explore how it can occur ANVISA action on the issue of population access to medicines through this action in the patent system planned for Brazil.

Key words: ANVISA, public health, access to medicines, pharmaceutical patents.

* Graduada em Direito pelo Centro Universitário Curitiba - UNICURITIBA; E-mail: mariliasilva@yahoo.com.br

** Membro do Grupo de Pesquisa "Observatório sobre o Direito à Saúde e Cidadania - UNICURITIBA/CNPq. Bolsista CNPq. Graduando em Direito pelo Centro Universitário Curitiba - UNICURITIBA; E-mail: jhmotta@gmail.com

*** Doutora em Sociologia Pela UFPR. Professora do Programa de Mestrado em Direito do do Centro Universitário Curitiba – UNICURITIBA. E-mail: maciellima.sandra@gmail.com



1 INTRODUÇÃO

Enquanto esperança de cura ou mesmo mitigação do sofrimento de doenças graves, os novos tratamentos e medicamentos disponibilizados no mercado acabam sendo alvos quase que imediatos de especulações a respeito do seu acesso populacional.

Os altos custos, geralmente decorrentes do patenteamento destes medicamentos e tratamentos, geram insegurança à população, que por vezes fica privada do seu acesso ao melhor tratamento médico em detrimento do direito de propriedade que os laboratórios e grandes indústrias farmacêuticas detêm sobre o mesmo.

Comprovadamente, por serem muito caros aos pacientes, cada vez mais demandas surgem contra o Estado buscando a sua disponibilização de forma individual, o que acaba prejudicando o erário e prejudicando as políticas em saúde pública.

Em razão disto, recentemente, a ANVISA ganhou papel fundamental na ampliação do acesso populacional a medicamentos e tratamentos médicos, o qual é enfoque no presente trabalho para apuração das condições em que esta pode se dar.

Relevante o estudo acerca do tema, tendo em vista que através da atuação da ANVISA torna-se possível barrar uma patente de medicamento e incentivar a ampla concorrência entre os laboratórios farmacêuticos, garantindo a maior acessibilidade aos tratamentos médicos em razão do seu custo total reduzido pela prática de mercado.

Então, é diante da recente alteração da atuação da ANVISA nos pedidos de patentes realizados perante o INPI, que traça-se como objetivo do presente trabalho a análise das condições de atuação da ANVISA para garantia do maior acesso aos medicamentos em consideração às políticas em saúde pública.

Para isto, são utilizadas fontes bibliográficas relacionadas ao tema das patentes de medicamentos, das políticas públicas em saúde e do direito à saúde, bem como artigos científicos acerca dos referidos temas.

Ainda, pesquisas virtuais e legislações pertinentes são utilizadas para uma melhor compreensão do tema e do cenário atual em que a temática vem se desenvolvendo, tudo a fim de trazer para o escopo do presente trabalho as condições de uma atuação legislativamente adequada e ao mesmo tempo socialmente integradora da ANVISA no concernente ao acesso populacional aos medicamentos.

2 DO DIREITO DE PATENTE E DA POSSIBILIDADE DE MONOPÓLIO DO MERCADO DE MEDICAMENTOS

Em termos gerais, patente é o direito de exclusividade outorgado ao inventor, pelo qual terceiros ficam impedidos de produzir, usar, colocar à venda, vender ou importar a invenção sem licença ou autorização.

O doutrinador Denis Borges Barbosa enuncia que “uma patente, na sua formulação clássica, é um direito, conferido pelo Estado, que dá ao seu titular a exclusividade da exploração de uma tecnologia”¹.

Ao detentor de patente é conferido o título de propriedade para exploração com exclusividade de sua invenção, com validade por um determinado período de tempo e em um determinado território.

¹ BARBOSA, Denis Borges. **Uma introdução à propriedade intelectual**. 2. ed. rev. e atual. Rio de Janeiro: Lúmen Júris, 2003, p. 262.



No Brasil, referido prazo é de exatamente 20 (vinte) anos, conforme determinação do artigo 40 da Lei de Propriedade Industrial (Lei nº 9.279, de 14 de maio de 1996), que garante ainda o prazo de gozo mínimo de 10 (dez) anos para a patente de invenção em caso de demora na análise do pedido:

Art. 40. A patente de invenção vigorará pelo prazo de 20 (vinte) anos e a de modelo de utilidade pelo prazo 15 (quinze) anos contados da data de depósito.
Parágrafo único. O prazo de vigência não será inferior a 10 (dez) anos para a patente de invenção e a 7 (sete) anos para a patente de modelo de utilidade, a contar da data de concessão, ressalvada a hipótese de o INPI estar impedido de proceder ao exame de mérito do pedido, por pendência judicial comprovada ou por motivo de força maior.²

Em contrapartida à concessão do benefício de propriedade temporária, pela patente o titular deve fornecer a descrição completa de sua invenção, garantindo acesso público ao conhecimento posteriormente ao fim de seu privilégio.

Assim, o Estado outorga direitos ao inventor, mas como requisito para conceder a patente exige a descrição completa do invento, de modo que um técnico, com formação média na área, seja capaz de reproduzi-lo após cessarem os efeitos do título da propriedade.

Mas apesar deste direito ser limitado no tempo e o invento poder ser utilizado após a cessação dos seus efeitos, invariavelmente ao conceder uma patente o Estado acaba por permitir ao proprietário o monopólio do mercado da invenção³.

Em outras palavras, uma patente concede a posse direta de um determinado mercado a um só inventor, o que pressupõe ganhos financeiros a uma única pessoa.

A doutrina inclusive explica que o direito de propriedade intelectual implica diretamente em monopólio, juridicamente chamado “monopólio legal” ao permitir a cessação da concorrência:

O Direito Industrial tutela o que se convencionou chamar de monopólio legal (patentes, desenhos industriais e marcas), institutos jurídicos que em tese afastariam ou derogariam o direito da concorrência, por conceder exclusividade de uso e gozo aos seus titulares em detrimento de todos os demais concorrentes.⁴

Reconhece-se que a maior disponibilidade de recursos enseja a maior atividade de pesquisa e, certamente, o maior acervo de propriedade intelectual para proteção dos direitos do inventor. Porém, a concessão de patentes redundando em extensão de reserva de mercado, gerando um círculo vicioso que amplia cada vez mais as dificuldades do governo atuar em suas políticas de saúde pública e assistência farmacêutica⁵.

² NOVA LEI DE PATENTES; LEI DE PROPRIEDADE INDUSTRIAL. **Diário Oficial da União**, Brasília, 15 maio 1996. Seção 1, p. 8353.

³ ESPECIALISTAS esperam que nova lei de patentes estimule investimentos no País. **Rádio Câmara**, Brasília, 09 dez. 2013. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/camaranoticias/radio/materias/REPORTAGEM-ESPECIAL/458960-ESPECIALISTAS-ESPERAM-QUE-NOVA-LEI-DE-PATENTES-ESTIMULE-INVESTIMENTOS-NO-PAIS.html>>. Acesso em: 01 out. 2014.

⁴ CAMELIER, Alberto. **Abuso de direito de patente - Licença compulsória - A reintrodução da concorrência**. Disponível em <<http://www.camelier.com.br/artigos/80/Abuso-de-direito-de-patente---Licen%C3%A7a-compuls%C3%B3ria---A-reintrodu%C3%A7%C3%A3o-da-concorr%C3%Aancia.html>>. Acesso em 07 out. 2014.

⁵ ESPECIALISTAS esperam que nova lei de patentes estimule investimentos no País. **Rádio Câmara**, Brasília, 09 dez. 2013. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/camaranoticias/>>



Assim, os custos sociais tornam-se incalculáveis, e a pretendida maximização da inovação pela concessão da patente ao inventor acaba por não ocorrer. Enquanto permitido o monopólio, somente uma empresa consegue atuar em um determinado mercado sem sofrer com os altos custos relativos à propriedade intelectual.

Quando poderia haver muitas outras empresas atuando no mesmo mercado, incentivando a concorrência através do menor custo de produção, a patente impede a instalação destas indústrias em razão da pouca competitividade possível no mercado.

Para que se entenda a implicância que tem a concessão de uma patente com relação ao afastamento da concorrência, relevante trazer os seguintes dados com relação ao tratamento da Síndrome da Imunodeficiência Adquirida (AIDS):

Concorrência com genéricos faz preço de medicamento da AIDS cair de US\$ 10.439,00 para US\$ 67.

No caso do tratamento da AIDS, devido à concorrência dos medicamentos genéricos, o preço da terapia tríplice de primeira linha (estavudina, lamivudina e nevirapina) caiu de US\$ 10.439,00 por paciente/ano em 2000 (menor preço do original) para US\$ 67 por paciente/ano (menor preço internacional – genérico Aurobindo, Matrix e Cipla) em 2010.⁶

O argumento relativo à queda dos preços dos medicamentos pela estimulação da concorrência encontra suporte também com relação aos demais antirretrovirais:

Brasil economizou mais de US\$ 1 bilhão com antirretrovirais genéricos.

No Brasil, um estudo realizado no final de 2007 demonstrou uma economia de recursos públicos de mais de US\$ 1 bilhão de 2001 a 2005, apenas no que se refere à compra de seis medicamentos antirretrovirais, devido à negociação de preços em um cenário internacional de concorrência possibilitado pela existência de medicamentos genéricos.⁷

A doutrina ainda aponta que as patentes acabam por criar um sistema de monopólio jurídico temporário pelo qual se permite a transferência de renda de países em desenvolvimento e menos desenvolvidos para países de economia central, por neles estarem concentrados os proprietários das patentes.⁸

Além de muitíssimo prejudicial às políticas nacionais de saúde pública, como exemplificado acima pelas reduções de preço nos tratamentos da AIDS e nos demais antirretrovirais, o monopólio garantido pela patente acaba por nem reverter à economia do país, eis que se reverte aos países desenvolvidos como, por exemplo, os Estados Unidos da

radio/materias/REPORTAGEM-ESPECIAL/458960-ESPECIALISTAS-ESPERAM-QUE-NOVA-LEI-DE-PATENTES-ESTIMULE-INVESTIMENTOS-NO-PAIS.html>. Acesso em: 01 out. 2014.

⁶ CÂMARA DOS DEPUTADOS. **Projeto de lei nº 5402/13**. Altera a Lei n.º 9.279/96, de 14 de maio de 1996, para revogar o parágrafo único de seu art. 40, alterar seus artigos 10, 13, 14, 31, 195 e 229-C, e acrescentar os artigos 31-A e 43-B; e altera a Lei n.º 9.782, de 26 de janeiro, de 1999, para alterar seu artigo 7º. Disponível em <<http://www.camara.gov.br/sileg/integras/1078755.pdf>>. Acesso em 01 out. 2014.

⁷ CÂMARA DOS DEPUTADOS. **Projeto de lei nº 5402/13**. Altera a Lei n.º 9.279/96, de 14 de maio de 1996, para revogar o parágrafo único de seu art. 40, alterar seus artigos 10, 13, 14, 31, 195 e 229-C, e acrescentar os artigos 31-A e 43-B; e altera a Lei n.º 9.782, de 26 de janeiro, de 1999, para alterar seu artigo 7º. Disponível em <<http://www.camara.gov.br/sileg/integras/1078755.pdf>>. Acesso em 01 out. 2014.

⁸ STIGLITZ, Joseph E. Towards a pro-development and balanced intellectual property regime. **WIPO**: Seoul, 2004, p. 10. Disponível em <http://policydialogue.org/files/events/Stiglitz_towards_pro-dev_balanced_intellectual_prop_regime.pdf>. Acesso em 05 out. 2014. Tradução livre.



América (EUA), onde se concentra a grande maioria dos proprietários de patentes em medicamentos.

Posto isto, não se tem dúvidas que a concessão de uma patente acaba por prejudicar o acesso populacional aos medicamentos em virtude da monopolização de um determinado mercado a um só inventor/fabricante.

3 A ATUAÇÃO DA ANVISA NO ACESSO POPULACIONAL AOS MEDICAMENTOS

A postura do Brasil diante do Acordo sobre Aspectos dos Direitos de Propriedade Intelectual Relacionados ao Comércio (TRIPS), realizado no âmbito da Organização Mundial de Comércio (OMC), foi alvo de duras críticas em razão do prejuízo causado às políticas em saúde pública e ao amplo acesso aos medicamentos e tratamentos médicos⁹.

O referido tratado internacional, que representa um padrão de proteção mínimo à propriedade intelectual a ser respeitado pelos Estados-membros da OMC e que recomenda a concessão de patentes aos medicamentos considerados inventos, resultou na atual Lei de Propriedade Industrial apenas 2 (dois) anos após a sua pactuação, quando poderia entrar em vigência no país somente em 2015.

Consequência dessa rápida absorção pela legislação pátria foi a de que muitos medicamentos e tratamentos, em razão de suas patentes, não são previstos para distribuição através do Sistema Único de Saúde (SUS). O valor que eles atingem afasta o seu amplo acesso, sendo custoso ao Estado promover a sua disponibilização.

Os valores, decorrentes dos altos investimentos de tempo e dinheiro em pesquisas, são caros do ponto de vista econômico, mas ainda assim são indispensáveis para atendimento da necessidade social. Explica o pesquisador Stevens Rehen, coordenador da Rede Nacional de Terapia Celular (RNTC):

Do ponto de vista de regulamentação, os ensaios clínicos são obrigatórios. Na perspectiva de seu impacto sobre negócios, são também considerados caros, de alto risco e de longa duração. No entanto, do ponto de vista do paciente, são essenciais, pois favorecem a geração de terapias mais seguras e eficazes. Sua realização é, portanto, inevitável, e pode ser utilizada beneficemente na previsão dos potenciais dessa nova indústria e seus produtos.¹⁰

Como forma de contornar o sistema adotado em decorrência do Acordo TRIPS e tentar garantir uma maior disponibilização de medicamentos no mercado, até mesmo suscitando a concorrência para suprir estes altos custos, o Estado atribuiu, recentemente, a Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA) a função de avaliação dos pedidos de patente com apoio nas políticas em saúde pública do país.

Pelos termos da Lei de Propriedade Intelectual, explica-se:

⁹ CARREIRA, Tatiana Scaranello. A incorporação do Acordo TRIPS no ordenamento jurídico brasileiro e os reflexos de sua flexibilização nas relações exteriores governamentais. *Âmbito Jurídico*, Rio Grande, XV, n. 102, jul 2012. Disponível em: <http://www.ambito-juridico.com.br/site/index.php/?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=11748&revista_caderno=8>. Acesso em: 10 out. 2014.

¹⁰ REHEN, Stevens. Terapia celular revisada. *Instituto Ciência Hoje*. Disponível em: <<http://cienciahoje.uol.com.br/colunas/bioconexoes/terapia-celular-revisada>>. Acesso em: 24 ago. 2014.



Art. 18. Não são patenteáveis:

I - o que for contrário à moral, aos bons costumes e à segurança, à ordem e à saúde públicas;¹¹

Art. 229-C. A concessão de patentes para produtos e processos farmacêuticos dependerá da prévia anuência da Agência Nacional de Vigilância Sanitária - ANVISA. (Incluído pela Lei nº 10.196, de 2001).¹²

Acontece que após o recebimento do pedido de patente pelo Instituto Nacional de Propriedade Intelectual (INPI), deve haver o seu direcionamento para a ANVISA, para que esta o analise à luz da saúde pública, mediante decisão consubstanciada em parecer técnico emitido pela unidade organizacional competente no âmbito da Agência, podendo ser indeferido quando considerado contrário à saúde pública¹³.

Neste sentido, devem compreender-se contrários à saúde pública os fármacos que apresentam risco à saúde e os que são de interesse para as políticas de medicamentos ou de assistência farmacêutica no âmbito do SUS.

Por sua vez, para definição dos produtos ou processos farmacêuticos considerados de interesse para as políticas de medicamentos ou de assistência farmacêutica no âmbito do SUS, foi editada a Portaria nº 736, de 2 de maio de 2014, que prevê grupos de interesse em que não se entende cabível a concessão de patentes:

Art. 1º São considerados de interesse para as políticas de medicamentos ou de assistência farmacêutica no âmbito do SUS, para fins do exame de prévia anuência, realizado pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA), de acordo com o art. 229-C da Lei nº 9.279, de 1996, os produtos ou processos farmacêuticos que compreendam, ou resultem em substância constante da Portaria nº 3.089/GM/MS, de 11 de dezembro de 2013 e suas atualizações, conforme os grupos definidos abaixo:

I - antivirais e antirretrovirais;

II - doenças negligenciadas;

III - doenças degenerativas (Alzheimer / Parkinson);

IV- imunossupressores;

V- doenças mentais (antipsicóticos / anticonvulsivantes);

VI - produtos obtidos por rotas biológicas;

VII - vacinas e soros;

VIII - hemoderivados; e

IX - produtos oncológicos.

Parágrafo único. Quando o objeto do pedido de invenção não constar da lista de substâncias da referida Portaria deverá ser considerado de interesse para as políticas de medicamentos ou de assistência farmacêutica no âmbito do SUS, para fins do exame de prévia anuência, aqueles relacionados aos grupos definidos no "caput" deste artigo.¹⁴

¹¹ NOVA LEI DE PATENTES; LEI DE PROPRIEDADE INDUSTRIAL. **Diário Oficial da União**, Brasília, 15 maio 1996. Seção 1, p. 8353.

¹² NOVA LEI DE PATENTES; LEI DE PROPRIEDADE INDUSTRIAL. **Diário Oficial da União**, Brasília, 15 maio 1996. Seção 1, p. 8353.

¹³ BRASIL. Ministério da Saúde. **Portaria Interministerial MS/MDIC/AGU 1065/12**. Disponível em <http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2012/anexo/anexo_pri1065_24_05_2012.html.pdf>. Acesso em 01 out. 2014.

¹⁴ BRASIL. Ministério da Saúde. **Portaria Nº 736/2014**. **Diário Oficial da União**, Brasília, 05 maio 2014. Seção 1, p. 38.

Várias regulamentações extralegais, dentre elas Portarias da própria ANVISA, ajudam a estabelecer a forma como o órgão deve atuar, tudo com o objetivo de afastar as patentes e possibilitar a fabricação e utilização de determinados medicamentos e tratamentos médicos sem o prejuízo com os altos custos do monopólio conferidos pelas patentes.

Desta forma, recebido, por exemplo, um pedido de patente relativo à vacina de combate ao vírus ebola, o que inclusive pode vir a ocorrer em breve em razão da grande demanda africana na presente atualidade, sendo utilizada a Portaria do Ministério da Saúde deve ser vedado o patenteamento da vacina.

Verifica-se, em tal hipótese, que a ANVISA teria o papel fundamental de afastar o pedido de patente para garantir o acesso da população à vacina, eis que ela está compreendida na Portaria N° 736/2014, especificamente, em seu artigo 1º, inciso VII, e que, conseqüentemente, está compreendida dentro do conceito de “contrário à saúde pública”, nos termos do artigo 18, inciso I, da Lei de Propriedade Industrial.

Assim, atualmente a ANVISA tem papel fundamental para garantia do acesso populacional aos medicamentos, afastando o patenteamento daqueles que sejam contrários à saúde pública por força das atribuições que lhe foram recentemente outorgadas.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Através da legislação vigente e de regulamentações extralegais, a ANVISA ganhou novo papel para contribuição no acesso populacional aos medicamentos e tratamentos médicos, trabalhando na análise de pedidos de patentes para afastá-los sempre que forem contrários aos interesses governamentais no âmbito das políticas em saúde pública.

Analisados todos os dados trazidos no presente trabalho, chega-se então a conclusão de que o monopólio concedido pelas patentes é extremamente prejudicial para o acesso populacional aos medicamentos.

Devido às patentes em medicamentos afastarem a concorrência dentro do mercado farmacêutico, tem-se verificado na prática a privação da população aos tratamentos médicos mais adequados devido aos altos preços conferidos aos medicamentos pelas patentes. O resultado, por sua vez, tem sido uma avalanche de demandas judiciais individuais buscando a obtenção destes tratamentos independentemente dos custos gerados ao Estado.

Por isto, compreende-se que a ANVISA atualmente é a detentora de um dos papéis mais fundamentais para garantia do acesso populacional aos medicamentos, podendo indeferir o patenteamento de determinados medicamentos para estimular a concorrência e, conseqüentemente, a queda dos preços.

Com isto, viabiliza-se o maior oferecimento de tratamentos médicos adequados por meio das políticas públicas em saúde e minimizam-se os efeitos das patentes outrora concedidas no país, inclusive podendo se obter a longo prazo um reflexo na esfera judicial da questão do acesso populacional aos medicamentos, com efeitos para além da esfera administrativa e executiva do Estado.

REFERÊNCIAS

BARBOSA, Denis Borges. **Uma introdução à propriedade intelectual**. 2. ed. rev. e atual. Rio de Janeiro: Lúmen Júris, 2003, p. 262.



BRASIL. Ministério da Saúde. **Portaria Interministerial MS/MDIC/AGU 1065/12**. Disponível em http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2012/anexo/anexo_pri1065_24_05_2012.html.pdf. Acesso em 01 out. 2014.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Portaria Nº 736/2014**. Diário Oficial da União, Brasília, 05 maio 2014. Seção 1, p. 38.

CÂMARA DOS DEPUTADOS. **Projeto de lei nº 5402/13**. Altera a Lei n.º 9.279/96, de 14 de maio de 1996, para revogar o parágrafo único de seu art. 40, alterar seus artigos 10, 13, 14, 31, 195 e 229-C, e acrescentar os artigos 31-A e 43-B; e altera a Lei n.º 9.782, de 26 de janeiro, de 1999, para alterar seu artigo 7º. Disponível em <http://www.camara.gov.br/sileg/integras/1078755.pdf>. Acesso em 01 out. 2014.

CAMELIER, Alberto. **Abuso de direito de patente - Licença compulsória - A reintrodução da concorrência**. Disponível em <http://www.camelier.com.br/artigos/80/Abuso-de-direito-de-patente---Licen%C3%A7a-compuls%C3%B3ria---A-reintrodu%C3%A7%C3%A3o-da-concorr%C3%Aancia.html>. Acesso em 07 out. 2014.

CARREIRA, Tatiana Scaranello. A incorporação do Acordo TRIPs no ordenamento jurídico brasileiro e os reflexos de sua flexibilização nas relações exteriores governamentais. **Âmbito Jurídico**, Rio Grande, XV, n. 102, jul 2012. Disponível em: http://www.ambito-juridico.com.br/site/index.php?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=11748&revista_caderno=8. Acesso em: 10 out. 2014.

ESPECIALISTAS esperam que nova lei de patentes estimule investimentos no País. **Rádio Câmara**, Brasília, 09 dez. 2013. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/camaranoticias/radio/materias/REPORTAGEM-ESPECIAL/458960-ESPECIALISTAS-ESPERAM-QUE-NOVA-LEI-DE-PATENTES-ESTIMULE-INVESTIMENTOS-NO-PAIS.html>. Acesso em: 01 out. 2014.

NOVA LEI DE PATENTES; LEI DE PROPRIEDADE INDUSTRIAL. **Diário Oficial da União**, Brasília, 15 maio 1996. Seção 1, p. 8353.

REHEN, Stevens. Terapia celular revisada. **Instituto Ciência Hoje**. Disponível em: <http://cienciahoje.uol.com.br/colunas/bioconexoes/terapia-celular-revisada>. Acesso em: 24 ago. 2014.

STIGLITZ, Joseph E. Towards a pro-development and balanced intellectual property regime. **WIPO**: Seoul, 2004, p. 10. Disponível em http://policydialogue.org/files/events/Stiglitz_towards_pro-dev_balanced_intellectual_prop_regime.pdf. Acesso em 05 out. 2014.

*Recebido em 20/02/2016
Aprovado em 01/06/2016*



A DINÂMICA ECONÔMICA DO MUNICÍPIO DE FOZ DO IGUAÇU DE 2002 ATÉ 2012

ECONOMIC DYNAMIC OF THE FOZ DO IGUAÇU CITY OF 2002 - 2012

Eduardo de Pintor*
Afonso Kimura Kodama**
Cristian Jair Paredes Aguilar***
Moacir Piffer****

RESUMO

A partir da década de 1970, Foz do Iguaçu apresentou forte crescimento econômico atrelado, principalmente, à construção da Hidrelétrica de Itaipu e seus pontos turísticos. O estudo tem como objetivo analisar o comportamento, entre 2002 a 2012, das atividades econômicas e do crescimento econômico de Foz do Iguaçu tendo como região de referência a mesorregião Oeste do Paraná. Para alcançar os objetivos do trabalho foram calculados: o Quociente Locacional; o Coeficiente de Williamson; o Indicador do Nível de Crescimento Econômico; e o Indicador do Ritmo de Crescimento Econômico. Os resultados obtidos mostram que as atividades ligadas à Usina de Itaipu, ao setor de turismo e de educação são os mais dinâmicos do município, sendo que no período analisado Foz do Iguaçu apresentou-se como um município desenvolvido em declínio. Ademais, a renda média *per capita* da microrregião de Foz do Iguaçu é menos desigual em relação a mesorregião Oeste do Paraná.

Palavras-chave: Crescimento Econômico, Foz do Iguaçu, Turismo.

ABSTRACT

Starting from the 1970s, Foz do Iguaçu showed strong economic growth tied mainly to the construction of the Itaipu Hydroelectric Power Plant and its sights. The study aims to analyze the behavior, between 2002 and 2012, the economic activities and economic growth of Foz do Iguaçu, having as reference the mesoregion Western Paraná. To achieve the objectives of the study were calculated: the Location Quotient; Williamson coefficient; Indicator of Economic Growth Level; and the Indicator of Economic Growth Rhythm. The results show that the activities related to the Itaipu Dam, the tourism sector and education are the most dynamic of the city, and in the period analyzed Foz do Iguaçu presented itself as a city developed in decline. Furthermore, the average *per capita* income of Foz do Iguaçu microregion is less unequal in relation to Western Parana mesoregion.

Key words: Economic Growth, Foz do Iguaçu, Tourism.

* Economista. Mestre em Desenvolvimento Regional e Agronegócio pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná. E-mail: eduardo.pintor@unila.edu.br

** Economista. Mestrando em Desenvolvimento Regional e Agronegócio pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná. E-mail: kimura.afonso@gmail.com

*** Administrador. Trabalha na área de Desenvolvimento Territorial da Fundação Parque Tecnológico Itaipu Brasil (FPTI-BR). Coordenador do Programa ConectaDEL no Brasil. Mestrando em Desenvolvimento Regional e Agronegócio pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná. E-mail: cristian.jair@pti.org.br

**** Doutor em Desenvolvimento Regional pela UNISC. Bolsista de produtividade em pesquisa da Fundação Araucária (PR). Professor do Programa de Pós Graduação em Desenvolvimento Regional e Agronegócio - mestrado e doutorado - da Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE)/Campus de Toledo. E-mail: piffer@unoeste.br



1 INTRODUÇÃO

O turismo tem apresentado um papel relevante na promoção do desenvolvimento local e regional, que por meio das diversas atividades potencializadas geram benefícios econômicos e sociais, como emprego e renda para sua população (CUNHA; CUNHA, 2005; SILVA; RAMIRO; TEIXEIRA, 2009; TAKASAGO, 2010; IPEA, 2011).

O “*Programa de Regionalização do Turismo*” do Ministério do Turismo define 65 destinos indutores do desenvolvimento turístico regional no Brasil, dentre eles está Foz do Iguaçu. Esses destinos indutores são caracterizados por possuírem uma infraestrutura básica e turística, além de atrativos, que passam a constituir-se como um núcleo receptor e/ou distribuidor de fluxos turísticos, dinamizando a economia do território no qual estão inseridos. No contexto de destino turístico indutor, Foz do Iguaçu destaca-se com as Cataratas do Iguaçu e Caminhos ao Lago de Itaipu (MTUR; FGV, 2012), que apresenta em seu entorno outros 15 municípios lindeiros¹ que são beneficiados pela dinâmica desse destino.

Nessa perspectiva, o município de Foz do Iguaçu, localizado no Oeste do Paraná, apresenta o turismo como uma potente atividade econômica. De acordo com a Secretaria Municipal de Turismo de Foz do Iguaçu (SMTU-FI), o município dispõe de diversos atrativos turísticos naturais, dentre eles: as Cataratas do Iguaçu eleita como uma das 7 Novas Maravilhas da Natureza em 2012, o Lago de Itaipu, o Rio Paraná, o Rio Iguaçu e o Parque Nacional do Iguaçu (SMTU-FI, 2012). Sua posição geográfica, cidade de tríplice fronteira, proporciona além dos atrativos do município, o acesso a outros roteiros turísticos internacionais com a cidade de *Puerto Iguazu* (Argentina) e *Ciudad del Este* (Paraguai), onde o turista pode realizar o turismo de compras, lazer, cultural e gastronômico, o que potencializa o turismo em Foz.

O presente artigo tem por objetivo avaliar a dinâmica econômica de Foz do Iguaçu. Destarte, foram analisados a especialização de emprego formal, as diferenças de Produto Interno Bruto (PIB) *per capita*, a classificação do seu nível e ritmo de crescimento para os anos de 2002 e 2012, confrontando-os com os demais microrregiões que compõem a mesorregião Oeste paranaense.

Para atingir os resultados obtidos, a pesquisa utilizará os cálculos do Quociente Locacional (QL), Coeficiente de Williamson e dos Indicadores de Nível e Ritmo de Crescimento (INC; IRC), avaliando os setores especializados mais representativos em mão de obra do município, observando o crescimento econômico de Foz do Iguaçu e os desvios do PIB *per capita* da microrregião de Foz do Iguaçu. Os dados referentes a população foram extraídos do Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social (IPARDES) e do PIB *per capita* municipal foram obtidos na Relação Anual Indicadores Sociais (RAIS – MTE).

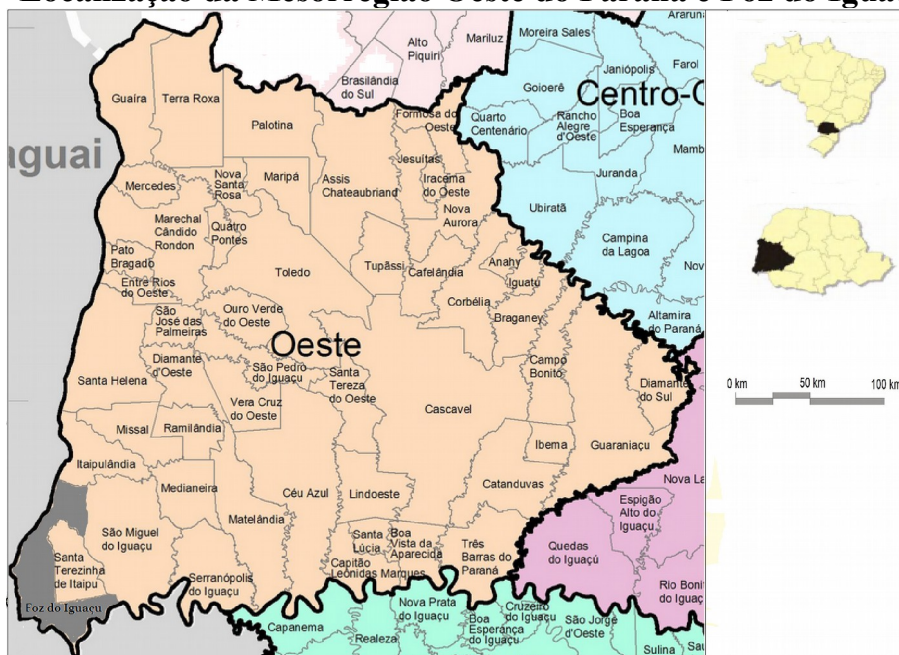
Além desta introdução, o artigo é composto por mais cinco seções. Na segunda seção é realizada a caracterização do município de Foz do Iguaçu, apresentando seu contexto histórico e econômico. A terceira seção traz uma revisão sobre desenvolvimento regional endógeno, crescimento econômico desequilibrado e o impacto do turismo na geração de emprego e renda. Na quarta seção é descrita a metodologia utilizada, baseada no QL, Coeficiente de Williamson, INC e IRC. A quinta seção apresenta os resultados e discussões gerados pelo trabalho, seguida pelas considerações finais.

1Diamante D'Oeste, Entre Rios D'Oeste, Guaíra, Itaipulândia, Marechal Cândido Rondon, Medianeira, Mercedes, Missal, Mundo Novo, Pato Bragado, Santa Helena, Santa Terezinha do Itaipu, São José das Palmeiras, São Miguel do Iguaçu e Terra Roxa.

2 CARACTERIZAÇÃO DO MUNICÍPIO DE FOZ DO IGUAÇU

Foz do Iguaçu encontra-se no extremo Oeste do Estado do Paraná, com uma população de 253.962 habitantes (IBGE – Censo Demográfico, 2010). O município faz fronteira com *Ciudad del Este* (Paraguai) e *Puerto Iguazu* (Argentina) localizando-se assim na tripla fronteira.

Figura 1 – Localização da Mesorregião Oeste do Paraná e Foz do Iguaçu - PR



Fonte: Resultado da pesquisa.

No fim do século 19, as autoridades brasileiras expressavam suas preocupações com o abandono e a importância econômica da atual região de Foz do Iguaçu que estava sendo explorada por empresas argentinas e paraguaias com a extração de madeira e erva-mate. A situação levou as autoridades políticas e os militares a planejar a ocupação do território em questão e em 1889, foi criada a Colônia Militar do Iguaçu – com uma área de 112.500 hectares - e estradas que a ligassem a outras regiões (ROSEIRA, 2006).

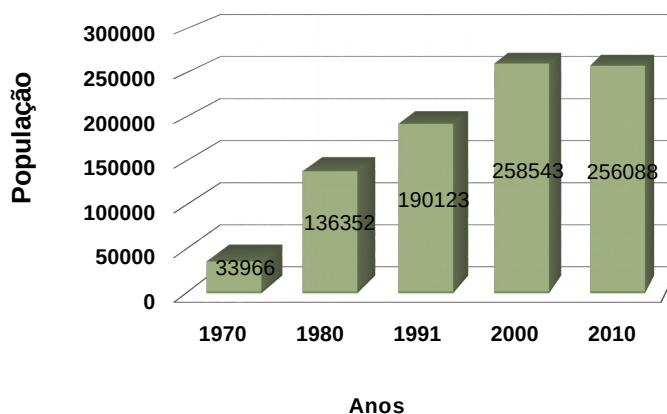
De acordo com Carvalho et al (2002, p.07), em março de 1914, por meio da Lei Estadual nº 1.383 foi criado o município de Foz do Iguaçu, “cuja sede foi elevada à categoria de Vila, com a denominação de Vila do Iguaçu, e a 10 de junho do mesmo ano foi instalado o novo município”.

Segundo o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA (2010, p. 93), “na época da construção [da Usina Binacional Hidroelétrica de Itaipu], Foz do Iguaçu era uma cidade com apenas duas ruas asfaltadas”. Roseira (2006) afirma que mesmo com as políticas de povoamento da região Oeste do Paraná, a cidade teve crescimento populacional insignificante até o final da década de 1960, situação que, posteriormente, veio a se alterar com o Tratado de Itaipu entre o Brasil e o Paraguai.

A população do município em 1970 era de 33.966 habitantes com o início da construção da Usina de Itaipu em 1974, a população quadruplicou alcançando 136.352

habitantes em 1980 passando para 256.088 habitantes em 2010, conforme o gráfico 01. Ademais, Carvalheiro et al (2002) apontam que o Produto Interno Bruto se multiplicou por 6, passando de R\$ 101.341.489,49 para R\$ 648.686.545,49 entre 1970 a 1980.

Gráfico 1 – População de Foz do Iguaçu entre 1970 e 2010



Fonte: IBGE, 2011.

A Usina Binacional de Itaipu, o Parque das Aves, o Parque Nacional de Iguaçu e entre outros pontos turísticos tornam o município em questão o maior núcleo turístico do Oeste do Paraná (CORREA; GODOY, 2008). Em 2012, o turismo respondeu por 79,3% dos motivos das viagens realizadas em Foz do Iguaçu sendo que cada viajante permaneceu em média 3,8 dias em Foz do Iguaçu (SMTU-FI, 2014).

3 REFERENCIAL TEÓRICO

3.1 DESENVOLVIMENTO REGIONAL ENDÓGENO

A teoria do desenvolvimento regional endógeno surgiu com as mudanças nas teorias de desenvolvimento regional nas últimas décadas. Essas transformações foram ocasionadas pela crise e declínio de regiões tradicionalmente industriais e pelo surgimento de regiões com novos paradigmas industriais. O conceito de endogenia unifica os termos desenvolvimento local, desenvolvimento regional e desenvolvimento territorial (PIACENTI, 2009). Assim, o desenvolvimento endógeno:

[...] pode ser entendido como um processo interno de ampliação contínua da capacidade de agregação de valor sobre a produção, bem como da capacidade de absorção da região, cujo desdobramento é a retenção do excedente econômico gerado na economia local e/ou a atração de excedentes provenientes de outras regiões. Esse processo tem como resultado a ampliação do emprego, do produto e da renda do local ou da região, em um modelo de desenvolvimento regional definido (AMARAL FILHO, 1996, p. 37-38).

Neste modelo, o desenvolvimento baseia-se nos próprios atores locais e não mais no planejamento centralizado. O desenvolvimento ocorre “de baixo para cima”, começando pelas potencialidades socioeconômicas do local. Assim, um dos pressupostos da teoria do



desenvolvimento endógeno é o protagonismo dos atores locais (AMARAL FILHO, 1996; PIACENTI, 2009). Segundo Oliveira e Lima (2003, p. 31), “pensar em desenvolvimento regional é, antes de qualquer coisa, pensar na participação da sociedade local no planejamento contínuo da ocupação do espaço e na distribuição dos frutos do processo de crescimento”.

A teoria endogenista identificou os fatores de produção decisivos que eram determinados dentro da região, como capital social, capital humano, conhecimento, Pesquisa e Desenvolvimento (P&D) e informação. As regiões que possuem tais fatores ou que possam desenvolvê-los têm mais condições de alcançar um desenvolvimento acelerado e equilibrado (PIACENTI, 2009).

Essa teoria enfatiza a importância do conhecimento, considerado como um fator de produção separado, e do investimento na criação de conhecimento em P&D. Neste contexto, as pessoas qualificadas são indispensáveis, seja, por exemplo, para descobrir novos conhecimentos, inventar novos produtos e processos tecnológicos, ou para operar equipamentos mais complexos. “O capital humano e as habilidades de um país ou região determinam o seu crescimento econômico no longo prazo e suas chances de transformar este crescimento em processos de desenvolvimento” (HADDAD, 2004, p.10).

De acordo com a teoria do desenvolvimento regional endógeno, a localização e a implantação de novas atividades econômicas podem aumentar a produção, a renda, o emprego e a base tributável de um município, estado ou região em um ritmo superior ao crescimento populacional. Entretanto, tal expansão pode ocorrer sem que haja desenvolvimento econômico e social, ocasionando apenas crescimento econômico (HADDAD, 2004).

O aumento do Produto Interno Bruto (PIB) *per capita* e da renda regional indicam que a área na qual as novas atividades estão instaladas passa por um período favorável na trajetória de seu crescimento econômico. Se a taxa de crescimento do PIB e da renda *per capita* continuar positiva e elevada por um longo período, a região encontrou uma alternativa de aumento sustentado de sua economia (HADDAD, 2004).

O crescimento econômico da região depende diretamente dos recursos nacionais, públicos ou privados, que ela é capaz de captar e do impacto das políticas macroeconômicas e setoriais. Tais políticas podem tanto criar condições que estimulam o crescimento de uma região quanto gerar condições que o freiam (BOISIER, 1992).

Já o desenvolvimento de uma região é mais complexo e qualitativamente diferente do crescimento. Ele depende da capacidade de organização social e política da região, que está associada ao aumento da autonomia regional para tomada de decisões, expansão da capacidade de reter e reinvestir o excedente econômico decorrente do crescimento regional, à crescente inclusão social e à preservação e conservação permanente do ecossistema regional (BOISIER, 1992; HADDAD, 2004).

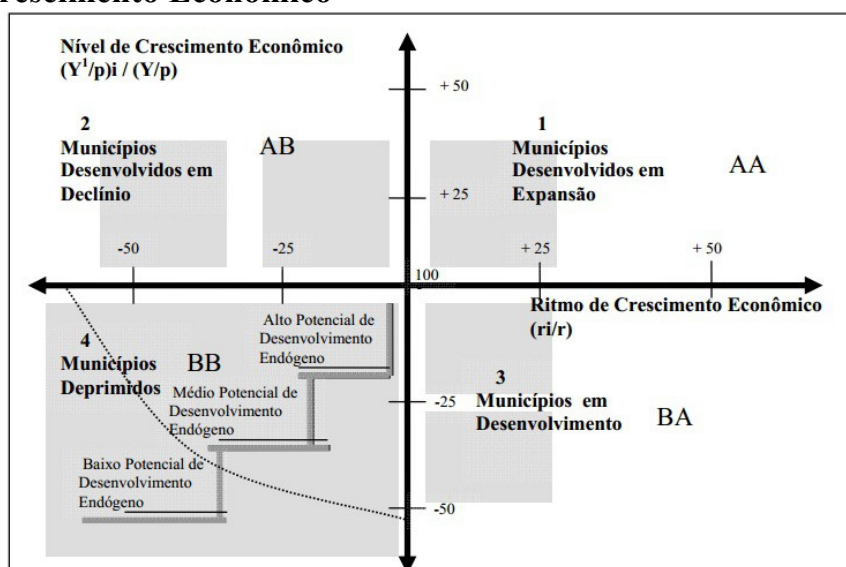
A capacidade de organização social da região é um fator endógeno e constitui um elemento crucial para transformar o crescimento em desenvolvimento, por meio de instituições e agentes do desenvolvimento, que estão articulados por uma cultura regional e por um projeto político regional (BOISIER, 1992; HADDAD, 2004).

O potencial endógeno de uma região inclui, dentre outros fatores, os aspectos populacionais, os recursos físicos e ecológicos, a estrutura urbana e o capital acumulado. Estes elementos também configuram o potencial de inovação e adaptação regional (BOISIER, 1992).

Desse modo, um município pode ser classificado com base no critério da homogeneidade ou heterogeneidade do seu potencial endógeno. Considerando as possibilidades de combinação entre o nível e o ritmo de crescimento econômico, os

municípios podem ser classificados em: 1) municípios desenvolvidos em expansão; 2) municípios desenvolvidos em declínio; 3) municípios em desenvolvimento; e 4) municípios deprimidos. A Figura 2 demonstra a classificação dos municípios (PIACENTI, 2009).

Figura 2 - Possibilidades de combinações segundo o Nível de Crescimento e o Ritmo de Crescimento Econômico



Fonte: PIACENTI, 2009, p. 70

De acordo com a Figura 2, os municípios classificados como desenvolvidos em expansão possuem nível e ritmo de crescimento econômico acima da média estadual. Esta situação é representada por AA. Os desenvolvidos em declínio apresentam nível de crescimento acima da média estadual. Entretanto, seu ritmo de crescimento está em declínio, abaixo da média estadual. Tais municípios são representados pelo quadrante AB (PIACENTI, 2009).

Os municípios em desenvolvimento são aqueles cujo ritmo de crescimento está em expansão. Contudo, seu nível de crescimento está abaixo da média estadual. Eles são demonstrados, na Figura 2, por BA. Por fim, os municípios deprimidos, cuja situação corresponde à BB, são caracterizados por um nível e ritmo de crescimento econômico abaixo da média estadual (PIACENTI, 2009).

3.2 CRESCIMENTO ECONÔMICO DESEQUILIBRADO

Hirschman (1977) considera que do ponto de vista geográfico o crescimento econômico tende a ser desigual num país que busca aumentar sua renda, passando a criar alguns polos de crescimentos tornando-os centros regionais economicamente fortes e, concomitantemente, surgirão outras regiões economicamente mais atrasadas. Esta configuração torna as nações divididas em países desenvolvidos e em desenvolvimento, e no âmbito nacional em regiões progressistas e regiões atrasadas.

As regiões consideradas desenvolvidas também possuem suas disparidades inter-regionais, conforme citado por Mustatea (2012, p.51):



All research confirms the high degree of concentration of human and material resources in some parts of Europe, while other areas are considered as being peripheral, becoming less attractive for the population and economic activities. This was the starting point of the European goal of reducing regional disparities materialized by adopting the cohesion policy.

Para Hirschman (1977) as regiões que apresentam taxas de crescimento econômico superior tendem a atrair a mão-de-obra qualificada provenientes de regiões que apresentam crescimento econômico menos expressivo. Esta realidade pode aprofundar as disparidades regionais, já que retira de regiões menos desenvolvidas um dos elementos fundamentais para fomentar as atividades econômicas, isto é, o capital humano.

Os investimentos públicos são ferramentas para influenciar as taxas de crescimento das regiões (HIRSCHMAN, 1977). Estudos realizados por Raiher e Ferrera de Lima (2012) apontam que entre 1986 a 2004, os investimentos estatais foram desiguais entre os municípios paranaenses destacando que há relação entre os investimentos públicos e o desenvolvimento socioeconômico dos municípios em questão, sendo que o primeiro é responsável por 22,7 % na variação do desenvolvimento dos municípios analisados e outros 77,3% da referida variação é explicada por fatores endógenos mencionados anteriormente.

Trevisan e Ferrera de Lima (2010), por sua vez, realizaram um estudo sobre a disparidade do Produto Interno Bruto *per capita* entre as microrregiões do Paraná e concluíram que nos últimos anos tais disparidades reduziram, situação que deve continuar. No entanto, destacaram a necessidade de realizar políticas públicas em determinadas regiões visando retirá-las da pobreza em que se encontram. Os autores afirmam ainda que a desigualdade do crescimento econômico no Paraná tem se tornando cada vez mais presente e que o Estado possui uma economia dual.

3.3 TURISMO INDUTOR DO CRESCIMENTO

O turismo, como atividade econômica, implica que existe uma dinâmica com outras diversas atividades que são integradas a partir da existência de um produto/atrativo turístico no mesmo território, o que destaca seu grande potencial dinamizador da economia local e regional (VALLE et al, 2012).

Segundo o IPARDES (2008), o turismo contribui para sustentar uma rede de serviços, promovendo o desenvolvimento de uma infraestrutura local, fluxo de informação, produção, distribuição e consumo. Deste modo, o turismo envolve a venda de produtos e serviços que ocorrem com a importação do turista para o território e os demais serviços e produtos oferecidos pelos agentes locais.

As principais atividades características do turismo (ACT) potencializadas estão ligadas, principalmente a prestação de serviço, como transportes, aluguel de transportes, auxiliar de transportes, cultura e lazer, agências de viagem, alimentação e alojamento (IPEA, 2011). Entretanto, o turismo e o impacto gerado por essas atividades podem apresentar externalidades positivas e negativas para a região. O aspecto positivo do turismo está relacionado principalmente com o desenvolvimento local, melhoria do nível de vida da população local, geração de emprego e renda (CUNHA; CUNHA, 2005; IPARDES, 2008; TAKASAGO et al, 2010)

Os produtos/atrativos do turismo têm como característica comum, diferentemente da comercialização de produtos manufaturados e agrícolas, a possibilidade de consumo apenas



no seu local de origem (*non-tradable*) e estarem arraigados ao setor de serviços. Isto favorece o aumento de emprego e renda para a população local, uma vez que a prestação de serviços é demandante de capital humano, assim como o fortalecimento e surgimento de novas oportunidades de negócio, principalmente para empresas de médio e pequeno porte (CUNHA; CUNHA, 2005).

Deste modo, o crescimento do segmento do turismo perpassa pela geração de emprego e renda de uma região. Takasago et al (2010), constatou o potencial gerador de emprego e renda do turismo no Brasil em 2006, por meio da análise da matriz insumo-produto e de índices de ligação, destacou o turismo dos demais setores da economia na geração de emprego, principalmente nos setores de atividades recreativas e culturais, de alimentação e de alojamento que apresentaram os melhores resultados. O potencial de geração de renda também foi confirmado, “as estimativas feitas dos efeitos geradores mostraram um bom potencial de geração de empregos, mas principalmente de renda, quando comparados aos potenciais geradores médios da economia brasileira” (TAKASAGO et al, 2010, p.458).

De outro lado, o turismo pode trazer externalidades negativas quando seu crescimento ocorre de maneira desordenada. Dentre as consequências da falta de planejamento e de como pode prejudicar a população local, destaca-se a “sustentabilidade social, cultural, ambiental, provoca a desestruturação da cultura local, eleva os índices de vazamento de renda, descaracteriza ambientes naturais, estimula a especulação imobiliária e exclusão territorial de residentes” (SILVA; RAMIRO; TEIXEIRA, 2009, p. 362).

4 METODOLOGIA

Para realizar os cálculos do Quociente Locacional (QL), Coeficiente de Williamson e dos Indicadores de Nível e Ritmo de Crescimento (INC; IRC) foram necessários dados sobre o PIB *per capita* e a população dos territórios analisados. Os dados sobre a população foram retirados do Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social (IPARDES). Já os dados a respeito do PIB *per capita* municipal foram obtidos na Relação Anual Indicadores Sociais (RAIS – MTE).

4.1 QUOCIENTE LOCACIONAL

O Quociente Locacional (QL) apresenta o grau de especialização de uma região ou município em uma atividade produtiva específica, foi desenvolvido por Isard (1960) e didaticamente discutido por Haddad (1989, p.231-239). Esse indicador é amplamente usado para medir a especialização do emprego de uma determinada região, é definido como:

$$QL_{i,j} = \frac{E_j^i / E_j}{E_j^i / E_j^a} \quad (1)$$

Onde:

$QL_{i,j}$: quociente de localização do setor de atividade i na região j ;



E_{ij} : emprego do setor de atividade i na região j ;
 E_j : emprego total da região j ;
 E_i : emprego do setor de atividade i no conjunto das regiões;
 E_{jj} : emprego total do conjunto das regiões.

A partir do QL pode-se interpretar que quando: $QL = 1$ a especialização na atividade econômica estudada é igual a especialização em todas as regiões da mesma atividade; $QL < 1$ a especialização na atividade econômica estudada é inferior a especialização em todas as regiões da mesma atividade econômica; $QL > 1$ a especialização da atividade econômica estudada é superior a especialização em todas as outras regiões estudadas.

Esta metodologia de cálculo do QL também é utilizada por Alves (2012) e Piffer e Arend (2009). Esses autores mostram e utilizam o QL para comparar a participação do emprego de um mesmo segmento de uma região com outra região de referência. Neste artigo o QL é utilizado para comparar o setor dinâmico em que o município de Foz do Iguaçu é especializado com o restante estado do Paraná.

4.2 COEFICIENTE DE WILLIAMSON

No que se refere a renda, utilizar-se-á o Coeficiente de Williamson para medir o diferencial de renda do município de Foz do Iguaçu em comparação com o toda a mesorregião Oeste do Paraná. Esse coeficiente é apresentado por Williamson (1977) como:

$$V_w = \frac{\sqrt{\sum (y_i - \bar{y})^2 \frac{f_i}{n}}}{\bar{y}} \quad (2)$$

Onde:

f_i : população da i -ésima região;

n : população total do Estado;

y_i : renda *per capita* da i -ésima região;

y : renda *per capita* total do estado.

O Coeficiente de Williamson foi utilizado por Trevisan e Ferrera de Lima (2010) para analisar a disparidade de Produto Interno Bruto (PIB) *per capita* das microrregiões do Paraná. Já Ilha, Alves e Coronel (2004), utilizaram o coeficiente para mensurar as assimetrias do PIB *per capita* dos países pertencentes ao Mercado Comum do Sul (MERCOSUL).

4.3 INDICADOR DO NÍVEL DE CRESCIMENTO ECONÔMICO

Para calcular o nível de crescimento econômico do município de Foz do Iguaçu será utilizado o Indicador do Nível de Crescimento econômico (INC). O indicador tem como



objetivo situar o município em relação ao PIB *per capita* médio estadual ou macrorregional (PIACENTI, 2012). O INC é apresentado na equação 3:

$$INC = \frac{PIB_{pci}}{PIB_{pcm}} \times 100 \quad (3)$$

Onde:

PIB_{pci} = PIB *per capita* do município *i*;

PIB_{pcm} = PIB *per capita* médio estadual ou macrorregional.

A classificação do Indicador do Nível de Crescimento é mostrada na Tabela 1.

Tabela 1 - Classificação do Indicador do Nível de Crescimento econômico (INC)

Classificação do INC	Faixa do INC
Significativo	Superior a 100
Alto	80 a 100
Médio	50 a 80
Baixo	20 a 50

Fonte: PIACENTI, 2009.

De acordo com a Tabela 1, considerando o PIB *per capita* médio estadual ou macrorregional, se o município apresentar indicador superior a 100, seu PIB *per capita* é considerado superior ao do estado ou da macrorregião (FERRERA DE LIMA et al, 2014).

O INC foi utilizado por Piacenti (2009) para analisar o nível de crescimento dos 399 municípios paranaenses e por Ferrera de Lima et al (2014) para mensurar o crescimento das 39 microrregiões do Paraná.

4.4 INDICADOR DO RITMO DE CRESCIMENTO ECONÔMICO

Para determinar o ritmo de crescimento econômico de Foz do Iguaçu, será utilizado um indicador relativo à média estadual ou macrorregional. O Indicador do Ritmo de Crescimento econômico (IRC) é apresentado na equação 4.

$$IRC = \frac{\frac{\pi}{\psi} - 1}{\frac{\kappa}{\phi} - 1} \times 100 \quad (4)$$

Onde:

π : PIB_{pc} 2012 = PIB *per capita* do município *i* em 2012;

ψ : PIB_{pc} 2002 = PIB *per capita* do município *i* em 2002;



K : $\text{PIB}_{pc} 2012 = \text{PIB per capita médio estadual ou macrorregional em 2012};$

ϕ : $\text{PIB}_{pc} 2002 = \text{PIB per capita médio estadual ou macrorregional em 2002}.$

A Tabela 2 mostra a classificação do Indicador do Ritmo de Crescimento (IRC).

Tabela 2 - Classificação do Indicador do Ritmo de Crescimento (IRC)

Classificação do IRC	Faixa do IRC
Significativo	Superior a 100
Estagnado	30 a 100
Recessivo	0 a 30
Depressivo	-100 a 0

Fonte: PIACENTI, 2009.

Considerando o PIB *per capita* médio estadual ou macrorregional como 100, de acordo com a Tabela 2, o município com IRC superior a 100 possui um ritmo de crescimento superior ao do estado ou da macrorregião. O município com indicador inferior a 100 apresenta um ritmo de crescimento inferior ao estadual ou da macrorregião. Neste caso, o aumento populacional deste município foi superior ao crescimento do PIB. Já o indicador negativo indica que houve queda no PIB *per capita* do município no período analisado (FERRERA DE LIMA et al, 2014).

Piacenti (2009) utilizou o IRC para mensurar o ritmo de crescimento dos municípios do Paraná. Já Ferrera de Lima et al (2014) o utilizou para analisar o ritmo de crescimento das microrregiões paranaenses.

5 RESULTADOS E DISCUSSÕES

O cálculo do Quociente Locacional para o município de Foz do Iguaçu apresentou seus maiores índices para as seguintes atividades: Serviços de utilidade pública (14), Alojamento e comunicação (21), Ensino (23), Médicos odontológicos e veterinários (22), Transporte e comunicação (20), Administração técnico e profissional (19) e Comércio varejista (19).

Conforme evidenciado pela Tabela 3, para os subsetores supracitados, o QL foi superior a 1, indicando que o município de Foz do Iguaçu é especializado nessas atividades em relação a mesorregião Oeste do Paraná. Segundo os dados, é possível observar que o setor de maior especialização (14) de Foz do Iguaçu engloba a geração e distribuição de energia elétrica, sendo esta subseção alavancada pela Usina Hidrelétrica de Itaipu.



Tabela 3 – QL do emprego para os subsetores da economia de Foz do Iguaçu de 2000 a 2012

Subsetores do IBGE	Anos										
	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012
01-Extrativa Mineral	0,14	0,17	0,18	0,11	0,17	0,25	0,67	0,41	0,43	0,36	0,30
02-Prod. Mineral Não Metálico	0,40	0,61	0,61	0,50	0,42	0,41	0,35	0,37	0,41	0,43	0,50
03-Indústria Metalúrgica	0,29	0,32	0,30	0,41	0,48	0,44	0,45	0,46	0,43	0,40	0,46
04-Indústria Mecânica	0,52	0,32	0,42	0,25	0,29	0,21	0,02	0,08	0,06	0,05	0,05
05-Elétrico e Comunic.	0,39	1,66	1,63	1,01	0,21	0,42	0,71	0,78	0,34	0,70	0,51
06-Material de Transpor.	0,06	0,13	0,15	0,07	0,05	0,01	0,04	0,03	0,02	0,02	0,04
07-Madeira e Mobiliário	0,19	0,29	0,20	0,21	0,26	0,22	0,24	0,21	0,22	0,27	0,25
08-Papel e Gráf.	0,48	0,55	0,68	0,65	0,77	0,79	0,69	0,74	0,76	0,67	0,66
09-Borracha, Fumo, Couros	0,22	0,12	0,08	0,28	0,22	0,17	0,26	0,22	0,16	0,21	0,27
10-Indústria Química	0,16	0,14	0,19	0,19	0,14	0,15	0,15	0,11	0,11	0,11	0,12
11-Indústria Têxtil	0,10	0,10	0,11	0,18	0,19	0,21	0,20	0,21	0,20	0,20	0,19
12-Indústria Calçados	0,00	0,00	0,00	0,05	0,02	0,00	0,00	0,00	0,03	0,02	0,02
13-Alimentos e Bebidas	0,14	0,10	0,10	0,09	0,14	0,10	0,07	0,07	0,06	0,05	0,07
14-Serviço Util. Pública	3,61	4,53	4,60	4,53	4,54	4,70	4,63	4,22	3,95	3,72	3,68
15-Construção Civil	1,06	1,09	1,03	1,33	1,44	1,09	1,14	1,08	0,86	0,99	0,91
16-Comércio Varejista	1,29	1,35	1,33	1,31	1,26	1,29	1,27	1,29	1,27	1,25	1,21
17-Comércio Atacadista	0,75	0,50	0,68	0,63	0,55	0,60	0,59	0,53	0,57	0,55	0,55
18-Instituição Financeira	0,91	0,89	0,83	0,83	0,82	0,83	0,82	0,88	0,87	0,82	0,76
19-Adm Téc. Profissional	1,18	1,04	1,00	0,99	0,97	1,00	1,08	1,26	1,25	1,23	1,40
20-Transporte e Comuni.	1,39	1,51	1,56	1,56	1,52	1,64	1,67	1,61	1,60	1,47	1,42
21-Aloj Comunicação	1,52	1,84	1,97	1,91	1,91	2,03	2,05	2,03	2,10	2,09	2,08
22-Médicos Odontológicos Vet.	1,80	1,76	1,87	1,63	1,58	1,66	1,60	1,47	1,61	1,59	1,54
23-Ensino	1,09	1,26	1,27	1,49	1,61	1,62	1,66	1,72	1,76	1,81	1,79
24-Administração Pública	1,00	0,93	0,85	0,97	1,10	1,11	1,15	1,11	1,10	1,12	0,88
25-Agricultura	0,13	0,15	0,12	0,11	0,12	0,11	0,10	0,10	0,09	0,09	0,08

Fonte: Resultado da pesquisa.

Além de gerar emprego e renda por meio da geração de energia elétrica, a referida Usina contribui com o turismo local, sendo um dos principais pontos turísticos do município. Segundo a Fundação Parque Tecnológico Itaipu (FPTI), o Complexo Turístico Itaipu - CTI oferece oito atrativos. Em 2014, foi visitada por 495.575 turistas, dos quais 65.988 eram estrangeiros (FPTI, 2015). Ainda de acordo com a FPTI, parte dos recursos arrecadados pelo CTI são aplicados em projetos de pesquisa e ações voltadas ao desenvolvimento territorial da região de influência da Usina.

Já o subsetor de alojamento e comunicação (21) ocupa a segunda posição e está fortemente ligado aos atrativos turísticos que Foz do Iguaçu oferece, incluindo as Cataratas do Iguaçu. Segundo a SMTU-FI (2014), em 2012, o município respondeu por 17,3% das cidades mais visitadas do Brasil no segmento de lazer, ficando em terceiro lugar atrás do Rio de



Janeiro (26,6%) e Florianópolis (18,1%). Neste mesmo ano, Foz do Iguaçu recebeu 2.051.481 de turistas, com gasto médio *per capita* de US\$ 100,00, com exceção da hospedagem (SMTU-FI, 2014).

O subsetor de Ensino (23) vem em terceiro lugar, e Médicos odontológicos e veterinários na quarta posição (22). Esses dois setores estão ligados ao fato de que a cidade é a maior da sua microrregião e a segunda maior da mesorregião Oeste, atraindo assim, a demanda de outros municípios para estes serviços. A respeito do subsetor de Ensino, Foz do Iguaçu detém um campus da Universidade Estadual do Oeste do Paraná e várias faculdades particulares. Em 2010, entrou em operação a Universidade Federal da Integração Latino-Americana (UNILA), que tem se expandido desde então, aumentando a oferta de ensino superior na cidade.

As atividades de Transportes e comunicação (20) e Comércio varejista (16) são correlacionadas as peculiaridades de Foz do Iguaçu enquanto roteiro turístico, pois a demanda externa de visitantes a cidade tende a aumentar o consumo desses bens. Já o subsetor de Administração técnica profissional (19) mostra uma elevação de sua especialização entre 2002 a 2012.

No período de análise, o INC calculado para Foz do Iguaçu apresentou valores superiores à média da mesorregião Oeste do Paraná. Os valores oscilam, entre os anos analisado, mantendo-se sempre próximos ao valor médio (126%). Isto pode ser observado na tabela 4.

Tabela 4 - Indicador de Nível de Crescimento (INC) para Foz do Iguaçu de 2002 a 2012

Anos	INC
2002	139,74
2003	116,83
2004	121,29
2005	127,53
2006	131,33
2007	124,52
2008	116,04
2009	116,71
2010	129,62
2011	131,29
2012	127,58

Fonte: Resultado da pesquisa.

Demonstrado os valores para o INC, calculou-se também o IRC para Foz do Iguaçu em relação à mesorregião Oeste, conforme a classificação exibida por Piacenti (2009). Esse indicador apresentou o valor de 85,07, apontando que o município enquadra-se como estagnado na década analisada, segundo as classificações do IRC. Quando classificado segundo a Figura 2 percebe-se que o município é enquadrado no quadrante AB, município desenvolvido em declínio, pois possui bons níveis de renda (INC) para os anos analisados, mas pouco sustentável no longo prazo (IRC).

Com o intuito de identificar a evolução dos desvios médios de rendimentos da mesorregião Oeste, e das três microrregiões que a compõe, calculou-se o Coeficiente de Williamson. Esse índice apresenta valores de 0 a 1, sendo que quando igual a 1 os desvios do



rendimento médio *per capita* são máximos e quando igual a 0 não há diferença de renda média *per capita* entre os municípios analisados. De 2002 a 2012, o diferencial de renda *per capita* entre os municípios da mesorregião oeste diminuiu significante, uma vez que o índice passa de 0,378 para 0,251. Isto pode ser observado na Tabela 5.

Tabela 5 – Diferencial de renda *per capita* médio para a Mesorregião Oeste e as Microrregiões que a compõe de 2002 a 2012

Coeficiente de Williamson				
Anos	Vw Mesorregião Oeste do Paraná	Vw Microrregião de Foz do Iguaçu	Vw Microrregião de Toledo	Vw Microrregião de Cascavel
2002	0,378	0,264	0,258	0,527
2003	0,279	0,166	0,223	0,392
2004	0,308	0,207	0,217	0,446
2005	0,304	0,218	0,204	0,422
2006	0,277	0,238	0,229	0,273
2007	0,289	0,195	0,242	0,386
2008	0,233	0,175	0,256	0,245
2009	0,253	0,174	0,303	0,269
2010	0,266	0,222	0,263	0,264
2011	0,259	0,225	0,236	0,262
2012	0,251	0,205	0,251	0,257

Fonte: Resultado da pesquisa.

É possível verificar que das microrregiões que compõe a mesorregião Oeste a microrregião de Foz do Iguaçu apresentou os menores desvios do PIB *per capita* para todo o período. Já a microrregião de Toledo também exibe redução, porém em menor ritmo. Por último, a microrregião de Cascavel mostra uma redução de maior de 50% os desvios médios, contudo, ainda é microrregião que possui o maior coeficiente das mesorregiões analisadas.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo do artigo foi analisar as principais atividades econômicas e o crescimento da renda *per capita* do município de Foz do Iguaçu. Para tanto, calculou-se os indicadores de nível e ritmo de crescimento para os anos de 2002 à 2012, com o intuito de identificar o comportamento da renda do município em relação a mesorregião na qual está inserido.

No período analisado, é possível observar que a renda *per capita* média de Foz do Iguaçu posicionou-se acima da média da mesorregião Oeste. Todavia, o Indicador de Ritmo de Crescimento apontou que o município está estagnado, comprometendo seu crescimento de longo prazo. Destarte, classificou-se como município desenvolvido em declínio, comparado com a mesorregião.

Foi calculado também o Coeficiente de Williamson para medir as disparidades de renda no território. O cálculo foi realizado para as três microrregiões e para a mesorregião como um todo. Apontando que os rendimentos médios *per capita* para a microrregião de Foz do Iguaçu foram os menores observados para todo o período. Já microrregião de Cascavel teve a maior redução desse coeficiente, mas ainda assim, se manteve como a microrregião que



possui maior diferencial de renda. Das três microrregiões analisadas, Toledo foi a única que não apresentou queda nesse coeficiente. As outras regiões apresentaram reduções significativas no índice.

Observando o resultado do Coeficiente de Williamson, apesar das regiões terem reduzidos esses índices, o rendimento *per capita* ainda é desigual, tanto nas microrregiões como na mesorregião Oeste, sinalizando que o desenvolvimento da mesorregião ocorre de forma desigual. Tal situação é apresentada por Hirschman, ao afirmar que o crescimento econômico tende a ser desigual do ponto de vista geográfico, isto é, algumas regiões crescem mais do que outras.

O QL demonstrou as principais atividades em que há especialização no município de Foz do Iguaçu são dependentes de uma demanda externa. Sendo assim, a dinâmica desses setores é aquecida por agentes externos que demandam serviços e produtos. A principal atividade apontada pelo QL para Foz do Iguaçu, os serviços de utilidade pública, engloba a produção e distribuição de energia elétrica, sendo assim, esse produto é exportado para outras regiões do Brasil.

A segunda atividade mais especializada está intrinsecamente ligada aos atrativos turísticos o qual também é uma atividade alavancada pela demanda externa. Como também as atividades de comércio varejista e transportes e comunicações tem fortes ligações com o aumento de consumidores que advém do turismo.

As outras atividades como Ensino, Médicos odontológicos e veterinários e Administração técnico profissional estão correlacionadas a maior demanda por esses serviços devido à cidade ser a maior da região, ocorrendo a concentração desses serviços. Também é importante ressaltar que as cidades vizinhas do Paraguai (*Ciudad del Este*) e Argentina (*Puerto Iguassu*) também demandam esses serviços de Foz do Iguaçu. Conforme apontado por Haddad (2004), essas atividades tendem a acumular o capital humano no local mais atrativo.

Mais uma vez a dinâmica dessas atividades é fomentada pela população externa a Foz do Iguaçu. Apesar da dinâmica das principais atividades econômicas do município ser induzida pelo setor externo, seu arranjo institucional e organizacional é formulado para que esses bens e serviços sejam fomentados endogenamente, principalmente aos setores ligados as atividades turísticas.

Portanto, os setores que dinamizam a economia de Foz do Iguaçu são, em sua maioria, induzidos pela demanda externa possuindo grande apoio das empresas e entidades representativas que compõe o Conselho Municipal de Turismo de Foz do Iguaçu criado pela Câmara Municipal e Prefeitura do município. A renda proveniente dessas atividades eleva a renda média do município superando a média da mesorregião Oeste. Porém, os rendimentos de Foz do Iguaçu estão entrando em um estágio de estagnação. Considerado o Coeficiente de Williamson como medida do diferencial de renda entre as microrregiões analisadas, percebe-se que a renda *per capita* média da microrregião de Foz do Iguaçu é mais igualitária do que na mesorregião Oeste, sendo isso um fator que aumenta a capacidade de crescimento dos municípios que compõe a microrregião, sendo também fator necessário ao desenvolvimento econômico.

REFERÊNCIAS

ALVES, L. R. Indicadores de localização, especialização e estruturação regional. In:



PIACENTI, C.A.; FERRERA DE LIMA, J. (Org.) **Análise Regional** – metodologia e indicadores: Curitiba: Camões, 2012.

AMARAL FILHO, J. Desenvolvimento regional endógeno em um ambiente federalista. **Planejamento e políticas públicas**, nº 14. Dezembro de 1996. Disponível em: <<https://desafios2.ipea.gov.br/ppp/index.php/PPP/article/viewFile/129/131>>. Acesso em: 21/01/2015.

BOISIER, S. **El difícil arte de hacer región**. Cusco: Centro de Estudios Regionales Andinos, 1992.

CAVALHEIRO, E. M.; STAMM, C.; FERRERA DE LIMA, J. Análise da Movimentação Turística do Município de Foz do Iguaçu PR (1983-2000). **Informe Gepec**, Toledo PR, v. 07, n.02, p. 01-20, 2004.

CORRÊA, R. A. ; GODOY, A. M. G.. Políticas públicas e turismo sustentável. **Revista Paranaense de Desenvolvimento**, v. s/n, p. 149-172, 2008.

CUNHA, S. K.; CUNHA, J. C. Competitividade e sustentabilidade de um cluster de turismo: uma proposta de modelo sistêmico de medida do impacto do turismo no desenvolvimento local. In: **Revista de Administração Contemporânea**, Curitiba, v. 9, n. spe2, p. 101-123, 2005.

FERRERA DE LIMA, J.; KLEIN, C. F.; PIFFER, M., RIPPEL, R.; OLIVEIRA, T. C. Notas sobre o ritmo de crescimento econômico das regiões paranaenses. **Revista Economia & Tecnologia (RET)**. Volume 10, Número 2, p. 25-32, Abr/Jun 2014.

FUNDAÇÃO PARQUE TECNOLÓGICO ITAIPU – FPTI. Mais de 495 mil pessoas visitaram a Itaipu em 2014. Disponível em:

< <http://www.pti.org.br/imprensa/noticias/mais-495-mil-pessoas-visitaram-itaipu-em-2014-0>>. Acesso em: 02 de janeiro de 2015.

HADDAD, J. H. (Org.). **Economia regional: teoria e métodos de análise**. Fortaleza: BNB/ETIENE, 1989.

HADDAD, P. R. **Texto de referência da palestra sobre cultura local e associativismo**. Seminário do BNDES sobre Arranjos Produtivos Locais. Belo Horizonte, Minas Gerais, 27/10/2004. Disponível em:

<http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/export/sites/default/bndes_pt/Galerias/Arquivos/conhecimento/seminario/apl_texto2.pdf>. Acesso em: 20 de dezembro de 2014.

HIRSCHMAN, A. Transmissão Inter-Regional e Internacional do Crescimento Econômico. In: SCHWARTZMAN, Jacques (Org.). **Economia Regional: textos escolhidos**. Belo Horizonte, Cedeplar: Editora UFMG, p. 35-52, 1977.

ILHA, A. S.; ALVES, F. D.; CORONEL, D. A. Assimetrias regionais no MERCOSUL: uma análise dos coeficientes de renda e a perspectiva de uma maior integração econômica. **Revista**



Economia e Desenvolvimento, nº 16, 2004.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. **Censo Demográfico – 2010**. Rio de Janeiro: 2011.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA - IPEA. **Ocupação do setor do turismo no Brasil**: análise da ocupação nas principais ACTs nos Estados, regiões e Brasil. Margarida Hatem Pinto Coelho (Orgs). Brasília, DF: Ipea, 2011.

_____. Usina Hidrelétrica de Itaipu: Vinte e sete anos após sua fundação, a hidrelétrica binacional é alvo de disputa entre Brasil e Paraguai. In: IPEA. **Desafios do desenvolvimento**. Ano 7, nº 60, março/abril de 2010. Disponível em: <http://desafios.ipea.gov.br/images/stories/PDFs/desafios060_completa.pdf>. Acesso em: 10/12/2014.

INSTITUTO PARANAENSE DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL – IPARDES. Disponível em: <<http://www.ipardes.pr.gov.br/imp/index.php>>. Acesso em: 24 de dezembro de 2014.

_____. **Cadeia produtiva do turismo no Paraná**: estudo sobre as regiões turísticas do estado. Curitiba: IPARDES, 2008.

MINISTÉRIO DO TURISMO, BRASIL - MTUR; FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS - FGV. **Índice de competitividade do turismo nacional**: 65 Destinos indutores do Desenvolvimento turístico nacional – Relatório 2011. BARBOSA, L. G. M. (Organizador). Brasília, DF: SEBRAE, 2012.

MUSTATEA, N. M. Growth poles – an alternative to reducing regional disparities. Case Study – growth pole Iasi. **Romanian Review of Regional Studies**. Vol. IX, nº 01, p. 51-60, 2013.

OLIVEIRA, G. B.; LIMA, J. E. S. Elementos endógenos do desenvolvimento regional: considerações sobre o papel da sociedade local no processo de desenvolvimento sustentável. **Rev. FAE**, Curitiba, v.6, n.2, p.29-37, maio/dez. 2003.

PIACENTI, C. A. Indicadores de desenvolvimento endógeno. In: PIACENTI, C.A.; FERRERA DE LIMA, J. (Org.) **Análise Regional** – metodologia e indicadores: Curitiba: Camões, 2012.

_____. **O potencial de desenvolvimento endógeno dos municípios paranaenses**. 2009. 201p. Tese (Doutorado) - Programa de Pós-Graduação em Economia Aplicada, Universidade Federal de Viçosa (UFV), 2009.

PIFFER, M.; AREND, S. C. A agropecuária e as indústrias tradicionais no desenvolvimento regional paranaense no período de 1970 a 2000. **Informe Gepec**, v. 13, n. 1, p. 107-121, 2009.



RELAÇÃO ANUAL DE INFORMAÇÕES SOCIAIS - RAIS. MINISTÉRIO DO TRABALHO E DO EMPREGO - MTE. Disponível em: <<http://portal.mte.gov.br/rais/estatisticas.htm>>. Acesso em: 21 de dezembro de 2014.

ROSEIRA, A. M. **Foz do Iguaçu: cidade rede sul-americana**. 2006. 170 p. Dissertação (Mestrado em Geografia – Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana) Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006.

SECRETARIA MUNICIPAL DO TURISMO DE FOZ DO IGUAÇU (SMTU-FI). **Inventário Técnico das Estatísticas Turísticas de 2014**. Disponível em: <<http://www.pmf.pr.gov.br/ArquivosDB?idMidia=73276>>. Acesso em: 05 de dezembro de 2014.

_____. Departamento de Desenvolvimento de Turismo. Divisão de Planejamento e Estudos Turísticos. Inventário da Oferta Turística de Foz do Iguaçu. Foz do Iguaçu: SMTU, 2013.

SILVA, K.T.P.; RAMIRO, R.; TEIXEIRA, B.S. **Fomento ao turismo de base comunitária: a experiência do ministério do turismo**. Turismo de Base Comunitária: diversidade de olhares e experiências brasileiras. Letra & Imagem, Rio de Janeiro, 2009.

TAKASAGO, M., GUILHOTO, J. J. M., MOLLO, M. L. R., ANDRADE, J. P. O potencial criador de emprego e renda do turismo no Brasil. **Pesquisa e Planejamento Econômico**, v.40, no. 3, p. 431-460, 2010.

TREVISAN, E. S.; FERRERA DE LIMA, J. Crescimento e desigualdade regional no Paraná: um estudo das disparidades de PIB *per capita*. **Revista Ciências Sociais em Perspectiva**. Vol. 9, Nº 16, p. 06-19, 2010.

VALLE, P. A. M.; VALLE, A. C. M.; OLIVEIRA, F. R.; BARBOSA, M. F. S. O turismo goiano – uma análise da renda e emprego no setor hoteleiro. In: **Conjuntura Econômica Goiana**, n. 21 (Junho). Goiânia: Secretaria de Gestão e Planejamento do Estado de Goiás, 2012.

WILLIAMSON, J. Desigualdade regional e o processo de desenvolvimento nacional: descrição dos padrões. In: SCHWARTZMAN, Jacques (Org.). **Economia Regional: textos escolhidos**. Belo Horizonte, Cedeplar: Editora UFMG, p. 53-116, 1977.

*Recebido em 12/06/2016
Aprovado em 27/07/2016*



EVOLUÇÃO DA AQUISIÇÃO DOS ALIMENTOS DA AGRICULTURA FAMILIAR FORNECIDOS AOS ESCOLARES DA REDE PÚBLICA MUNICIPAL DE MEDIANEIRA – PR NO PERÍODO DE 2012 A 2015

EVOLUTION OF THE ACQUISITION OF FAMILY AGRICULTURE FOOD PROVIDED TO SCHOOLCHILDREN IN THE MUNICIPAL NETWORK MEDIANEIRA - PR IN THE PERIOD 2012-2015

Estela Holz*
Exzolvildres Queiroz Neto**

RESUMO

O artigo tem por objetivo apresentar um panorama da compra de alimentos provenientes da agricultura familiar no período de 2012 a 2015 junto ao Programa Nacional de Alimentação Escolar do Município de Medianeira / Paraná. Desde 2010 existe a obrigatoriedade da aquisição de alimentos da agricultura familiar, no montante de 30% dos recursos oriundos do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação para o Programa Nacional de Alimentação Escolar. O município de Medianeira, no período estudado, apresentou aumento na aquisição de alimentos e tem se empenhado no desenvolvimento local da agricultura familiar de forma a garantir uma maior segurança alimentar e nutricional aos alunos atendidos na rede municipal de educação. Identificaram-se oportunidades e prováveis ameaças do programa que necessitam ser superadas para fomentar a agricultura familiar local e fortalecer a segurança alimentar do público escolar de Medianeira.

Palavras chave: alimentação escolar, agricultura familiar, segurança alimentar e nutricional.

ABSTRACT

The article aims to present an overview of buying food from family farms in the period 2012-2015 by the National School Feeding Programme of the Municipality of Medianeira / Paraná . Since 2010 there is a mandatory purchase of food from family farms , amounting to 30% of funds from the National Education Development Fund for the National School Feeding Programme . The municipality of Medianeira during the study period , increased the acquisition of food and has been engaged in local development of family farming in order to ensure greater food security and nutrition students attended at the municipal education. They identified opportunities and threats likely program that need to be overcome to enhance local family farms and strengthen the food security of the public school of Medianeira.

Key words: school feeding, family farming, food and nutrition security, health.

* Nutricionista Responsável Técnica pela Alimentação Escolar Municipal de Medianeira – PR. Especialista em Alimentos, Nutrição e Saúde no Espaço Escolar pela Universidade Federal da Integração Latino-Americana. E-mail: estelaholz@outlook.com

** Doutor em Engenharia Agrícola pela UNICAMP. Professor Adjunto e Pesquisador do Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas e Desenvolvimento – PPGPD/UNILA. E-mail: queiroz.neto@unila.edu.br



1. INTRODUÇÃO

Entre as políticas públicas direcionadas à alimentação e nutrição no Brasil, o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) é o mais antigo e um dos mais relevantes, principalmente por seu caráter universalizado e por seus objetivos^{24,25}. Assim, o PNAE consegue atender a todos os alunos matriculados na rede pública de ensino e tem por objetivo principal contribuir para o crescimento e o desenvolvimento biopsicossocial dos alunos por possibilitar desta forma melhor aprendizado e rendimento escolar. Isso influencia diretamente na formação de hábitos alimentares, podendo contribuir positivamente. Além de aproximar e valorizar outras políticas públicas, fortalecendo a agricultura familiar, sendo esta fornecedora de alimentos mais saudáveis a população escolar, cumprindo o seu papel no que diz respeito à promoção da saúde destes.

Desde 1950, o PNAE já passou por muitas modificações, inclusive na forma de gestão do programa, passando de um modelo centralizado para o descentralizado¹. As entidades executoras responsáveis pela operacionalização do programa, com incentivo de verbas federais, apoiadas pela obrigatoriedade recente de aquisição de alimentos da agricultura familiar², tendem a ir ao encontro dos preceitos da Segurança Alimentar e Nutricional e do Direito Humano a Alimentação Adequada⁶.

Com base nessas considerações, neste trabalho procurou-se como objetivo geral conhecer os alimentos que foram ofertados pela agricultura familiar aos escolares da rede pública municipal de ensino de Medianeira-PR, no período de 2012 a 2015. E como objetivos específicos: citar quais foram os alimentos oriundos da agricultura familiar no período de 2012 a 2015. Discutir a evolução das chamadas públicas ao longo do período citado para estudo. Verificar potencialidades e prováveis ameaças. Relevar o papel desses alimentos na contribuição da saúde das crianças. Contribuir na continuidade do resgate de consumo de alimentos saudáveis e permanência do agricultor no campo.

Para investigar desta temática, protocolou-se junto ao setor de Protocolo da Prefeitura Municipal de Medianeira solicitação de acesso aos documentos das chamadas públicas dos anos de 2010, 2011, 2012, 2013, 2014 e 2015. As pastas de 2010 e 2011, não foram localizadas em tempo hábil para execução deste estudo. Assim, os demais períodos fizeram parte do objeto desta pesquisa.

Tabulou-se os alimentos que foram adquiridos mediante os contratos devidamente assinados por ambas as partes, bem como os valores totais das aquisições.

Ainda, fez-se o cálculo do percentual que estes produtos representaram no valor repassado pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), verificando assim se o percentual exigido pela legislação (no mínimo 30%) foi ou não cumprido nos anos estudados.

2. MARCO TEÓRICO-CONCEITUAL

A alimentação é um tema que nos toca profundamente, pois todos precisamos que ela seja saudável, nutritiva, ecologicamente sustentável e segura. Uma sociedade que não tem essas questões bem discutidas e resolvidas tem ameaçado seu desenvolvimento^{30, 31}. Quando se trata de alimentação e nutrição em saúde coletiva, ressalta-se a necessidade de discussões amplificadas em todos os campos ligados a garantia do direito humano e à alimentação



saudável, prevenindo assim doenças, auxiliando na promoção, manutenção e recuperação da saúde com conseqüente melhoria da qualidade de vida de todos os brasileiros³³.

Maluf (2009), em suas análises sobre o tema Segurança Alimentar e Nutricional (SAN), esta objetiva ações e políticas públicas subordinadas a dois princípios representados pelo direito humano a alimentação adequada e saudável e a soberania alimentar. A vinculação a esses princípios e a intersetorialidade das ações diferenciam esse enfoque dos usos correntes da “segurança alimentar” por governos, organismos internacionais e representações empresariais vinculadas às grandes corporações e ao “agronegócio”. Esse mesmo autor ainda defende que a agricultura familiar, por suas características particulares, produção em pequena escala, gera proporcionalmente ocupação, renda e oferta de alimentos de qualidade e diversificados, sendo excelente estratégia de desenvolvimento com equidade social e SAN. Entretanto, para que a SAN tenha um maior sucesso, desafios terão que ser superados, entre eles as relações entre iniciativas locais, regionais e as esferas de governos em termos de reconhecimento e conflitos, bem como formas de cooperação e parceria, bem como a participação social³².

Anjos e Burlandy (2010), afirmam a SAN como um conceito em construção pois além de representar concepções relacionadas ao direito alimentar (quantidade, qualidade e continuidade), soberania alimentar, preservação da cultura alimentar, bem como a sustentabilidade do sistema alimentar. O enfoque de SAN tem ainda intensa relação na compreensão de forma integrada ao que diz respeito as múltiplas faces do sistema agroalimentar (produção, abastecimento, comercialização e consumo versus direito humano à alimentação adequada, soberania alimentar, intersetorialidade, equidade e participação social³⁹.

É necessário o encurtamento da cadeia de abastecimento, aproximando produtor e consumidor, sendo um dos veículos utilizados para isso o espaço escolar, podendo ser expandidas também para fora da escola; sendo essa expansão dependente da forma como a saúde é tratada dentro de cada município. Seriam assim estratégias importantes que fortalecem movimentos de consolidação de novas relações de produção e consumo, contestando a continuidade de tendências dominantes de modelos agroalimentares e de saúde coletiva⁴⁰. Fortalecendo ainda o conceito de que a alimentação escolar apoie a construção de cadeias curtas de abastecimento, há a necessidade de discussões sobre a necessidade de desburocratização nos processos licitatórios de chamadas públicas e exigências legais sanitárias para que o pequeno produtor possa se formalizar. Situações como essa podem atrasar o fortalecimento das políticas de SAN^{41,42}.

O conceito de Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) utilizado no Brasil, o qual é oriundo das conferências nacionais de segurança alimentar e fruto de grande mobilização de organizações da sociedade civil, está definido na Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional (LOSAN)⁶, sancionada em setembro de 2006, como "a realização do direito de todos ao acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais, tendo como base práticas alimentares promotoras da saúde, que respeitem a diversidade cultural e que sejam social, econômica e ambientalmente sustentáveis". Além disso, a LOSAN também reconhece e estabelece que "a alimentação adequada é um direito fundamental do ser humano, inerente à dignidade da pessoa humana e indispensável à realização dos direitos consagrados na Constituição Federal



de 1988, devendo o Poder Público adotar as políticas e ações que se façam necessárias para promover e garantir a Segurança Alimentar e Nutricional da população"^{24,25}.

Estratégias a nível federal tem sido idealizadas no sentido de fortalecer a segurança alimentar e nutricional dos milhões de brasileiros. Uma delas foi a criação em 2003, do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) através da Lei nº. 10.696. O PAA teve por objetivo garantir o acesso aos alimentos em quantidade e regularidade aos indivíduos em insegurança alimentar e nutricional, a inclusão social no campo e a redução do êxodo rural. O Programa também veio a contribuir para a formação de estoques estratégicos, possibilitando aos agricultores familiares o armazenamento de seus produtos para posterior comercialização a um preço melhor. Os responsáveis pela gestão do PAA são: o Ministério do Desenvolvimento Agrário e o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome juntamente com os governos estaduais, municipais, sociedade civil, organizações da agricultura familiar e rede de entidades socioassistenciais. Assim, inseriu-se a agricultura familiar dentro das políticas públicas objetivando a SAN, por meio da distribuição de renda e geração de empregos^{22,23}. Alguns estudiosos verificaram que o PAA assumiu importância por incentivar a diversificação produtiva, aumento da produção de alimentos para atender ao consumo familiar e as necessidades da rede socioassistencial local/regional, além de promover a valorização dos hábitos alimentares locais, o associativismo rural e a autoestima dos agricultores, propiciando novas alternativas de comercialização da produção, melhorando as condições de reprodução social desses agricultores no campo^{37,38}.

Para beneficiar os pequenos agricultores ainda foi sancionada a Lei federal nº. 11.326 de 2006 que define, como agricultura familiar e empreendedor familiar, “os indivíduos que praticam atividades no meio rural; não detenham mais que quatro módulos fiscais, ou seja, pequeno proprietário; utilizem mão de obra da própria família e tenha percentual mínimo da renda familiar originada de atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento, na forma definida pelo Poder Executivo”¹².

Segundo dados do Censo Agropecuário 2006 a agricultura familiar no Brasil foi responsável por parte da produção nacional, sendo 87% da produção de mandioca, 70% de feijão, 46% de milho, 38% do café, 34% de arroz, 58% do leite, 59% dos suínos, 50% das aves, 30% dos bovinos e 21% do trigo²⁸.

O Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) também tem sido uma das maiores e mais antigas (desde 1955) ferramentas de política pública no Brasil¹. Estudos concluíram que a alimentação escolar é fator determinante de apoio à agricultura familiar, baseado em três aspectos presentes na própria legislação do PNAE, como: exigência ao respeito à vocação agrícola e hábitos alimentares regionais; compras dentro dos limites geográficos regionais; e uso de produtos in natura, típicos dessa produção. Mas assim, essa mesma legislação necessita ser explorada para um maior fortalecimento e efetivação da normativa nos diferentes contextos brasileiros e assim contribuir tanto para o desenvolvimento local, como para o fornecimento aos escolares de refeições que atendam aos princípios de uma alimentação saudável e adequada^{35,36,11}.

Novamente, é o Estado na conjuntura atual adotando ações e políticas públicas visando promover e garantir a Segurança Alimentar e Nutricional da população infanto-juvenil, definidas na Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional (LOSAN). Esta lei preconiza que a segurança alimentar deve ter como base práticas alimentares promotoras de



saúde que respeitem a diversidade cultural e que sejam ambiental, cultural, econômica e socialmente sustentáveis⁶.

Dessa forma, discussões sobre Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) tem ganhado força no cenário nacional e a legislação que rege a alimentação escolar tem acompanhado toda essa demanda. Em 2000, o PNAE atendeu cerca de 37,1 milhões de alunos com um investimento na ordem de R\$ 901,7 milhões. Em 2014, foram atendidos aproximadamente 42 milhões de alunos utilizando cerca de R\$ 3,6 bilhões¹.

A Lei Federal nº 11.947, a Resolução nº 38 / Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), ambas de junho de 2009, apresentam as diretrizes de execução do programa^{2,3}. Recentemente a Resolução nº 26 / Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), de junho de 2013 teve como objetivo complementar a resolução anterior e a Resolução nº 4 de abril de 2015, alterou a Resolução 26 em pontos relevantes no que diz respeito a agricultura familiar^{4,5}.

Entre os princípios do PNAE estão o direito humano à alimentação adequada, objetivando permitir aos alunos a segurança alimentar e nutricional^{2,3}. Nas suas diretrizes são pontuadas a necessidade do emprego de alimentos saudáveis, variados, seguros, que respeitem tradições e hábitos alimentares saudáveis da população atendida. Ainda pontua o apoio ao desenvolvimento sustentável^{3,4}.

A Lei no. 11.947, ainda determina que no mínimo 30 % do valor repassado a estados, municípios e Distrito Federal pelo FNDE para a execução do PNAE deve ser utilizado na aquisição de gêneros alimentícios diretamente da agricultura familiar e do empreendedor familiar rural ou de suas organizações, dando preferência a assentamentos da reforma agrária, às comunidades tradicionais indígenas e comunidades quilombolas. O processo de aquisição poderá ser realizado por processo de Chamada Pública^{1,2,3,4,5,8}.

Dentro de todo este cenário está Medianeira, um município brasileiro de pequeno porte (criado em 25/07/1960), localizado no extremo oeste do Estado do Paraná, fazendo divisões com os seguintes municípios: Serranópolis do Iguaçu (ao Sul), Matelândia (ao Leste), Missal (ao Norte) e São Miguel do Iguaçu (ao Oeste). Sua área territorial compreende 328,732 km². A base da sua economia é a agro indústria. Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), em 2015, a população estimada era de 44.885 habitantes, sendo a maior parte residente na área urbana²¹. Segundo o site do Ministério do Desenvolvimento Agrário, o município de Medianeira possui cadastrados 796 DAP (Declaração de Aptidão ao Pronaf) ativas³⁴.

O município de Medianeira integra o núcleo de educação de Foz do Iguaçu, tendo em sua rede cadastrados: 12 escolas municipais, 1 escola do campo, 9 centros municipais de educação infantil e 3 escolas de ensino especializado²⁰. Segundo dados do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP)¹⁹, no censo escolar de 2014, 4761 alunos faziam parte da rede municipal de ensino de Medianeira, sendo esta clientela atendida pelo PNAE em pelo menos uma refeição, conforme a modalidade de ensino. Assim estima-se que foram servidas em torno de 1.200.000 refeições (6.000/dia) neste mesmo período sob responsabilidade do PNAE. Além da chamada pública anual para aquisição de alimentos oriundos da agricultura familiar, o município realiza pregão eletrônico com o objetivo de comprar os demais alimentos solicitados pela equipe (1 nutricionista e 1 coordenadora de alimentação escolar) que compõem a divisão de alimentação escolar que está integrada na secretaria municipal de educação²⁶.



3. ANÁLISE DOS RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os dados levantados se encontram na sequência deste estudo, onde foram demonstrados em tabelas os valores monetários investidos para aquisição de produtos alimentícios da agricultura familiar para a alimentação escolar municipal, no período de 2012 a 2015. Também estão demonstrados os percentuais que representaram em relação ao valor repassado pelo FNDE. As quantidades dos alimentos adquiridos também estão agrupadas em tabela.

No ano de 2013, duas cooperativas participaram do processo de chamada pública, COOPAFI (Cooperativa de Agricultura Familiar Integrada de Capanema), da cidade de Capanema, região Sudoeste do Paraná e COAFASO (Cooperativa de Agricultura Familiar e Solidária do Oeste do Paraná) de Medianeira. A COOPAFI comercializou exclusivamente biscoitos caseiros no valor de R\$ 22.790,00. Enquanto que a COAFASO foi beneficiada com R\$ 134.871,63 e juntas atingiram o valor de R\$ 157.661,63, representando 38,21% do valor repassado pelo FNDE ao município de Medianeira.

Em 2014 e 2015, apenas a COAFASO, participou dos processos da chamada pública para agricultura familiar, sendo os valores de R\$ 203.726,21 e R\$ 320.580,40, respectivamente. O percentual de cada valor representou 48,05 % em 2014 e 68% em 2015, haja vista que a prestação de contas final não tinha sido finalizada até a coleta de dados para esta pesquisa.

Na tabela 1 estão nominadas as cooperativas articuladoras dos agricultores familiares que fizeram parte das chamadas dos anos estudados. Em 2012, houve a participação de uma cooperativa de Medianeira, BIOLABORE (Cooperativa de Trabalho e Assistência Técnica do Paraná), que apresentou o projeto de venda de dezenove agricultores familiares, porém os contratos finais foram individuais. O valor foi de R\$ 96.832,84, e representou 29,20% do valor repassado pelo FNDE ao município.

Tabela 1 – Valores em reais comercializados nas chamadas públicas às cooperativas representantes da agricultura familiar nos anos de 2012, 2013, 2014 e 2015 para aquisição de alimentos à rede escolar municipal de Medianeira/Pr.

Cooperativas	2012	2013	2014	2015	TOTAL
BIOLABORE	96.832,84				96.832,84
COOPAFI		22.790,00			22.790,00
COAFASO		134.871,63	203.726,21	320.580,36	659.178,20
TOTAL	96.832,84	157.661,63	203.726,21	320.580,36	778.801,04

Fontes: Chamadas Públicas da Prefeitura Municipal de Medianeira / Pr e Sistema de Gestão de Contas – SigPC – Contas Online do PNDE¹⁹

Na sequência, a tabela 2 demonstrando os alimentos e as quantidades adquiridas no período estudado.

Na tabela 2 estão demonstrados os alimentos e suas devidas quantidades em quilogramas, que fizeram parte das chamadas públicas para a agricultura familiar.



Tabela 2 – Alimentos e quantidades em quilogramas adquiridos nas Chamadas Públicas para a agricultura familiar nos anos de 2012, 2013, 2014 e 2015 direcionadas à alimentação escolar municipal de Medianeira/Pr.

Alimento	2012	2013	2014	2015	TOTAL
Abacate			161	444	605
Abóbora cabotiá			257	522	779
Abóbora seca			708	1155	1863
Abobrinha			478	542	1020
Açúcar mascavo		1996	692	585	3273
Alface	3421	3296	3491	4007	14214
Amendoim	94	102	641	501	1338
Banana caturra	18584	18972			37556
Banana Prata		3819	13464	19417	36700
Batata doce		705	1068	1824	3597
Beterraba		776	830	480	2086
Biscoito caseiro	1689	2150	2400	2512	8751
Brócolis	906	1255	841	322	3324
Canjiquinha de milho				896	896
Caqui chocolate			531		531
Cenoura		776	830	812	2418
Couve flor	110	142	888	558	1698
Couve folha	190	128	1017	765	2101
Cuca Recheada		354		533	887
Doce em pasta			899	725	1624
Farinha de milho (fubá)	1761	2287	1792	1686	7526
Macarrão caseiro	3193	4756	5782	3740	17471
Mandioca congelada	5013	4880	5130	5828	20851
Melado			944	790	1734
Melancia	2210	1840	2075	4260	10385
Melão colonial			742	1708	2450
Milho verde espiga			331	616	947
Morango congelado			1393	1289	2682
Morango in natura			206	303	509
Pão caseiro	264	420		656	1340
Pepino				832	832
Polpa de fruta congelada		1676	1813	2209	5698
Repolho	3685	4183	5951	4320	18139
Tempero verde	170		1160	868	2198
Tomate rasteiro			1874	1136	3010
TOTAL	41290	54513	58389	66841	221033

Fonte: Chamadas públicas da Prefeitura Municipal de Medianeira / Pr.



No ano de 2012, quatorze tipos de alimentos compuseram a aquisição, sendo 11.920 Kg (28,87 %) de alimentos minimamente processados (mandioca congelada, macarrão, pão, biscoito, fubá). Os demais 29.370,2 Kg foram de alimentos in natura.

Em 2013 a lista de alimentos progrediu para vinte alimentos, onde 18.519 Kg, ou 33,97% de alimentos foram minimamente processados,

No período correspondente a 2014 houve novo aumento na lista de alimentos adquiridos, sendo que mais dez passaram a fazer parte. Os alimentos minimamente processados compunham a quantidade de 21.176,10 Kg ou 36,27%.

Em 2015 o montante total de alimentos que compuseram a chamada pública foi 66.840,70 Kg, sendo que os alimentos in natura (19 tipos) contribuíram com 43.944,30 Kg ou 65,74%.

Verificou-se que todas as etapas dos processos de Chamada Pública para agricultura familiar recomendadas pela legislação foram cumpridas em todos os períodos analisados¹³.

O Guia Alimentar para a População Brasileira¹⁰, destaca a importância do consumo de alimentos regionais, in natura e/ou minimamente processados para a garantia da segurança alimentar e nutricional. As chamadas públicas do estudo em questão, demonstraram que houve aumento na quantidade e variedade adquirida ano a ano, aumentando o acesso de nutrientes mais biodisponíveis aos seus comensais, facilitando também a execução de elaboração de cardápios e receitas. Estudos¹¹ apontaram como benefícios da compra da agricultura familiar o aumento da variedade de alimentos no cardápio das escolas, bem como a oferta de alimentos mais frescos e de melhor qualidade, promovendo a formação de hábitos alimentares mais saudáveis, valorizando a cultura regional e estimulando o comércio local de alimentos.

O percentual mínimo de 30% exigido pela legislação que rege o PNAE², só não foi atingido no primeiro período estudado (ano de 2012). Os demais apresentaram um acréscimo condizente com o que prevê o referido programa.

Entretanto, no presente estudo verificou-se que não houve compra de alimentos orgânicos e/ou agroecológicos em nenhum dos períodos analisados. Mesmo que produtos com essas origens tenham sido comercializados, os mesmos não foram remunerados conforme prevê a legislação, que garante acréscimo em até 30% em relação aos preços estabelecidos para produtos convencionais⁴. No Rio Grande do Sul, 153 municípios foram avaliados quanto a inserção de alimentos orgânicos da agricultura familiar na alimentação escolar, sendo que em apenas 21 deles (20,6%) possuíam esses alimentos. Embora 80,95% dos gestores municipais do grupo estudado apontarem preocupação com a saúde dos escolares, outros motivos foram citados: solicitação do nutricionista, interesse em estimular a economia local, incentivo ao Município e preço competitivo⁷.

Em levantamento realizado no estado de Santa Catarina em 293 municípios, identificou-se que 52 (17,7%) deles adquiriram alimentos orgânicos provenientes da agricultura familiar local no ano de 2010, onde as dificuldades relatadas tanto do nutricionista quanto dos agricultores familiares e cooperativas foram: falta de certificação dos produtos, problemas de produção e necessidade de apoio técnico⁹.

Para Medianeira, sugere-se levantamento dos pontos que dificultam a inserção desses alimentos na alimentação escolar, pois ao mesmo tempo há a ameaça à saúde dos escolares, por uma maior exposição a agrotóxicos e por outro lado uma potencialidade de mercado para ainda ser desenvolvido.



Apesar da quantidade e aumento na diversidade de hortaliças comercializadas junto às chamadas públicas analisadas, verifica-se necessidade de diversificação na aquisição de frutas, sendo apontada como provável potencialidade a ser desenvolvida no município e/ou região. Sabe-se²⁸ que o resgate do consumo de alimentos *in natura*, particularmente frutas e hortaliças possibilitam cardápios flexíveis, baseados em critérios de diversidade e não somente de quantidade. Assim há a garantia de acesso de alimentos mais nutritivos e de menor custo, assim como também ocorre a aproximação dos escolares dos ciclos naturais e agrícolas, a fim de promover a agricultura familiar local.

No estudo em questão também foi apontado que não houve aquisições de produtos de origem animal. Como uma provável ameaça²⁹ a situação apontada está a falta de uma legislação sanitária brasileira condizente com as agroindústrias familiares, comunitárias e artesanais. Os mercados institucionais como a alimentação escolar demandam a regularização das agroindústrias familiares como exemplo, cujas características não se enquadram em muitas exigências da legislação sanitária atual, elaborada de acordo com o sistema agroalimentar moderno, que ainda favorece grandes escalas de produção de alimentos e concentração de processamento.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os resultados apresentados neste artigo mostraram que houve um considerável aumento na aquisição de alimentos da agricultura familiar local por parte do poder público municipal no período estudado.

Pelo fato das crianças formarem seus hábitos alimentares experimentando os alimentos e olhando o que comem sua família, professores e amigos. A escola tem um importante papel na formação do paladar das crianças. Assim, pode-se dizer que esses alimentos puderam enriquecer os cardápios oferecidos aos alunos da rede municipal de ensino, facilitando o acesso dos mesmos aos alimentos mais frescos e de melhor qualidade, promovendo a formação de hábitos alimentares mais saudáveis, fortalecendo os laços com a cultura regional.

Para o produtor de alimentos, iniciativas como essas contribuem para que a agricultura familiar se organize e qualifique suas ações comerciais. Com o cumprimento da lei, houve melhoria da distribuição de renda e aumento da lucratividade, uma vez que o produtor passa a negociar suas vendas sem a intermediação de terceiros, evitando sua migração para cidade e fortalecendo o pequeno agricultor e a economia local.

A segurança alimentar e nutricional fica mais fortalecida tanto para quem produz como para quem consome, tendo em vista que a valorização da agricultura familiar em políticas públicas como o PNAE promove não só crescimento econômico como também justiça social, conservação ambiental e saúde pública.

REFERÊNCIAS

ANJOS, L.A.; BURLANDY L. **Construção do conhecimento e formulação de políticas públicas no Brasil na área de segurança alimentar**. Ciência & Saúde Coletiva vol.15 no.1



Rio de Janeiro Jan. 2010. [internet]. [acessado 2016 fev 06]. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S1413-81232010000100003>

BEVILAQUA, K.; TRICHES R.M. **Implicações da venda de gêneros alimentícios ao Programa de Alimentação Escolas nos aspectos de renda e organização dos agricultores familiares.** Segurança Alimentar e Nutricional 2014; 21(Supl. 2):448-460. [internet] [acessado 2016 fev 06]. Disponível em: <http://periodicos.bc.unicamp.br/ojs/index.php/san/article/view/8634474>

BRASIL. Ministério da Educação (MS). Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE). **Alimentação Escolar.** [acessado 2015 dez 20]. Disponível em: <http://www.fnde.gov.br>

BRASIL. **Lei nº 11.947 de 16 de junho de 2009.** Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar e do Programa Dinheiro Direto na Escola aos alunos da educação básica. Diário Oficial da União 2009; 17 jun.

BRASIL. **Resolução /CD/FNDE nº 38 de 16 de julho de 2009.** Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar aos alunos da educação básica no Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE).

BRASIL. Ministério da Saúde. **Guia alimentar para a população brasileira.** Brasília: Ministério da Saúde; 2ª. Edição; 2014.

BRASIL. **Resolução /CD/FNDE nº 26 de 17 de junho de 2013.** Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar aos alunos da educação básica no âmbito do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE).

BRASIL. **Resolução /CD /FNDE no. 4 de 2 de abril de 2015.** Altera a redação dos artigos 25 a 32 da Resolução/CD/FNDE no. 26 de 17 de junho de 2013 no âmbito do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE).

BRASIL. **Lei no. 11.346, de 15 de setembro de 2006.** Cria o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional. Diário Oficial da União 2006; 18 set.

BRASIL. Casa Civil. **Lei no. 11.326 de 24 de julho de 2006.** Estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais. Diário Oficial da União 2006; 24 jul.

BRASIL. Ministério da Educação (MS). Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE). Alimentação Escolar. Agricultura Familiar. **Manual de Aquisição de Produtos da Agricultura Familiar para Alimentação Escolar.** [internet] [acessado 2015 dez 20]. Disponível em: <http://www.fnde.gov.br>

BRASIL. Ministério da Educação (ME). Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE). Alimentação Escolar. **Consultas. Dados da Agricultura Familiar.** [internet] [acessado 2015 dez 23]. Disponível em: <http://www.fnde.gov.br/programas/alimentacao-escolar/alimentacao-escolar-consultas/dados-da-agricultura-familiar>



BRASIL. Ministério da Educação (ME). Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE). Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Resultados Finais do Censo Escolar 2014**. Paraná. Medianeira. [internet] [Acessado 2015 dez 23]. Disponível em: <http://portal.inep.gov.br/basica-censo-escolar-matricula>.

CUNHA, A. et al. **O Futuro da Alimentação: Ambiente, Saúde e Economia**. Fundação Calouste Gulbenkian: 2013, 248 p.

FROTA, M. **Segurança Alimentar – Imperativo de Cidadania**, Revista Jurídica da ESMP, nº 4, p. 157-200.

HESPANHOL R.A.M. **Programa de Aquisição de Alimentos: limites e potencialidades de políticas de segurança alimentar para a agricultura familiar** Soc. nat. vol.25 no.3 Uberlândia set./dez. 2013. [internet]. [acessado 2016 jan 17]. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S1982-45132013000300003>

PARANÁ. Secretaria Estadual de Educação. **Consulta Escolas**. Núcleo Regional de Educação. Foz do Iguaçu. Medianeira. [internet] [Acessado em 2015 dez 23]. Disponível em: <http://www.consultaescolas.pr.gov.br/consultaescolas/f/fcls/municipio/visao>

BRASIL. **Lei nº 10.696 de 02 de julho de 2003**. Dispõe sobre repactuação e o alongamento de dívidas oriundas de operações de crédito rural, e dá outras providências. Diário Oficial da União 2003; 02 jul.[internet] [acessado em 2015 dez 24]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/L10.696.htm

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário. **Programa de Aquisição de Alimentos**. 2015. [internet] [acessado em 2015 dez 24]. Disponível em: <http://www.mda.gov.br/sitemda/secretaria/saf-paa/sobre-o-programa>.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário. **Emissão de Extrato de DAP Pessoa Física**. [internet] [acessado 2016 jan 17]. Disponível em: <http://smap14.mda.gov.br/extratopf/PesquisaMunicipio.aspx>

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. [internet] [acessado em 2015 dez 24]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/ConstituicaoCompilado.htm

BRASIL. Casa Civil. **Emenda Constitucional no. 64 de 4 de fevereiro de 2010**. Altera o art. 6º. da Constituição Federal, para introduzir a alimentação como direito social. [internet] [acessado em 2015 dez 24]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Emendas/Emc/emc64.htm

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Cidades. Informações Completas**. Brasília: IBGE; 2015. [internet] [Acessado em 2015 dez 23]. Disponível em: <http://www.cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?lang=&codmun=411580&search=||infogr%E1ficos:-informa%E7%F5es-completas>

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Censo Agropecuário 2006: agricultura familiar, primeiros resultados**. Brasil, Grandes Regiões e Unidades da Federação. Rio de Janeiro: IBGE; 2006. [internet] [acessado em 2015 dez 24].



Disponível em http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/agropecuaria/censoagro/brasil_2006/Brasil_censoagro2006.pdf.

MALUF, R.S. **Segurança alimentar e nutricional**. Petrópolis: Vozes, 2009.

MOTAD.M.; SCMITZ H.; JÚNIOR J.F.S.; PORRO N.M.P.; OLIVEIRA T.C.V. **As catadoras de mangaba no Programa de Aquisição de Alimentos – PAA: um estudo de caso em Sergipe** Rev. Econ. Sociol. Rural vol.52 no.3 Brasília jul./set. 2014. [internet]. [acessado 2016 jan 17]. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S0103-20032014000300003>

PARANÁ. Município de Medianeira. **Site do município de Medianeira**. 2015. [internet] [acessado em 2015 dez 24]. Disponível em: <http://medianeira.pr.gov.br/?compras&modalidade=0>

PARANÁ. Município de Medianeira. Secretaria Municipal de Educação. **Chamada Pública – Dispensa nº 01/2012. Processo nº 20/2012**. Contratos de Aquisições de Gêneros Alimentícios da Agricultura Escolar para a Alimentação Escolar, Contratos nº 55 a 74/2012.

PARANÁ. Município de Medianeira. Secretaria Municipal de Educação. **Chamada Pública – Dispensa nº 24/2013. Processo nº 54/2013**. Contratos de Aquisições de Gêneros Alimentícios da Agricultura Escolar para a Alimentação Escolar, Contratos nº 111/2013 e 112/2013.

PARANÁ. Município de Medianeira. Secretaria Municipal de Educação. **Chamada Pública – Dispensa nº 01/2014. Processo nº 15/2014**. Contrato de Aquisição de Gêneros Alimentícios da Agricultura Escolar para a Alimentação Escolar, Contrato nº 13/2014.

PARANÁ. Município de Medianeira. Secretaria Municipal de Educação. **Chamada Pública – Dispensa nº 03/2015. Processo nº 25/2015**. Contrato de Aquisição de Gêneros Alimentícios da Agricultura Escolar para a Alimentação Escolar, Contrato nº 48/2015.

PARANÁ. Município de Medianeira. Secretaria Municipal de Educação. **Chamada Pública – Dispensa nº 01/2012. Processo nº 20/2012**. Contratos de Aquisições de Gêneros Alimentícios da Agricultura Escolar para a Alimentação Escolar, Contratos nº 55 a 74/2012.

PARANÁ. Município de Medianeira. Secretaria Municipal de Educação. **Chamada Pública – Dispensa nº 24/2013. Processo nº 54/2013**. Contratos de Aquisições de Gêneros Alimentícios da Agricultura Escolar para a Alimentação Escolar, Contratos nº 111/2013 e 112/2013.

PARANÁ. Município de Medianeira. Secretaria Municipal de Educação. **Chamada Pública – Dispensa nº 01/2014. Processo nº 15/2014**. Contrato de Aquisição de Gêneros Alimentícios da Agricultura Escolar para a Alimentação Escolar, Contrato nº 13/2014.

PARANÁ. Município de Medianeira. Secretaria Municipal de Educação. **Chamada Pública – Dispensa nº 03/2015. Processo nº 25/2015**. Contrato de Aquisição de Gêneros Alimentícios da Agricultura Escolar para a Alimentação Escolar, Contrato nº 48/2015.



PEIXINHO A.M.L. **A trajetória do Programa Nacional de Alimentação Escolar no período de 2003-2010: relato do gestor nacional.** *Ciência e Saúde Coletiva*, vol 18, n°. 4, Rio de Janeiro, Abril 2013. [internet]. [acessado 2015 out 14]. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S1413-81232013000400002>

RAMOS M.O. **“As crianças estão se sentindo importantes”:** avanços na alimentação escolar a partir da Lei 11.947/2009 e da compra da agricultura familiar. *Rev. Trajetória*

Multicursos. 2011. [internet] [acessado em 2015 dez 24]; (Esp.): 4:29. Disponível em: <http://www.facos.edu.br/old/galeria/129072011032717.pdf>

SANTOS F. dos; FERNANDES P.F.; ROCHETT F.C.; OLIVEIRA A.B.A. de **Avaliação da inserção de alimentos orgânicos provenientes da agricultura familiar na alimentação escolar, em municípios dos territórios rurais do Rio Grande do Sul, Brasil.** *Ciência e Saúde Coletiva*, vol. 19, n° 5, Rio de Janeiro, Maio 2014. [internet]. [acessado 2015 out 14]. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/1413-81232014195.14982013>

SARAIVA E.B.; SILVA A.P.F.; SOUSA A.A.; CERQUEIRA G.F.; CHAGAS C.M.S

SILVA A.P.F. da; SOUSA A.A. de. **Alimentos orgânicos da agricultura familiar no Programa Nacional de alimentação Escolar do Estado de Santa Catarina, Brasil.** *Rev. Nutr.*, vol 26, no. 6: 701-714, nov./dez. 2013. [internet]. [acessado 2015 out 20]. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S1415-52732013000600009>.

SOUSA A.A. de; SILVA A.P.F. da; AZEVEDO E. de; RAMOS M.A. **Cardápios e sustentabilidade: ensaio sobre as diretrizes do Programa Nacional de Alimentação Escolar.** *Rev. Nutr.*, Campinas, 26(2): 217-229, mar./abr. 2015. [internet]. [acessado 2015 out 20]. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S1415-52732015000200010>

TORAL N. **Panorama da compra de alimentos da agricultura familiar para o Programa Nacional de Alimentação Escolar.** *Ciência e Saúde Coletiva*, vol. 18, n° 4, Rio de Janeiro, Abr 2013. [internet]. [acessado 2015 out 14]. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S1413-81232013000400004>

TRICHES R.M.; SCHNEIDER S. **Alimentação escolar a agricultura familiar: reconectando o consumo à produção.** *Saúde Soc.* Vol. 19, n°. 4, São Paulo, Out/Dez. 2010. [internet]. [acessado 2015 dez 01]. Disponível em <http://dx.doi.org/10.1590/S0104-12902010000400019>. VASCONCELOS F.A.G.; FILHO M.B. **História do campo da Alimentação e Nutrição em Saúde Coletiva no Brasil,** *Ciência e Saúde Coletiva*, 16(1): 81-90, Rio de Janeiro, Jan. 2011 [internet]. [acessado 2016 jan 17]. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S1413-81232011000100012>

TURPIN M.E. **A alimentação escolar como fator de desenvolvimento local por meio do apoio aos agricultores familiares.** *Segurança Alimentar e Nutricional* 2009; 16(Supl. 2):20-42. [internet] [acessado 2016 jan 17]. Disponível em: <http://periodicos.bc.unicamp.br/ojs/index.php/san/article/view/8634783>

TRICHES, RM; GERHARDT, T.E.; SCHNEIDER, S. **Políticas alimentares: interações entre saúde, consumo e produção de alimentos** *Interações (Campo Grande)* vol.15 no.1



Campo Grande Jan./June 2014. [internet]. [acessado 2015 out 14]. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S1518-70122014000100011>

TRICHES, R.M.; SCHNEIDER S, **Desestruturar para construir: interfaces para a agricultura familiar acessar o programa de alimentação escolar**. Estud. Soc. e Agric., Rio de Janeiro, vol. 20, n. 1, 2012: 66-105. [internet] [acessado 2016 fev 06]. Disponível em: <http://r1.ufrj.br/esa/V2/ojs/index.php/esa/article/view/349/345>

*Recebido em 21/06/2016
Aprovado em 27/07/2016*



DEMOCRACIA E RELAÇÕES EXTERIORES: Uma Verificação Empírica do Controle Democrático Exercido pelo Legislativo

DEMOCRACY AND FOREIGN AFFAIRS: An Empirical Verification of the Democratic Control Exercised by the Legislative

José Alberto Antunes de Miranda*
Thaís de Castro Bandeira**

RESUMO

As mudanças ocorridas após a redemocratização do Brasil, bem como a elaboração de uma nova constituição no ano de 1988, junto a eventos no cenário internacional da época trouxeram o tema das relações internacionais para o cotidiano dos cidadãos. O presente artigo pretende verificar de forma crítica como está sendo respeitado o controle democrático das ações de relações exteriores, no âmbito do legislativo, em especial na Comissão de Relações Exteriores do Senado Federal. A metodologia utilizada para a pesquisa realizada envolveu o estudo documental, trabalhando-se com a Constituição do Estado, para posteriormente buscar documentos de órgãos oficiais, como atas de reuniões e relatórios anuais de atividades da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado Federal. O processo decisório de política externa está historicamente concentrado no Poder Executivo, conforme estudos já realizados, não tendo ocorrido até hoje uma abertura mais ousada das discussões de política externa à sociedade civil. Com a demanda pela democratização de todas as áreas que envolvem as políticas públicas, critica-se a inexistência de maior participação popular, direta ou indiretamente, nas decisões de política externa. Conclui-se que o Poder Legislativo, no sistema presidencialista, representa um meio efetivo ante o exercício da democracia a política externa, já que cabe ao Legislativo acompanhar as ações do Executivo.

Palavras-chave: Política externa; Poder Legislativo; Democracia; Relações exteriores.

ABSTRACT

The changes that have occurred after Brazil's redemocratization, as well as the drawing up of a new constitution in 1988, in addition to events in international scenario of that time brought the international relations theme to citizen's daily lives. The present article intends to verify in a critical way how the democratic control of foreign relations is respected within the legislative, particularly in the Commission of Foreign Relations of Federal Senate – Brazil. The used methodology for the conducted research involved a documentary study, by working with the State's Constitution, and subsequently, with documents from official bodies, such as meeting minutes and annual activity reports of the Commission of Foreign Relations and National Defense of Federal Senate – Brazil. The decision-making process in Brazilian foreign policy is historically centered in Executive Power, according to studies undertaken, having not occurred a bolder openness of the discussions of foreign policy to civil society. With the demand for democratization of all areas within public policies, it is criticized the inexistence of greater popular participation, direct or indirectly, in foreign policy decisions. Therefore, it is concluded that the Legislative Power, in a presidential system of government, represents an effective mean towards the exercise of democracy on foreign policy, since the Legislative is entitled to monitor the Executive actions.

Key words: Foreign Policy; Legislative Power; Democracy; Foreign Relations.

* Doutor em Estudos Estratégicos Internacionais pela UFRGS. Professor Permanente do Mestrado em Direito e Sociedade do Centro Universitário La Salle - Unilasalle Canoas. E-mail: jose.miranda@unilasalle.edu.br.

** Bolsista de Iniciação Científica ABI (Acadêmico Bolsista Interno) do Centro Universitário La Salle - Unilasalle Canoas, graduanda do curso de Relações Internacionais. E-mail: thaisdecastrob@gmail.com.



1. INTRODUÇÃO

A redemocratização no Brasil em 1988 aliada à liberalização econômica no país, no plano interno, e o fim da guerra fria e a globalização, no plano externo, foram fatores para aproximar a população dos temas de política externa, abrindo espaço para debates em torno da agenda de política externa brasileira e levando à demanda pela democratização das ações de relações exteriores no Brasil.

No período anterior à ditadura militar, no governo do Jânio Quadros, a Constituição Federal que vigorava era a de 1946, cujo texto foi redigido no contexto de restauração da democracia representativa e da consequente afirmação do papel do Legislativo Nacional. (FIGUEIRA, 2009) No art. 66 da CF/46 é prevista a competência exclusiva do Congresso Nacional de ratificar tratados e acordos internacionais celebrados pelo Presidente da República. No entanto, uma fiscalização do Legislativo sobre o Executivo em temas de política externa, de forma mais ativa, não fez parte da agenda naquele momento. (FERREIRA, 2010)

Vê-se que a política externa no país é tradicionalmente concentrada no Poder Executivo. Contudo, os fatores mencionados vêm contribuindo para aumentar o interesse dos cidadãos nas temáticas de política externa. Tendo em vista que a política externa é uma política pública¹, questiona-se por que esta não está sujeita a mecanismos que permitam um maior envolvimento e maior participação popular nas ações de política externa.

O Poder Legislativo, formado por eleições representativas, constitui um efetivo modo de democratizar o processo decisório de política externa no Estado. No contexto do sistema presidencialista atual, a participação do Legislativo no processo de controle da política externa aperfeiçoa o funcionamento das instituições democráticas, já que permite maior envolvimento da população de forma indireta nas ações de política externa.

A democracia (ou regime poliárquico) está garantida quando existem mecanismos que permitem a influência da participação cidadã, de maneira direta ou via instituições, participando na condução e fiscalização de políticas do governo e do Estado. (DAHL, 1971) Tendo em vista que não há democracia concebível sem a participação dos cidadãos, supõe-se que “a política externa integre o rol de políticas do Estado importantes para a autodeterminação de seu povo”. (DAWISSON, 2008)

A literatura dominante no país aponta que o Parlamento têm se mantido alijado do tema. Argumenta-se que há três principais causas para essa baixa participação do Poder Legislativo: causas de cunho técnico, político e institucional. A primeira causa refere-se ao fato de os temas internacionais serem complexos e exigirem um grau de especialização que os legisladores não possuem; a segunda causa possui caráter político-distributivo: como os temas de política externa têm baixa repercussão entre a população, não existe incentivo eleitoral para o debate de política externa; e, por fim, a terceira causa é de cunho institucional, referindo-se à falta de maior competência constitucional para permitir a ação legislativa na área. (LIMA, 2000; LIMA & SANTOS, 1999; SOUZA, 2001)

No entanto, análises mais recentes demonstram que existem indicadores de participação relevante do Parlamento nas decisões de política externa. Sendo assim, o presente artigo pretende verificar, no âmbito da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional - CRE do Senado Federal, a participação do Poder Legislativo no acompanhamento das ações de relações externas do Brasil e o controle democrático exercido pelo mesmo².

1 Políticas públicas constituem um quadro normativo de ação que combina elementos de força pública e elementos de competência (expertise) e que tende a constituir uma ordem local. (MULLER & SUREL, 2004).

2 O estudo “A política externa e o Poder Legislativo: um olhar sobre a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado Federal”, de autoria de Stefanie Tomé Schmitt é uma dissertação de mestrado cuja



A metodologia utilizada para a pesquisa realizada envolveu o estudo documental, trabalhando-se com a Constituição do Estado, para posteriormente buscar documentos de órgãos oficiais, como atas de reuniões e relatórios anuais de atividades da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado Federal. Utilizou-se também o método bibliográfico, o levantamento de referências teóricas publicadas em artigos científicos e obras literárias.

O objetivo foi compilar dados para ilustrar o controle democrático das ações de política externa do país pelo Poder Legislativo, fornecendo um panorama da atuação da Comissão de Relações Exteriores do Senado Federal.

2. IMPORTÂNCIA DA DEMOCRATIZAÇÃO DA POLÍTICA EXTERNA BRASILEIRA

O Brasil possui desde 1988 um regime democrático. Entretanto, uma das áreas de políticas públicas que se tem mais dificuldade de se permitir uma maior abertura ante o seu processo decisório é a política externa. O processo decisório relacionado à política externa é insulado e está concentrado no Poder Executivo, seja no Ministério das Relações Exteriores, seja na diplomacia presidencial³.

O processo de globalização e a maior inserção internacional do país são fatores que promovem maior abertura das discussões sobre a efetividade da democracia e participação cidadã nas políticas públicas. Nesse sentido, a compreensão de como está se dando a relação entre os princípios de relações exteriores instituídos na CF brasileira de 1988 e as ações de política externa são relevantes para identificarmos se esses princípios democráticos estão sendo respeitados e acompanhados de alguma forma pelo cidadão no Brasil.

No plano internacional, o fim da Guerra Fria permitiu mudar o foco da temática da segurança nas relações exteriores e abrir espaço para debates de temáticas com maior impacto direto nos cidadãos (LIMA, 2000). Também no plano internacional, pode-se citar a globalização e a transformação no campo de comunicações. No plano doméstico, a partir da década de 1980, houve a redemocratização, a liberalização política, a abertura econômica, bem como a elaboração da Constituição de 1988, fatores que contribuíram para aproximar a população dos temas da agenda externa⁴.

Todos esses fatores levam à demanda de maior transparência na formulação das ações de política externa, já que esta está concentrada no Poder Executivo. Indaga-se por que não há democratização de todas as decisões do Estado, incluindo a política externa e, sendo esta uma política pública, por que motivo não está sujeita a mecanismos que permitam maior participação da sociedade civil no processo decisório de política externa.

análise intenta trazer indicadores de que a participação dos parlamentares em política externa é relevante. O presente artigo se beneficiou do estudo realizado pela autora e traz uma atualização do período de análise empírica, trazendo dados da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado Federal para o período 2011-2015.

3 A diplomacia presidencial pode ser definida como: “a condução pessoal de assuntos de política externa, fora da mera rotina ou das atribuições *ex officio*, pelo presidente, ou no caso de um regime parlamentarista, pelo chefe de estado e/ou pelo chefe de governo”. (DANESE, 1999) Ou, também, como “a participação pessoal do chefe de governo nas relações internacionais, seja por meio de pronunciamentos, seja de participação em foros internacionais, seja atuando diretamente em negociações”. (ALBUQUERQUE, 1996)

4 “As crises financeiras globais afetam o cotidiano dos cidadãos, a difusão midiática do aquecimento planetário influencia comportamentos no âmbito local, a defesa dos direitos humanos em países distantes mobiliza pessoas de inúmeras nacionalidades, colocando em xeque a distinção, em termos absolutos, entre o doméstico e o internacional.” (MILANI; PINHEIRO, 2013)



Desse modo, o Parlamento, formado por eleições representativas, constitui o meio mais efetivo de se democratizar o processo decisório da política externa do Estado. No contexto de um sistema presidencialista e de um regime democrático em que pode se inferir o Poder Legislativo como contrapeso, a participação deste órgão no processo de formulação e controle de política externa aperfeiçoaria o funcionamento das instituições democráticas e, conseqüentemente, legitimaria a democracia do país, já que permitiria maior envolvimento da sociedade civil nas decisões estatais. (LIMA; SANTOS, 2001)

Além disso, como o Legislativo é formado por eleições representativas, os parlamentares podem criar um canal de diálogo entre grupos sociais e o Executivo, que conduz a política externa no país. Assim, tendo em vista que interesse popular significa maior interesse parlamentar, os parlamentares representariam os interesses de seus eleitores e seus atos seriam justificados à sociedade. (FARES, 2005)

A importância da participação do Poder Legislativo no controle dos atos de política externa e, por consequência, a verificação do cumprimento dos princípios de relações externas fixados na CF de 1988, justifica-se pela credibilidade e pela estabilidade internacional que essa participação proporcionaria no plano externo.

A participação proporciona credibilidade porque, segundo Lima e Santos, “decisões tomadas pelo governo com o respaldo do Legislativo encerram maior credibilidade do que as que são produzidas sem qualquer consulta às instituições representativas”. E, também, proporciona estabilidade no sentido de uma política negociada previamente com o Parlamento ser mais resistente a pressões do que decisões tomadas por poucos agentes. (LIMA & SANTOS, 2001)

No plano doméstico, isso significaria democratização no sentido em as que as preferências cidadãos junto a grupos de interesse⁵ passam ser considerados no que é defendido por interesse nacional⁶. Segundo Maria Regina Soares de Lima,

a politização da política externa e, portanto, a influência da política doméstica na sua formação, depende da existência de impactos distributivos internos que ocorrem quando os resultados da ação externa deixam de ser simétricos para os diversos segmentos sociais. Quando, ao contrário, os custos e benefícios não se concentram em setores específicos, ou os resultados da ação externa são neutros do ponto de vista do conflito distributivo interno, a política externa produz bens coletivos, aproximando-se do seu papel clássico, de defesa do interesse nacional ou do bem estar da coletividade. (LIMA, 2000)

É possível observar que a política doméstica tem influência nas decisões de política externa quando as conseqüências desta última são distributivas na sociedade. Sendo assim, observa-se a necessidade de uma maior população cidadã e que essa participação pode ocorrer de forma indireta a partir do controle do parlamento nas ações de política externa brasileira. A seção a seguir examina a literatura nacional em relação ao papel do Legislativo no controle da política externa.

5 Os grupos de interesse são as forças sociais que se organizam e atuam objetivando vantagens e benefícios de acordo com a natureza do grupo. Os grupos de interesse podem ser profissionais, econômicos, religiosos, ou ligados a qualquer outra função social. São sindicatos, associações comerciais, empresas, organizações não-governamentais, entre outros. (CASTRO; FALCÃO, 2004)

6 No contexto da política interna, o Interesse nacional é entendido como o interesse da generalidade dos habitantes de um país (obviamente suscetível de diversas definições e realizações, consoante as diferentes situações históricas e as solicitações que emergem da sociedade civil), interesse que se contrapõe aos interesses particulares de cada um dos cidadãos e de cada um dos grupos econômico-sociais. (BOBBIO, 2010)



3. A PARTICIPAÇÃO PARLAMENTAR NO ÂMBITO DO CONTROLE DEMOCRÁTICO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

A literatura dominante no país defende que o Parlamento têm tido tradicionalmente pouca participação e que tem estado afastado do tema. Argumenta-se que há três principais causas para a baixa participação do Parlamento brasileiro, numa espécie de apatia ou desinteresse ou mesmo abdicação em relação a questões internacionais: causas de cunho técnico, cunho político e cunho institucional.

A primeira causa seria o fato de os temas internacionais serem muito complexos e exigirem um grau de especialização que os legisladores não possuem, tornando o debate de questões internacionais impraticável. A segunda causa seria de caráter político - distributivo. Como os temas de política externa têm baixa repercussão, não há incentivos eleitorais para se discutir de maneira aprofundada no Congresso Nacional política externa. A mobilização parlamentar dependeria do aumento do interesse dos eleitores em relação à decisões internacionais. E, por fim, a terceira causa possui cunho institucional porque refere-se às atribuições do Congresso Nacional em relação a política externa: as competências previstas na Constituição limitam a ação legislativa. (LIMA, 2000; LIMA & SANTOS, 1999; SOUZA, 2001)

As características institucionais do sistema político brasileiro podem oferecer um panorama do comportamento parlamentar em questões internacionais. O predomínio do Poder Executivo no processo de formulação de políticas constrange a ação dos legisladores, limitando a capacidade do Congresso Nacional de influenciar as decisões internacionais do país (SCHMITT, 2011). O Itamaraty conduz a política externa com níveis de autonomia e excelência elevados, o que acabaria por incentivar a delegação ou abdicação do Parlamento.

Além disso, outros autores postulam que o Congresso delega ao Poder Executivo a capacidade de influenciar ativamente a política externa e só o faz quando despertado por setores sociais para que haja o acionamento de suas funções legislativas, expressas através da sociedade civil, funcionando como um mecanismo de “alarme de incêndio” (ALEXANDRE, 2006). Outros autores postulam que não é uma questão de delegação de funções, mas que os interesses do Legislativo têm convergido com os do Executivo e que isso resultou na baixa necessidade de ações por parte dos parlamentares. (NEVES, 2003)

Em relação ao predomínio do Executivo na política externa, cabe comentar sobre a experiência de destaque da atuação do Poder Legislativo nas ações de relações exteriores no período monárquico. Apesar do texto restritivo da Primeira Carta Constitucional de 1824, o Parlamento possuiu um grau preponderante de controle parlamentar sobre a atividade diplomática levada a cabo pelo Executivo. (ALMEIDA, 1990) Como exemplo, pode-se mencionar a autorização por lei cedida ao Legislativo no período da Regência para analisar e votar os compromissos internacionais assinados pelo Brasil.

Apesar de a tese dominante argumentar que a postura do Poder Legislativo é afastada, apática ou desinteressada, análises mais recentes defendem que existem indicadores de participação relevante tanto da Câmara dos Deputados quanto do Senado Federal nas decisões política externa. (ALEXANDRE, 2006; DINIZ & RIBEIRO, 2009; DINIZ, 2011)

4. COMPETÊNCIAS DO CONGRESSO NO CONTROLE DA POLÍTICA EXTERNA BRASILEIRA

A Constituição Federal de 1988 introduziu dispositivos inéditos em matéria de relações internacionais, estabelecendo os princípios que devem guiar as relações exteriores e



internacionais do Brasil. O Parlamento possui, pela Constituição, competência para acompanhar o processo decisório de política externa. Segundo o artigo 49 da CF de 88, é da competência exclusiva do Congresso Nacional:

- I – resolver definitivamente sobre tratados, acordos ou atos internacionais que acarretem encargos ou compromissos gravosos ao patrimônio nacional;
- II – autorizar o Presidente da República a declarar guerra, a celebrar a paz, a permitir que forças estrangeiras transitem pelo território nacional ou nele permaneçam temporariamente, ressalvados os casos previstos em lei complementar;
- (...)

O Congresso Nacional possui competência para resolver definitivamente sobre os Tratados, incluindo os que acarretam gravames ao patrimônio nacional. No entanto, autores como Alcântara (2001) argumentam que o procedimento parlamentar tem se limitado apenas a sua aprovação ou rejeição do texto na íntegra, o que não representa um grande poder de interferência por parte do Legislativo em matéria de política externa. Apesar disso, destaca-se a possibilidade da Câmara dos Deputados e o Senado Federal, bem como qualquer comissão das duas casas, requererem informações e esclarecimentos em relação a um determinado assunto a autoridades. Essa prestação de informações tanto pode ser feita através de Audiência Pública no âmbito da Comissão como pode ser remetida por escrito à Comissão. É possível “convocar ministros de Estado para prestar, pessoalmente, informações sobre assunto previamente determinado, importando crime de responsabilidade a ausência, sem justificção adequada” (CF/88, Art. 50) e a possibilidade, nos mesmos termos, de “encaminhar pedidos escritos de informação aos ministros de Estado, importando crime de responsabilidade a recusa, ou o não-atendimento no prazo de trinta dias, bem como o fornecimento de informações falsas” (CF/88, Art. 50, § 2º).

Desse modo, a Constituição de 1988 abre espaço para a efetivação de um controle do Legislativo sobre os trabalhos do Executivo, cabendo ao primeiro fiscalizar o segundo.

A Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional - CRE é uma Comissão Permanente do Senado⁷. Existe também a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional - CREDN da Câmara dos Deputados, mas, apesar das similaridades, a CRE possui atribuições maiores do que a CREDN. A CRE está encarregada, além de outras competências, da Sabatina dos Embaixadores indicados para ocupar cargos em Missões Diplomáticas Permanentes, da Autorização do Presidente e do Vice-Presidente da República de deixarem o território nacional e do aval para a realização de operações externas de natureza financeira.

Suas atribuições estão especificadas no Regimento Interno do Senado. De acordo com o Art. 103 do Regimento, compete à CRE:

Artigo 103. À Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional compete emitir parecer sobre:

- I – proposições referentes aos atos e relações internacionais (CF/88, Art. 49, I) e ao Ministério das Relações Exteriores;
- II – comércio exterior;
- III – indicação de nome para chefe de missão diplomática de caráter permanente junto a governos estrangeiros e das organizações internacionais de que o Brasil faça parte (CF/88, Art. 52, IV);

⁷ A Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado Federal é uma das 12 Comissões Permanentes do Senado. As Comissões Permanentes possuem caráter técnico-legislativo ou especializado e são co-participantes do processo legislativo. A Comissão tem por finalidade apreciar os assuntos ou proposições submetidas ao seu exame e sobre elas deliberar, assim como exercer o acompanhamento dos planos e programas governamentais e a fiscalização orçamentária da União.



- IV – requerimentos de votos de censura, de aplauso ou semelhante, quando se refiram a acontecimentos ou atos públicos internacionais;
- V – Forças Armadas de terra, mar e ar, requisições militares, passagem de forças estrangeiras e sua permanência no território nacional, questões de fronteiras e limites do território nacional, espaço aéreo e marítimo, declaração de guerra e celebração de paz (CF/88, Art. 49, II);
- VI – assuntos referentes à Organização das Nações Unidas e entidades internacionais de qualquer natureza;
- VII – autorização para o Presidente ou o Vice-Presidente da República se ausentarem do território nacional (CF/88, Art. 49, III);
- VIII – outros assuntos correlatos.
(Regimento Interno do Senado Volume I)

É possível perceber que os parlamentares dispõem de mecanismos constitucionais e regimentais para interferir no processo decisório de política externa no país, já que demonstra-se que o Legislativo tem competência para, no contexto do controle democrático de “freios e contrapesos”, funcionar como um contrapeso ao Executivo.

A partir do exposto, nos parágrafos anteriores, o item a seguir trará a análise empírica da atuação e controle parlamentar nas ações de política externa.

5. ANÁLISE EMPÍRICA A PARTIR DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL DO SENADO FEDERAL - CRE

Dentre os mecanismos que a Comissão dispõe para interferir no processo decisório estão os requerimentos, sendo amplamente utilizados. Através dos requerimentos, segundo o Art. 58 da CF/88, as Comissões do Congresso Nacional podem realizar audiências públicas com entidades da sociedade civil, convocar Ministros de Estado para prestar informações, solicitar depoimento de qualquer autoridade ou cidadão, entre outras competências.

Os resultados da análise encontram-se dispostos nos quadros a seguir⁸.

Quadro 1 - Tipo de Requerimento

Tipo de Requerimento	Total
Audiência/Prestação de Informações	145
Moção/Voto de Louvor/Congratulação/Censura/Repúdio/Aplauso	32
Criação de Subcomissão/Comissão Externa	11
Urgência	19
Aditamento	17
Outros	27
Total de Requerimentos	251

Fonte: Senado Federal, Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.

⁸ Cabe salientar que os requerimentos analisados, do período 2011-2015, foram requerimentos aprovados e de autoria da Comissão de Relações Exteriores; os requerimentos de autoria do Senado não foram contabilizados.



Quadro 2 - Requerimentos de Audiência/ Convocação de Autoridades

Tipo de Requerimentos de Audiência / Convocação de Autoridades	Total
Audiências Públicas	109
Convocação de Autoridades para Prestação de Informações	36
Total de Requerimentos de Audiência/ Convocação de Autoridades	145

Fonte: Senado Federal, Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.

Em relação aos tipos de requerimentos, cabe observar que os mesmos foram divididos e categorizados em: “Audiência/ Prestação de Informações Autoridades”, “Moção/Voto”, “Criação de Subcomissão/ Comissão Externa”, “Urgência”, “Aditamento” e “Outros”.

Os requerimentos “Audiência Pública - Debate” referem-se aos requerimentos que solicitam a presença de Ministros de Estado e/ou outras autoridades, em audiências públicas, para que prestem informações da agenda de seu campo temático ou esclarecimentos sobre algum litígio internacional, por exemplo. Essas audiências também possuem a finalidade de debater um determinado tema, projeto de lei, conflito internacional, entre outros, com a participação da sociedade civil, especialistas, acadêmicos.

Os requerimentos de “Criação de Subcomissão/ Comissão Externa” são requerimentos que ou solicitam a criação de subcomissão ou grupo de trabalho para acompanhar algum tema dentro do campo temático da comissão de forma aprofundada solicitam a criação de comissão externa para realizar alguma missão oficial nacional ou internacional, para averiguar uma situação *in loco* ou representar a sua Comissão em algum evento. Os requerimentos de “Moção” indicam o posicionamento dos parlamentares perante um evento no cenário internacional ou relação a uma postura ou decisão tomada pelo Executivo Nacional, podendo ser Moção de Repúdio, Louvor, Congratulação, Censura, Apelo, etc.

Requerimentos de “Urgência” referem-se aos requerimentos que solicitavam urgência na tramitação de algum requerimento ou projeto de lei na Comissão e os de “Aditamento”, aos que solicitavam o aditamento de alguma informação a um requerimento que estivesse tramitando.

No período estudado, entre 2011 e 2015, houve aproximadamente 250 Reuniões da Comissão e 90 Audiências Públicas realizadas. Os Requerimentos, como visto nas tabelas, dividiram-se principalmente entre Requerimentos de Audiência e Requerimentos de Voto de Censura, Repúdio ou Louvor. Com ambos os mecanismos é possível perceber o anseio dos parlamentares em explicitar o seu posicionamento frente ao cenário internacional. As audiências requeridas tanto podiam ser para esclarecimentos a serem prestados pelo Ministro de Estado de Relações Exteriores, por exemplo, como Audiência convidando acadêmicos e especialistas para informar a Comissão sobre um dado assunto.

Além disso, cabe mencionar que houve uma série de requerimentos que solicitavam audiências com o intuito de tratar sobre assuntos veiculados na mídia relacionados ao modo como o governo estava levando a cabo a política externa do país. Com estas audiências buscavam esclarecimentos em relação à notícias, demonstrando-se, assim, que os legisladores encontram-se atentos ao que a imprensa publica em relação à PEB e possuem interesse no que



diz respeito ao modo pelo qual o Brasil é percebido em relação às suas ações de política externa.

Em relação às temáticas discutidas, os temas mais debatidos nas Audiências Públicas e Seminários realizados no âmbito da Comissão estão organizados no quadro abaixo. O quadro apresenta o número de audiências nas quais o tema foi tratado especificamente.

Quadro 3 - Temas mais debatidos nas Audiências

Tema	Audiências
Situação Econômica Mundial e Comércio Internacional Brasileiro	10
Situação e Reaparelhamento das Forças Armadas Brasileiras	10
Cenário Internacional/ Análise Política Externa Países	9
Inserção Internacional e Política Externa Brasileira	8
Preparativos para a Conferência Rio +20	8
Descoberta espionagem norte-americana ao Brasil - 2013	6
MERCOSUL	5
Defesa Nacional	5
Fronteiras	4
Insurgências no Oriente Médio - 2011	4
Relações com a América Latina	3
Refugiados e Imigrantes	3
Temas diversos	15

Fonte: Senado Federal, Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.

Cabe destacar que no biênio 2011-2012 houve um Ciclo de Audiências intitulado “Rumos da Política Externa Brasileira (2011-2012)”, que apresentou 27 painéis divididos em 5 ciclos: Geopolítica e Relações Internacionais, Economia e Finanças, Defesa e Finanças, Temas da Agenda Internacional e Política Externa Brasileira. Os 27 painéis ou audiências contaram com a presença de especialistas no assunto, como nas audiências públicas, e trataram de eventos no cenário internacional, a situação de emergência no Oriente Médio em 2011, os reflexos da crise mundial de 2008 no mundo e no país, a situação das Forças Armadas do Brasil, as relações exteriores do Brasil, em especial com os países da América Latina, a política externa brasileira, entre outros temas.

As audiências, como demonstrado no Quadro, trataram de temas bastante atuais e relevantes. Temas recorrentes são a publicação de reportagens ou entrevistas que denunciam fatos e/ou afetam a forma como o país é percebido internacionalmente ou como leva a cabo suas relações exteriores; O processo de integração do MERCOSUL; questões ligadas a defesa das fronteiras nacionais, entre outros.

É possível perceber que as questões relativas à política externa e os acontecimentos internacionais mais discutidos pela sociedade brasileira no período foram alvo da atenção dos membros da Comissão. A Comissão também divulga o seu trabalho. Nesse sentido, não se pode dizer que o cidadão não tem como acompanhar o controle democrático exercido pelo parlamento. No site da Comissão estão disponíveis Pautas, Atas, Resultados, Notas



Taquigráficas e Sínteses de suas reuniões. Identifica-se que há preocupação de parte do Legislativo em divulgar os atos determinados em função das competências constitucionais que lhe foram atribuídas.

6. CONCLUSÃO

A relação entre constituição, democracia e política externa pode ser atualmente constatada nos atos de controle democrático exercidos pelo parlamento brasileiro. A literatura dominante no Brasil defende que o Parlamento têm se mantido afastado do tema, numa apatia ou desinteresse, abdicando ou delegando as decisões de política externa ao Executivo. No entanto, o estudo indicou por meio de análises mais recentes que os parlamentares possuem, além de competência para exercer controle democrático, interesse em participar do processo decisório de política externa. Isso indicaria que, a partir da abertura do processo democrático no Brasil, o parlamento voltou a ser mais ativo em termos de participação, não permitindo a exclusividade do debate junto ao Itamaraty. O diálogo entre esses dois atores também aumentou nos últimos anos, o que contribui para a democracia brasileira.

A partir da análise dos documentos da comissão especializada em relações internacionais do Senado Federal, a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional – CRE. Percebeu-se que os parlamentares possuem mecanismos para exercer controle e que o dispositivo mais utilizado para acompanhar a política externa são os Requerimentos. Ao elaborarem Requerimentos, os parlamentares exercem influência de diversas formas, ao mesmo tempo em que democratizam a tomada de decisão. Através dos Requerimentos da Comissão, é possível solicitar Audiências Públicas para debater um determinado assunto, com acadêmicos e especialistas, demonstrando o anseio por informações dos parlamentares; Informações a Autoridades, como o Ministro das Relações Exteriores, para que sejam prestados esclarecimentos quanto à posição do governo em relação a um assunto; Voto de Moção, Louvor ou Repúdio a acontecimentos, demonstrando claramente o posicionamento da Comissão em torno de eventos em curso no cenário internacional.

São identificados mecanismos de controle democrático que auxiliam, ainda que seja uma participação indireta da sociedade civil no contexto de observação das atividades de política externa realizadas pelo país. Percebe-se que há interesse dos parlamentares em usar os instrumentos que possuem para cobrar esclarecimentos; muitos foram os requerimentos solicitando informações ao ministro das relações exteriores, fosse sobre os custos de instalação de postos diplomáticos em novos países, ou para cobrar esclarecimentos quanto às linhas de política externa brasileira.

A Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional - CRE destaca-se como ativa, vide números de reuniões e de requerimentos e de audiências realizadas e de solicitações de prestação de informação. Percebe-se que os membros da Comissão utilizam as prerrogativas de que dispõem para cobrar esclarecimentos e democratizar informações de interesse público.

O relacionamento entre o Parlamento brasileiro e o Ministério de Relações Exteriores tem sido cordial, conforme pesquisa realizada, ainda que exista diferenças de conhecimento técnico importantes entre parlamentares e membros da diplomacia brasileira. O diálogo entre representantes populares e membros do órgão que conduz a política externa precisa ocorrer, pois somente dessa forma, através do diálogo entre os principais atores em uma democracia, a política externa ficará evidenciada como política pública.

No recente constitucionalismo latino-americano a necessidade de avanços político-constitucionais e de mudanças sociais profundas fizeram com que alguns países da região passassem a reconhecer a necessidade de reformular o seu projeto político-democrático.



Nesse sentido, buscam torná-lo mais eficaz, em particular no resgate da proximidade dos seus cidadãos ao poder político governamental, e no reconhecimento de suas múltiplas condições existenciais e sociais, e, ainda na sua transformação em direitos inseridos nas novas constituições, os quais repercutiram em um processo conhecido como o Novo Constitucionalismo na América Latina. Cabe fazermos uma reflexão se já não seria a hora de maior participação direta do cidadão no âmbito da tomada de decisão em termos política externa a partir das práticas do novo constitucionalismo latino americano.

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE, José A. Guilhon. A Presidência na linha de frente da diplomacia. **Revista Carta Internacional**, vol. 4, nº35, 1996.

ALCÂNTARA, Lúcio. Os parlamentos e as Relações Internacionais. **Revista Brasileira de Política Internacional**, vol. 44, nº1, 2001.

ALEXANDRE, Cristina Vieira Machado. O Congresso Brasileiro e a Política Externa Brasileira. **Dissertação de Mestrado**, PUC Rio, 2006.

ALMEIDA, Paulo Roberto. A Estrutura Constitucional das Relações Internacionais e o Sistema Político Brasileiro. **Revista Contexto Internacional**, nº12, 1990.

ANASTASIA, Fátima; MENDONÇA, Christopher; ALMEIDA, Helga. Poder Legislativo e Política Externa no Brasil: Jogando com as Regras. **Revista Contexto Internacional**, vol 34, nº2, 2012.

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm>. Acesso em 12/02/2016.

DAHL, Robert A. **Polyarchy: participation and opposition**. New Haven: Yale University Press, 1971.

DANESE, Sérgio. **Diplomacia Presidencial: história e crítica**. Rio de Janeiro: Top Books, 1999.

DINIZ, Simone; RIBEIRO, Claudio Oliveira. The role of Brazilian Congress in Foreign Policy: an empirical contribution to the debate. **Brazilian Political Science Review**, vol. 2, nº2, 2008.

FARES, Seme Taleb. Democratização da Política Externa Brasileira: o papel do legislativo. **Dissertação de pós-graduação**, Universidade de Brasília, 2005.

FERRARI, Diogo Augusto. O Congresso Nacional e a apreciação de tratados internacionais no contexto do Presidencialismo de Coalizão. **Texto para debate**. USP, 2010.

FERREIRA, Marcelo Costa. Os Processos Constituintes de 1946 e 1988 e a definição do papel do Congresso Nacional na Política Externa Brasileira. **Revista Brasileira de Política Internacional**, vol. 53, nº2, 2010.

FIGUEIRA, Ariane Cristine Roder. Processo decisório em política externa no Brasil. **Dissertação de Pós-Graduação**, USP, 2009.

LIMA, Maria Regina Soares. Instituições Democráticas e Política Exterior. **Revista Contexto Internacional**, vol. 22, nº2, 2000.



LIMA, Maria Regina Soares; SANTOS, Fabiano. O Congresso e a política de comércio exterior. **Revista Lua Nova**, nº52, São Paulo, 2001.

LOPES, Dawisson Belém. A plausibilidade de uma gestão democrática da política externa: algumas hipóteses (insatisfatórias) sobre o caso brasileiro. **Revista Cena Internacional**, vol. 10, nº2, 2008.

MILANI, Carlos R. S.; PINHEIRO, Leticia. Política externa brasileira: os desafios de sua caracterização como política pública. **Revista Contexto Internacional**, vol. 35, nº1 2013.

NEVES, J.A de C. O papel do Legislativo nas negociações do Mercosul e da ALCA. **Revista Contexto Internacional**, vol. 25, nº1, 2003.

OLIVEIRA, Amâncio Jorge. Partidos políticos e política externa: o comportamento legislativo na Câmara de Deputados, 1995-2009. **Centro de Estudos das Negociações Internacionais**, USP, 2013.

Regimento Interno do Senado Federal – Volume I. Disponível em <<http://www.senado.gov.br/legislacao/regsf/>>. Acesso em 12/02/2016.

SCHMITT, Stefanie Tomé. A política externa e o Poder Legislativo: um olhar sobre a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado Federal. **Dissertação de Mestrado**, USP, 2011.

Senado Federal. Portal Atividade Legislativa. Disponível em: <<http://www.senado.gov.br/atividade/>>. Acesso em 12/02/2016.

Senado Federal. Portal de Atividade Legislativa. Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional - CRE. Disponível em: <<http://www.senado.gov.br/atividade/comissoes/comissao.asp?origem=&com=54>>. Acesso em 12/02/2016.

*Recebido em 18/05/2016
Aprovado em 27/07/2016*



ANÁLISE DO EMPREGO FORMAL NO SETOR INDUSTRIAL DO PARANÁ, 2001 e 2011

ANALYSIS OF FORMAL EMPLOYMENT IN THE MANUFACTURING INDUSTRY IN THE STATE OF PARANA, 2001 AND 2011

Ariana Cericatto da Silva*

Elaine Carvalho de Lima**

Érica Priscilla Carvalho de Lima***

RESUMO

O presente trabalho investiga a distribuição do emprego formal no setor da indústria de transformação no estado do Paraná, entre os períodos de 2001 e 2011. Destacam-se as mudanças ocorridas na sociedade brasileira nas últimas décadas, tais como a abertura comercial e a reestruturação produtiva industrial. Nota-se que tais mudanças da política econômica tiveram impacto no mercado de trabalho. Assim, este trabalho tem como objetivo analisar o setor industrial do Paraná, no que concerne a dinâmica dos empregos nos anos 2001 e 2011. Em termos metodológicos, foi realizado uma revisão da literatura, bem como a utilização de dados secundários extraídos da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) do Ministério do Trabalho e do Emprego (MTE). Os resultados mostram a alta concentração de emprego formal na mesorregião Metropolitana de Curitiba, o que garante a centralidade dessa mesorregião no tocante a distribuição de emprego formal no setor da indústria.

Palavras-Chave: Economia Regional. Economia Paranaense. Setor industrial.

ABSTRACT

This paper investigates the distribution of employment in the formal sector of the manufacturing industry in the state of Parana, between the periods 2001 and 2011. We highlight the changes in society in the last decades, such as trade liberalization and industrial restructuring process. Note that such changes in economic policy had an impact on the labor market. This study aims to analyze the industry of Parana, regarding the dynamics of employment in 2001 and 2011. In methodological terms, we performed a literature review as well as the use of secondary data extracted from the Annual Report of Social Information (RAIS) Ministry of Labour and Employment (MTE). The results show a high concentration of employment in the middle region of Curitiba, which ensures the centrality of this midland region regarding the distribution of formal employment in the industry sector.

Key words: Regional Economy. Paranaense Economy. Industrial Sector.

* Docente da Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE/Toledo). Mestre em Desenvolvimento Regional e Agronegócio pela Unioeste. E-mail: ariana_cericatto@hotmail.com

** Doutoranda em Economia pela Universidade Federal de Uberlândia. Mestre em Economia pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte. E-mail: elainecarvalhoonline@hotmail.com

*** Docente da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN). Mestre em Estudos Urbanos e Regionais. E-mail: ericapriscillaufn@hotmail.com



1 INTRODUÇÃO

A existência das desigualdades regionais é o cerne dos estudos da Economia Regional. Nota-se que o desenvolvimento de determinadas atividades no espaço podem contribuir para a determinação de sucesso ou atraso da região, visto que determinados espaços podem ser qualificados como polos industriais de desenvolvimento, por exemplo, algo que não é verificado em todos os lugares.

Assim, a persistência dessas desigualdades tem se tornado um fator preocupante na realidade brasileira. Por mais que o país tenha passado por uma série de transformações em sua estrutura e dinâmica produtiva ao longo das últimas décadas, as disparidades ainda são marcantes nas unidades da federação.

Alguns autores, como Ferreira (1989, p.57), sugerem que as disparidades econômicas “(...) não resultam do descaso teórico com a economia espacial, mas é resultado da tendência à concentração, à centralização e à aglomeração geográfica da própria organização capitalista da produção”. Nota-se que as atividades ocupam um espaço e, em geral, se concentram em determinadas áreas. Estudar os motivos e as possíveis repercussões desse fato é fundamental para o planejamento econômico e social.

Ademais, esse movimento de abertura econômica ocasionou uma reestruturação industrial do país, e que teve, entre outros fatores, uma redução no tamanho médio das plantas industriais e uma realocação das indústrias nacionais. Conseqüentemente, o padrão industrial teve seu desempenho atrelado ao novo ambiente político-econômico vigente.

É importante salientar que esse processo evidencia alguns dilemas e desafios da inserção do Brasil em um mundo mais globalizado. Especialmente, destacando-se o fato de que as mudanças técnicas incidem sobre a indústria e os serviços, causando impacto sobre as estruturas ocupacionais e o emprego, e, portanto, traz intrinsecamente alterações na dimensão do espaço da localização econômica, o que pode reforçar os desequilíbrios regionais já existentes.

No caso brasileiro, o padrão locacional das atividades produtivas é caracterizado por uma elevada diferenciação, reflexo das heterogeneidades presentes nas regiões brasileiras. Essa configuração espacial permite identificar as regiões mais dinâmicas, as que apresentam um leque de serviços mais diversificados, um perfil industrial mais moderno e, portanto, mais vantagens locais. Por outro lado, as regiões que não apresentam esse conjunto de fatores tendem a concentrar atividades tradicionais e com baixo nível de produtividade.

Nesta pesquisa, o trabalho foi estruturado em mais cinco seções, além desta introdução. Na primeira, apresenta-se uma breve revisão das teorias locais do espaço econômico. Na segunda seção temos a metodologia utilizada, e na seção seguinte os resultados obtidos. Por fim, as considerações finais do trabalho.

2 REVISÃO DE LITERATURA

A localização das atividades no espaço tem um papel fundamental para a teoria econômica e, a partir da década de 1950 a organização da estrutura espacial tornou-se mais



relevante na ciência econômica. Uma preocupação que permeia tais estudos está relacionado à existência de desigualdades regionais, em que a região passa a ser vista como um problema, desse modo a ciência regional surge para atender aos problemas da região, buscando minimizar as consequências que as disparidades podem provocar nas regiões (BENKO, 1999). Ferreira (1989, p.56) enfatiza:

Apesar do desenvolvimento da ciência regional, as disparidades sociais e econômicas inter-regionais e intra-regionais não têm despertado, todavia, uma atenção especial e conduzido a políticas econômicas capazes de superar tal desafio.

Os estudos sobre a organização territorial das atividades não são recentes, pois envolvem problemas recorrentes sobre o modo de crescimento das regiões que, de uma maneira geral, podem ter influência das vantagens geográficas, do acesso aos fatores de produção, da estrutura econômica, do ambiente político- institucional, entre outros fatores.

Todavia, quando analisamos a trajetória histórica da ciência econômica verificamos que poucos são os autores que dedicaram suas análises ao espaço. “Curiosamente, e apesar de os homens terem vivido no espaço, os economistas ignoraram durante muito tempo esta evidência” (BENKO, 1999, p. 28). A reflexão sobre o espaço se deu de uma maneira marginal no pensamento econômico, os autores clássicos com suas abstrações sob a ocorrência de um regime de concorrência perfeita e perfeita mobilidade de capitais, tendiam a negligenciar os problemas espaciais, ou muitas vezes encarregando-lhes a um papel secundário na análise econômica.

Clemente (1994) chama atenção que por um lado temos a teoria clássica da localização industrial que se fundamenta no questionamento de qual seria o melhor sítio que uma determinada atividade deveria se localizar. Tal questionamento leva-nos a pensar em outros pontos que estão relacionados com tal escolha, como a maximização dos lucros e a busca de custos locacionais mínimos. Por outro lado, teríamos a teoria da localização agrícola que, além dos pontos enunciados, se concentra na determinação do que produzir em um dado espaço. Nessas teorias, o empresário tem perfeito conhecimento sobre a realidade do mercado o que o conduz a fazer escolhas racionais para um resultado ótimo (*homo economicus*). Entre tais teorias destacam-se o modelo de localização agrícola de Von Thünen, o de localização industrial de Alfred Weber e os lugares centrais de Christaller.

A contribuição de Von Thünen foi inovadora na abordagem regional, pois demonstra como a organização agrícola é resultante da articulação dos fatores: a distância e custos de transporte, e como isso afeta a renda das diversas atividades produtivas espacialmente localizadas. O modelo permite indicar que essa estruturação do espaço agrícola ocorre mediante a articulação com o centro abastecedor, o qual define a escolha locacional das atividades em questão.

Para Alfred Weber, a problemática existente em centra-se em responder onde uma dada atividade industrial será localizada no espaço (FERREIRA,1989). Para Weber (1957)



três fatores seriam essenciais no momento da decisão locacional, que podem ser subdivididos em gerais que são os custos de transporte e mão de obra; e fator local que são as forças de aglomeração e desaglomeração. Ou seja, concentrar ou desconcentrar as indústrias em um ponto geográfico, a partir das vantagens existentes em determinada região.

Com o processo de urbanização, as cidades ganham uma maior importância no ordenamento espacial. Um dos estudiosos que trouxe grandes contribuições em suas formulações teóricas foi Christaller (1933), sua teoria teve um caráter inovador por analisar o crescimento de uma cidade individual e, principalmente, o seu entorno. Breitbach (1988) salienta que a abordagem teórica adotada por Christaller (1933) contribuiu para o entendimento do fenômeno regional, visto que a ideia de organização do espaço pautada pela existência de uma dependência entre o centro urbano e a região complementar leva-nos a pensar nos diversos fatores que influenciam na distribuição territorial da população e das atividades econômicas no espaço.

2.1 TEORIAS DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL: AGLOMERAÇÃO E POLARIZAÇÃO

Em fins do século XIX, Alfred Marshall (1885) foi um dos pioneiros nos estudos sobre a existência das aglomerações produtivas e as externalidades locais geradas em prol do crescimento da indústria, em que localização das empresas era vista como ambiente gerador de vantagens competitivas.

Em meados da década de 1950 surge um grupo de teóricos que enfatizam seus estudos com ênfase nos fatores de aglomeração marshallianos e inspiração políticas keynesianas, entre eles, destacam-se: Perroux, Myrdal e Hirschman.

Perroux (1967) desenvolve o modelo teórico de polarização do crescimento no pós guerra, num contexto em que a ideia dominante era que a economia de uma país se limitava ao seu espaço territorial, o que criava embates para a política internacional (CLEMENTE, 1994).

Apesar dos fatores de aglomeração possuírem um papel importante na teoria de polarização, a influência schumpeteriana foi mais relevante na análise perrouxiana, observando o papel das inovações no capitalismo para o autor haveria a difusão das inovações tecnológicas das indústrias motrizes para as indústrias movidas (CAVALCANTE, 2011).

Perroux (1967) tem como abordagem das atividades econômicas no espaço, a partir da existência dos polos de crescimento, o autor centrou-se na concepção de espaço econômico que se contrapunha ao chamado espaço geonômico (tridimensional). O espaço geonômico era definido de acordo com a geometria euclidiana, ou seja, “(...) com relações entre pontos, linhas, superfícies, volumes. Os homens e os grupos de homens, as coisas e os grupos de coisas, economicamente caracterizados por outro processo, tem aí o seu lugar.” (PERROUX, 1967, p. 149). Dessa maneira, o espaço geonômico tem uma definição restrita, pois relaciona-se com as atividades humanas tendo pouca ênfase nos fenômenos econômicos.



Assim, Perroux vai estabelecer o conceito de espaço econômico, este definido como espaço abstrato que contempla as relações econômicas, não se limitando ao espaço geográfico (CLEMENTE, 1994).

A partir de tal conceituação do espaço econômico, Perroux (1967) sistematiza a divisão do espaço econômico em três partes: como conteúdo de um plano, como conjunto homogêneo e como um campo de forças. Tal classificação possibilita o entendimento da teoria da polarização perrouxiana.

O espaço como conteúdo de um plano pode ser compreendido como as relações *input-output* entre os agentes econômicos, isto é, por um lado teríamos os fornecedores de insumos, capital e mão de obra, por outro lado haveria os compradores intermediários e finais. Desse modo, não obedeceria a qualquer “representação cartográfica” (PERROUX, 1967).

O espaço tido como conjunto homogêneo parte da perspectiva que a firma possui uma estrutura, em geral, homogênea as firmas vizinhas, seja topograficamente ou economicamente. Coexistindo em um espaço onde a prática de preços é semelhante (PERROUX, 1967).

Por último, o espaço como um campo de forças, é o ponto mais relevante na análise do autor, pois remete ao polo de crescimento, noção fundamental em Perroux. O espaço econômico seria constituído por centros que distribuem forças centrífugas (dispersão das atividades) e recebem forças centrípetas (favorecem a aglomeração). Assim, cada centro, simultaneamente sofre atração e repulsão, tendo seu próprio campo, que poderá ser anulado pelo campo de forças dos demais centros (PERROUX, 1967).

Diante disso, após definido o espaço econômico em Perroux, a investigação passa a ser realizada no crescimento, identificando os chamados polos de crescimento, pois “(...) o crescimento não surge em toda parte ao mesmo tempo; manifesta-se com intensidades variáveis, em pontos ou polos de crescimento; propaga-se segundo vias diferentes e com efeitos finais variáveis no conjunto da economia” (PERROUX, 1967, p. 164).

Assim, o polo de crescimento é constituído de uma empresa motriz que por natureza provoca o crescimento ou a retração de um número maior de atividades, “aquele que apresenta taxas de crescimento do produto mais elevadas do que a taxa média do produto nacional” (BREITBACH, 1988, p. 36). Nisso, o desenvolvimento ocorreria através de uma diferenciação, em que as atividades mais importantes teriam uma maior influência (BREITBACH, 1988).

Outro autor que trouxe grandes contribuições foi Myrdal (1968), em sua investigação o autor vai partir de algumas constatações, tais quais: existência de um pequeno número de países prósperos e um número grande de países extremamente pobres; os países prósperos são caracterizados por um processo de desenvolvimento econômico contínuo, em detrimento do segundo grupo; as desigualdades entre os dois grupos tem se elevado ao longo dos anos.

Tal dualismo retratado por Myrdal (1968) é visto como um entrave na organização da estrutura econômica de um país. O autor difundiu a “Teoria da Causação Cumulativa” como forma de evidenciar o hiato crescente entre os diferentes espaços, pois ao ocasionar o crescimento de uma área acentuariam os efeitos regressivos nas demais áreas, essa relação seria uma das consequências dos movimentos do capital. Agravando ainda mais as



disparidades regionais, pois o processo cumulativo poderia ocorrer para cima (efeitos propulsores) nas regiões mais desenvolvidas, ou para baixo (efeitos regressivos) nas regiões menos desenvolvidas.

Hirschman (1958) chama atenção para os efeitos de transbordamento e polarização do crescimento que ocorrem de modo mais intenso nas relações econômicas entre regiões nacionais do que internacionais, tal processo pode ser justificado pela interação mais forte existente entre as regiões subnacionais. O autor também enfatiza a importância de ser estudar as especificidades de cada local, visto que as economias regionais não podem ser consideradas como versões simplificadas das economias nacionais. Para Hirschman (1958), o investimento induzido iria promover o desenvolvimento regional, via indução dos setores chave que complementassem a matriz produtiva local.

2.2 BREVE CONTEXTUALIZAÇÃO DA ECONOMIA PARANAENSE

A história econômica do Brasil mostra que as atividades que passaram por ciclos consolidaram o processo de ocupação do espaço brasileiro. Tais atividades econômicas eram destinadas ao comércio externo, portanto, havia pouca integração comercial entre as regiões do país.

No século XIX, através da economia do café houve uma dinâmica industrial em São Paulo e parte do Rio de Janeiro. Isso possibilitou a formação da indústria brasileira que ficou concentrada na região Sudeste. Sendo a segunda fase do desenvolvimento econômico-espacial do Brasil que foi até a década de 1960, com um a articulação comercial entre a “região nuclear e o resto do País”. Essa concentração gerou uma série de desequilíbrios entre os estados brasileiros. De modo que a partir dos anos 1960 é que passa a ter espaço na agenda do Estado as chamadas políticas de desenvolvimento regional.

Durante o século XX, o processo de concentração na Região Sudeste teve como centro a Região Metropolitana de São Paulo. Mesmo com a expansão da fronteira agrícola (Centro-Oeste) e as explorações minerais (Norte), a “integração produtiva” dos anos 1960-1980 corroborou para a concentração da Região Sudeste.

Os anos 1970 são caracterizados por um pequeno movimento de desconcentração industrial entre as regiões brasileiras, em que houve um aumento da participação das regiões menos desenvolvidas (NO, NE e CO). Vários são os fatores que podem ter contribuído para a desconcentração espacial da indústria, por exemplo, as deseconomias de aglomeração nas Região Metropolitana de São Paulo e o desenvolvimento de outras regiões industriais.

No primeiro caso, devido o congestionamento da área metropolitana de SP, as empresas foram para outras cidades em busca de vantagens competitivas. No segundo caso, houve instalação de polos industriais em outras regiões através dos planos governamentais: Norte (Zona Franca de Manaus); Nordeste (Recôncavo Baiano).

Para Pacheco (1998), houve uma fragmentação espacial no pós 1980, o autor faz alusão as potencialidades dinâmicas de certos setores industriais localizados, caracterizados por certa especialização e ligados a circuitos comerciais importantes. Para ele a dinâmica regional é resultado de duas forças complementares: “desconcentração progressiva no interior



do polígono desenvolvido” e o “surgimento de ‘ilhas de prosperidade’”, presentes nas regiões brasileiras.

Com relação a atividade industrial no Paraná, verifica-se que essa seguiu a mesma tendência do processo de desconcentração da indústria brasileira. Em meados da década de 1970 com a reestruturação produtiva no Brasil, foram criados novos mecanismos para estimular a produção agrícola e industrial, isso devido as novas exigências da acumulação do capital no país. O Brasil é caracterizado por uma integração produtiva que aconteceu de modo desigual no espaço econômico. Atribuem-se ao Paraná um caso de sucesso por agregar todas essas vantagens e conseguir, desde 1970, alavancar seu dinamismo produtivo (TRINTIN, 1993).

Remetendo-se ao passado histórico do Paraná é possível notar que sua ocupação esteve centrada na agricultura e, a partir de 1970, a economia cafeeira cedeu lugar às culturas de soja, milho, algodão, batata e trigo. As mudanças ocorridas no Brasil nesse período alteraram a economia paranaense resultando num perfil mais representativo e diversificado nas atividades produtivas. Essa reestruturação produtiva por qual passou o estado culminou com um padrão mais competitivo, devido a postura adotada no cenário internacional e brasileiro. Neste período verificou-se a intensificação da modernização da agropecuária, o alargamento do polo agroindustrial do estado e a instalação da indústria metal-metalúrgica na Região Metropolitana de Curitiba, a qual agrega as microrregiões de Cerro Azul, Lapa, Curitiba, Paranaguá e Rio Negro. Deste modo, as alterações verificadas no período acabaram por resultar numa divisão espacial com grandes diferenças socioeconômicas no território paranaense.

Essa modernização garantiu a inserção comercial do estado do Paraná em âmbito nacional e internacional. De acordo com Vasconcelos e Castro (1999), vários fatores permitiram o bom desempenho industrial no Paraná, entre eles: a existência de uma infraestrutura básica para atração das indústrias, bem como ferrovias, rodovia moderna, porto marítimo e energia elétrica; aparato institucional e mecanismos de incentivo a indústria; a existência de uma agricultura dinâmica contribuiu para a instalação dos setores agroindustriais.

O período de 1980 é caracterizado pelo esgotamento do padrão de financiamento brasileiro, tendo como principais consequências, uma elevada dívida externa, crise do Estado e elevação das taxas de inflação. Desse modo, a política econômica do país esteve atrelada ao controle da inflação e dívida externa, portanto, não existiram medidas que beneficiassem a indústria nacional no longo prazo. Diferentemente do que ocorria em âmbito nacional, o Paraná obteve um bom desempenho nesse período, conseguiu diversificar sua estrutura produtiva e enfrentou a nova realidade econômica do Brasil, inserindo de forma competitiva nesse novo cenário. No entanto, para grande parte da população paranaense, os anos 1980 foram de grandes dificuldades, devido a diminuição do emprego e do nível dos salários, e a carência de políticas sociais que pudessem minorar esses problemas.

A década de 1990 foi marcada por uma nova etapa de alteração da estrutura produtiva do Paraná, baseada no ingresso do polo automotivo, da acentuação da modernização da agropecuária, da intensificação do setor madeireiro e papelero e uma maior



difusão de atividades produtivas para novas áreas, que acabou por modernizar o espaço rural do estado. Este processo culminou com uma distribuição espacial que impulsionou as especificidades regionais, criando também cidades polos, tais quais: Curitiba, Londrina, Maringá, Cascavel, Foz do Iguaçu e polos secundários. Como afirmam Gonçalves Junior, Alves, Lima e Parré (2011):

De um lado, a indústria tradicional vai se consolidar de forma mais dispersa no interior do Estado, enquanto a indústria dinâmica e a não tradicional ficara localizada em áreas mais específicas do território paranaense. Enquanto as atividades primárias permanecerão dispersas no espaço regional, apresentando perfis diferenciados de especialização (GONÇALVES JUNIOR, ALVES, LIMA e PARRÉ, 2011, p.2).

Em síntese, ao longo das últimas décadas, a economia paranaense passou por fortes transformações na sua base produtiva, que foi alcançada mediante uma série de políticas de desenvolvimento regional para a modernização e dinamização do estado.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Para atingir o objetivo do artigo foi realizada uma pesquisa bibliográfica e documental. Nessas pesquisas foram consultados livros, artigos, documentos oficiais e relatórios governamentais de órgãos nacionais e internacionais. A revisão bibliográfica buscou investigar as contribuições das teorias de localização, além disso ressaltou-se a análise do economia do estado do Paraná.

Com relação aos dados secundários levantados na pesquisa, a principal fonte foi a base de dados da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) para os anos 2001 e 2011, de onde foram extraídos o número de empregos formais no setor da indústria de transformação.

A RAIS tem uma periodicidade anual, sendo coletada pelo Ministério do Trabalho e Emprego. A base possui um nível de desagregação setorial e espacial bastante elevada, o que possibilita sua utilização em estudos regionais que busquem verificar possíveis tendências de deslocamentos da atividade econômica, aglomerações de empresa, entre outras.

4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

4.1 DISTRIBUIÇÃO ESPACIAL DO EMPREGO FORMAL NA INDÚSTRIA DE TRANSFORMAÇÃO PARANAENSE

A distribuição do setor industrial no território paranaense ocorreu de forma similar ao verificado no país, ou seja, houve uma desconcentração espacial do setor da indústria de transformação nas últimas décadas. No entanto, tais mudanças abarcaram apenas as áreas



dotadas de recursos produtivos e de infraestrutura, como o caso das regiões metropolitanas, o que reforçou ainda mais o caráter desigual de distribuição das atividades.

Em 2001, o estoque de emprego formal na indústria paranaense foi de 372, 956 mil trabalhadores. Nota-se que em tal período, vinte municípios concentravam mais de 60% deste total. Destacam-se, Curitiba com 70,479 mil empregados na indústria, o que equivalia, aproximadamente, 19% do emprego total do setor. Depois da capital do estado do Paraná, destacam-se os municípios de Londrina (aproximadamente 18 mil) e Maringá (aproximadamente 17 mil). (Vide tabela 1).

TABELA 01- PRINCIPAIS MUNICÍPIOS EM NÚMERO DE EMPREGOS FORMAIS - INDÚSTRIA DE TRANSFORMAÇÃO- 2001

MUNICÍPIO	NÚMERO DE EMPREGOS	PARTICIPAÇÃO RELATIVA(%)
CURITIBA	70.479	18.9
LONDRINA	18.839	5.1
MARINGÁ	17.449	4.7
SAO JOSE DOS PINHAIS	15.347	4.1
PONTA GROSSA	11.376	3.1
ARAPONGAS	10.551	2.8
ARAUCARIA	9.194	2.5
TOLEDO	8.482	2.3
CASCABEL	8.203	2.2
APUCARANA	8.048	2.2
CAMPO LARGO	7.714	2.1
PINHAIS	7.626	2
GUARAPUAVA	6.491	1.7
COLOMBO	5.876	1.6
ROLANDIA	5.118	1.4
CIANORTE	4.845	1.3
CAMBE	4.550	1.2
UNIAO DA VITORIA	3.553	1
FRANCISCO BELTRAO	3.465	0.9
PARANAVAI	3.312	0.9
Total_Principais	230.518	61.8
Estado	372.956	100

FONTE: RAIS/MTE. ELABORAÇÃO PRÓPRIA



TABELA 02 - PRINCIPAIS MUNICÍPIOS EM NÚMERO DE EMPREGOS FORMAIS- INDÚSTRIA DE TRANSFORMAÇÃO- 2011

MUNICÍPIO	NÚMERO DE EMPREGOS	PARTICIPAÇÃO RELATIVA (%)
CURITIBA	106.305	15.7
SAO JOSE DOS PINHAIS	37.372	5.5
LONDRINA	27.499	4.1
MARINGA	26.934	4
CASCADEL	18.790	2.8
ARAUCARIA	18.277	2.7
ARAPONGAS	17.439	2.6
TOLEDO	17.171	2.5
PONTA GROSSA	15.746	2.3
APUCARANA	13.995	2.1
PINHAIS	13.610	2
COLOMBO	10.563	1.6
ROLANDIA	10.287	1.5
CAMPO LARGO	9.845	1.5
CIANORTE	9.147	1.3
CAMBE	8.322	1.2
FRANCISCO BELTRAO	7.427	1.1
GUARAPUAVA	6.708	1
UMUARAMA	6.594	1
PATO BRANCO	6.267	0.9
TELEMACO BORBA	5.822	0.9
CAFELANDIA	5.716	0.8
QUATRO BARRAS	5.393	0.8
PARANAVAI	5.317	0.8
MEDIANEIRA	5.168	0.8
CARAMBEI	5.057	0.7
COLORADO	4.911	0.7
DOIS VIZINHOS	4.491	0.7
PARANAGUA	4.438	0.7
TAPEJARA	4.395	0.6
SARANDI	4.140	0.6
UNIAO DA VITORIA	4.084	0.6
Total Principais	447.230	66
Estado	677.810	100

FONTE: RAIS/MTE. ELABORAÇÃO PRÓPRIA

Após um período de dez anos, em 2011, houve um registro de 677.810 mil trabalhadores no setor. No entanto, trinta e dois municípios concentravam mais de 65% dos empregos formais industriais, tal resultado pode mostrar uma melhor distribuição do emprego no espaço paranaense (Tabela 2). Curitiba continuou como a cidade maior empregadora,



apesar de ter diminuído sua participação relativa em 3,2%. Em 2011, a capital paranaense respondeu por 15,7% dos empregos formais na indústria, que equivale a 106,305 mil indivíduos. São José dos Pinhais (37,372 mil), Londrina (27,499 mil) e Maringá (26,934 mil) se destacaram ao lado de Curitiba com as maiores quantidades de trabalhadores no setor.

Como salienta PIANCENTI (2009), os investimentos feitos no pós 1990 reforçaram a concentração industrial na mesorregião Metropolitana de Curitiba. O autor também chama atenção que nesse processo foram importantes, os investimentos realizados nas atividades de petróleo no município de Araucária, como também os investimentos em montadoras de automóveis, como a Renault, que se instalou no município de São José dos Pinhais. Além disso, o autor destaca que o único segmento industrial que conseguiu se interiorizar foi o de alimentação.

Nesse sentido, os dados indicam que apesar da melhor distribuição dos empregos da indústria de transformação no período de análise, esta ocorreu de forma bastante limitada e os municípios que lideravam os números de empregos formais no setor industrial ainda se concentram naqueles que, ao longo dos anos, vem se sobressaindo na geração de empregos. Destacam-se a capital paranaense, Curitiba e sua Região Metropolitana. Dessa forma, a implementação de políticas públicas que possam descentralizar e promover a interiorização das indústrias torna-se algo essencial para melhorias no desenvolvimento do estado.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho teve como objetivo principal analisar a dinâmica espacial dos setores econômicos, com ênfase no setor da indústria no estado do Paraná. Ilustrando as mudanças e tendências espaciais no que concerne o comportamento do emprego formal no estado.

Os resultados mostraram que a distribuição do setor industrial no território paranaense ocorreu de forma similar ao verificado no país, ou seja, houve uma desconcentração espacial do setor da indústria nas últimas décadas. No entanto, tais mudanças abarcaram apenas as áreas dotadas de recursos produtivos e de infraestrutura, como o caso das regiões metropolitanas, o que reforçou ainda mais o caráter desigual de distribuição das atividades.

Muitos são os desafios para viabilizar a difusão dos impulsos gerados nas regiões ditas “centrais” para as regiões mais pobres. Nota-se que apenas identificar as aglomerações em uma determinada região e criar políticas para o desenvolvimento regional não irá, necessariamente, reverter o problema das desigualdades regionais no país. Verifica-se que a política nacional deve estar primordialmente relacionada com as especificidades de cada região. Em síntese, a heterogeneidade intrínseca do setor industrial faz emergir a necessidade de fomentar políticas urbanas que potencializem o setor nas mais variadas regiões com menor dinamismo, possa reverter sua realidade de desequilíbrio geográfico existente.

REFERÊNCIAS

AZZONI, C.R. **Indústria e reversão da polarização no Brasil**. São Paulo: IPE-USP, 1986.



- BENKO, G. **A Ciência Regional**. Oeiras (PO), 1999.
- BREITBACH, A.C. M. **Estudo sobre o conceito de região**. Porto Alegre, Fundação de Economia e Estatística Siegfried Emanuel Heuser, 1988.
- CAVALCANTE, L.R. Produção teórica em economia regional: uma proposta de sistematização. **Revista brasileira de estudos regionais e urbanos**, v. 2, p. 9-32, 2008.
- CLEMENTE, A. **Economia Regional e Urbana**. Editora Atlas S.A, São Paulo, 1994.
- EATON B, LIPSEY R (1981). **An economic theory of central places**. *Econ J* 92:56–72. doi:10.2307/2232256.
- FERREIRA, C.M.C. As teorias de localização e organização espacial da economia. In: HADDAD, P. R. (Org). **Economia Regional: Teorias e Métodos de Análise**. Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil. ETENE, 1989.
- FUJITA, M. Thunen and the New Economy Geography. In: **Regional Science and Urban Economics** 42 (2012) 907–912. Elsevier. 2012.
- GONCALVES JUNIOR, C. A.; ALVES, L. R.; LIMA, J. F.; PARRÉ, J. L. **Dinamismo do emprego no estado do Paraná: um estudo utilizando a variação líquida total entre 2005 a 2009**. In: VIII Encontro Paranaense de Economia, 2011, Maringá. VIII ECOPAR. Maringá: UEM, 2011.
- HADDAD, P. R.; ANDRADE, T. A.; Métodos de Análise Regional. In: HADDAD, P. R. (Org). **Economia Regional: Teorias e Métodos de Análise**. Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil. ETENE, 1989.
- HIRSHMAN, A. O. Interregional and international transmission of economic growth. In: **The strategy of economic development New Haven**, Yatt Universit Press, 1958. p. 183-204.
- MARSHALL, Alfred (1985). **Princípios de economia**: volume 1. São Paulo: Nova Cultural.
- MYRDAL, Gunnar- **Teoria Econômica e Regiões Subdesenvolvidas**- RJ- SAGA, 2ª Ed., 1968.
- OTTAVIANO G I P, THISSE J-F, 2004, "New economic geography: what about the N?" **Environment and Planning A** 37(10) 1707 – 1725.
- PIACENTI, C. A. **O potencial de desenvolvimento endógeno dos municípios paranaenses**. Curitiba, Pr: Camões, 2012.
- PACHECO, Carlos Américo. **Fragmentação da Nação**. Campinas: UNICAMP. IE, 1998.
- RAIS (2012). Relatório Anual de Informações Sociais. Ministério do Trabalho e do Emprego.
- SANTOS, M. **Economia espacial**. São Paulo: Edusp, 2003.
- TRINTIN, J. G. **História e Desenvolvimento da Economia Paranaense: Da Década de Trinta a Meados dos Anos Noventa do Século XX**. p. 02-17. Disponível em: <<http://www.fee.tche.br>> Acesso em: 10 de junho de 2016.



VASCONCELOS, J. R. de (Coord.); CASTRO, D. **Paraná: economia, finanças públicas e investimentos nos anos 90.** Brasília: IPEA, Texto para Discussão, n. 624, 1999.

Recebido em 29/07/2016
Aprovado em 10/08/2016



ESTRATÉGIAS DE DESENVOLVIMENTO AOS PAÍSES EMERGENTES: Algumas Perspectivas a partir da Década de 1980

DEVELOPMENT STRATEGIES FOR EMERGING COUNTRIES: Some Perspectives from the 1980s

Andréia Rafaela Martins Silva Andrade*

RESUMO

As chamadas regiões periféricas do globo, que principalmente entre as décadas de 1950 e 1960, adotavam um discurso de não subserviência aos países que estavam no centro das relações internacionais, viram-se, a partir da década de 1980, numa condição delicada no que se refere à forma de condução do progresso técnico em suas regiões. Desse modo, a partir de uma análise histórica, política e econômica, sobretudo a partir da década de 1980, o presente artigo busca abordar os principais entraves e possíveis soluções encontradas pelos países emergentes - principalmente países da América Latina e Leste Asiático - para alcançarem maior ritmo de desenvolvimento, de industrialização e inserção internacional, principalmente a partir da década mencionada. Para isso, foram utilizados argumentos de alguns autores, os quais buscaram trazer diferentes perspectivas e abordagens à questão, como João Manuel Cardoso de Mello, Ha-Joon Chang, Yilmaz Akyüz e Alice Amsden. Finalmente, à luz da década de 1980, e com o advento de ideais neoliberais, um novo cenário internacional surge e aos chamados países emergentes são apontados diversos desafios; para eles, cabe adotarem novas estratégias, para que, assim, possam se inserir de forma muito mais relevante nas relações internacionais.

Palavras-chave: desenvolvimento, estratégias, industrialização, países emergentes.

ABSTRACT

The so-called peripheral regions of the globe, mainly between the 1950s and 1960s, adopted a non subservience speech to countries that were at the center of international relations, is seen from the 1980s, in a delicate condition in which It refers to the technical progress driving way in their regions. Thus, from a historical analysis, political and economic, especially from the 1980s, this article seeks to address the main obstacles and possible solutions found by emerging countries - especially Latin America and East Asia - to achieve greater pace of development, industrialization and international integration, particularly from the mentioned decade. For this, arguments have been used some authors that sought to bring different perspectives and approaches to the issue, as João Manuel Cardoso de Mello, Ha-Joon Chang, Yilmaz Akyüz and Alice Amsden. Finally, in the light of the 1980s, and with the advent of neoliberal ideals, a new international scenario arises and the so-called emerging countries are singled out several challenges; for them, it is adopting new strategies so that they can be inserted in a much more relevant way in international relations.

Key words: development, strategies, industrialization, emerging countries.

* Acadêmica de Relações Internacionais pela FACAMP – Faculdades de Campinas. E-mail: andreia.rafaela.andrade@gmail.com



1. Introdução: breve histórico e transformações no modo de condução do processo de desenvolvimento da periferia global

Em meados das décadas de 1950 e 1960, esteve no auge discussões e debates acerca do desenvolvimento e alcance do progresso técnico, principalmente em países chamados periféricos. São estes países que, até o momento, não haviam experimentado plenamente as transformações advindas das revoluções industriais e que ainda estavam condicionados a um papel de coadjuvante em sua forma de inserção no cenário internacional (MANTEGA, p.34).

A título de exemplo, na América Latina, as discussões ocorreram principalmente no âmbito da Comissão Econômica para América Latina¹ (CEPAL), uma comissão regional da Organização das Nações Unidas (ONU). Contudo, essas discussões não estiveram somente restritas à América Latina. Pelo contrário, os debates cepalinos, desde o seu início, causavam grande furor a nível internacional, justamente por se opor aos postulados liberais que eram a base para o comércio internacional, postulados esses instituídos pelas economias centrais. Intelectuais e representantes da América Latina levavam seus questionamentos e pontos de vistas às conferências internacionais e buscavam o estabelecimento de mecanismos que pudessem facilitar ou contribuir para o processo de desenvolvimento e industrialização latino-americano (MANTEGA, 1984, p.34).

A partir de comissões regionais como a CEPAL, disseminou-se a ideia de nacional-desenvolvimentismo, a qual influenciou o pensamento latino-americano e outras regiões que se mostravam à margem do progresso técnico. Para galgar passos importantes rumo ao desenvolvimento, era preciso inserir a participação do Estado na economia por meio do planejamento global, de modo a facilitar o advento da industrialização desses países. Nesse sentido, o desenvolvimentismo não se limitou às fronteiras da produção teórica acadêmica, mas enveredou para o campo da política econômica e do planejamento governamental, inspirando a formulação de “planos de desenvolvimento” (MANTEGA, 1984, pp.33-35).

Mas já partir da década de 1980, é possível observar profundas transformações no cenário internacional, as quais promoveram impactos em suas mais variadas proporções em todo o mundo. Após uma década de 1970 repleta de acontecimentos, como os dois choques do petróleo (1973 e 1979) e o choque dos juros, também em 1979, a década de 1980 se inicia com o advento dos chamados ideais neoliberais, que traziam consigo novas perspectivas nos âmbitos político, econômico e social, em que alguns países puderam experimentar os benefícios desse novo momento (PALMA, 1997, pp. 403-410).

Também conhecido como Globalização, esse período caracterizou as transformações, por exemplo sobre a estrutura econômica e social de muitos países. Caracterizado como um ator central nas relações internacionais, principalmente a partir do pós – guerra, os Estados Unidos, então, puderam consolidar sua hegemonia no cenário internacional, caracterizando-se como o então principal promotor de tais mudanças que surgiam. Com o estabelecimento da chamada Diplomacia do Dólar Forte,

¹ Apenas na resolução 1984/67, de 27 de julho de 1984, decidiu-se que a Comissão passaria a se chamar Comissão Econômica para América Latina e o Caribe.



o país, além de promover uma abertura das economias, a liberação financeira e um encurtamento do Estado nas manobras econômicas a um nível global, lançou seus investimentos, a partir de então, ao mercado da tecnologia (microcomputadores, informática, fibra ótica, dentre outros), onde pode consolidar sua economia e também sua hegemonia.

Sobre esse aspecto, cabe ressaltar, no entanto, que nem todos os países puderam experimentar tais benefícios de forma equinome. Pelo contrário, muitos foram limitados a condição de reféns desse momento de adventos de políticas econômicas neoliberais e as diferenças que já eram exorbitantes entre as populações desses países – em termos políticos, econômicos e sociais – somente se agravaram. Justamente esse projeto, que prometia promover maior igualdade entre os países e também maior desenvolvimento (PALMA, 1997, pp.403-410).

À luz da década de 1980, os chamados países periféricos, que são aqueles países em desenvolvimento responsáveis, principalmente, pela produção e exportação de matéria-prima e outros produtos de baixo valor agregado, começaram a perder ou ter seu espaço reduzido no cenário internacional. Desse modo, esses países periféricos viram as possibilidades de modernização de seus parques industriais se tornarem cada vez menores e limitadas, de modo que se tornava cada vez mais difícil pensar em uma indústria que pudesse fazer frente à indústria do centro desenvolvido (PALMA, 1997, pp. 403-410).

A partir de então, era preciso elaborar novas estratégias de inserção nas relações internacionais de forma relevante, levando sempre em consideração as limitações e debilidades existentes entre esses países periféricos para, então, saber lidar com elas em um cenário internacional que, cada vez mais, limita a ascensão de novas economias desenvolvidas. Ademais, era preciso encontrar, para além das causas do subdesenvolvimento, formas de superar tal condição e, assim, definir estratégias cada vez mais elaboradas e eficientes, capazes de lançarem os países periféricos rumo ao desenvolvimento (MANTEGA, 1984, pp.33-35).

Portanto, com base em alguns grandes autores, responsáveis por trazer uma abordagem acerca dos desafios enfrentados por esses países periféricos a partir da década de 1980, serão apresentadas algumas alternativas a eles, para que possam se inserir de forma mais dinâmica e captar maiores benefícios desse novo momento nas relações internacionais. Ademais, serão apresentadas as principais iniciativas adotadas por alguns países, para além da América Latina, como o Leste Asiático, já a partir da década de 1980.

2. América Latina e Leste Asiático: uma análise sobre as causas e formas de superar o subdesenvolvimento

Com base no livro *Chutando a Escada*, de Ha-Joon Chang, é possível apresentar alguns dos principais entraves para a superação do subdesenvolvimento em diversos países. Ademais, também é possível apresentar um resgate histórico acerca da forma como se deu o desenvolvimento de países que hoje compõem o centro das relações econômicas internacionais e comparar com aqueles países considerados periféricos e



que almejam maior espaço nessa dinâmica econômica a nível global (CHANG, 2004, pp.11-14).

Ao se referir ao termo “chutando as escadas”, Chang faz uma referência a um importante economista alemão, Friedrich List, o qual defendia a necessidade de haver um protecionismo sobre aqueles países que logram o desenvolvimento a partir, principalmente, do estabelecimento e consolidação de sua indústria nascente. No entanto, quando Chang se propõe a analisar os países em desenvolvimento, os quais têm buscado a oportunidade de se desenvolver, estes deparam com diversos tipos de pressões oriundas dos países desenvolvidos. No entanto, ao apresentar uma análise histórica sobre os primórdios do processo de industrialização de países como Inglaterra e Estados Unidos, Chang argumenta que estes países praticaram inicialmente medidas protecionistas e que somente após estabelecerem uma forte indústria é que promoveram comércios mais abertos. Tal protecionismo era uma clara forma de defesa de suas empresas antes de serem lançadas ao mercado competitivo. A promoção do livre comércio por esses países desenvolvidos seria o meio para impedir que os países em desenvolvimento alcançassem o mesmo patamar de desenvolvimento (CHANG, 2004, pp.11-14).

Até a chegada de década de 1980, o que se promovia nas regiões periféricas globais, como, por exemplo, na América Latina e Leste Asiático, eram políticas econômicas voltadas ao forte desenvolvimento econômico em que o Estado seria o gerenciador de tais políticas, além de promotor da industrialização por substituição de importação. No Brasil, por exemplo, desde a década de 1960, vinha se moldando uma forte discussão política; o país caminhava rumo à construção de seu *status* de país urbano-industrial. Havia uma corrente teórica desenvolvimentista responsável por defender a forte intervenção do Estado na economia para implementar a industrialização no Brasil. É interessante destacar que tais ideais não eram apenas vistos no Brasil, mas em grande parte da América Latina, uma vez que um dos principais promotores de tais ideias era a Comissão Econômica para a América Latina, a CEPAL, uma das mais importantes comissões regionais da Organização das Nações Unidas (ONU). Foi em grande parte a CEPAL quem forneceu essa teoria do desenvolvimentismo e exerceu forte influência no pensamento latino-americano, além de ter forte participação na elaboração dos planos de governo de diversos países latino-americanos, de forma a explicar o atraso da América Latina em relação aos chamados centros desenvolvidos (MANTEGA, 1984, p.35). Daí a importância da análise econômica e das receitas de desenvolvimento elaboradas pela CEPAL, que se constituíram na espinha dorsal do desenvolvimentismo. Contudo, ao se iniciar a década de 1980, instala-se um novo cenário sobre os países em desenvolvimento. Este cenário, no entanto, ganha diferentes características entre esses países. Dentre as regiões em destaque estão a América Latina e o Leste Asiático.

De acordo com Palma (1997, p.401), as políticas econômicas estabelecidas nessas duas regiões desde a década de 1960 geraram diferentes efeitos. No Leste Asiático, elevou-se o percentual de exportações de produtos manufaturados na composição do Produto Interno Bruto (PIB). No caso da América Latina, essas políticas econômicas, já em meados da década de 1970 e mais especificamente durante o primeiro choque do petróleo em 1973, fez com que os níveis de exportações fossem reduzidos pela metade comparada à década de 1950 na composição do PIB.



No ano de 1982, o que se tem na América Latina é um cenário de endividamento externo, de modo que a região foi obrigada a reconfigurar a condução de suas políticas econômicas de viés desenvolvimentista. Assim, a América Latina abandonou sua industrialização por substituição de importação e abriu espaço para um processo de liberalização da economia desses países. A partir desse momento, é possível observar os rumos diferentes que seriam tomados pela América Latina e pelo Leste Asiático, que até então caminhavam a passos similares. Sobre esse ponto, Palma destaca em seu texto que “*a nova ortodoxia latino-americana revelou-se, porém, de natureza bem diversa daquela que havia surgido nos países industrializados não-Anglo-saxões e nas outras regiões do Terceiro Mundo, particularmente o Leste Asiático*” (PALMA, 1997, p.405).

É nessa década de 1980 que surge o neoliberalismo e os países desenvolvidos constroem projetos de desenvolvimento para os países que não finalizaram seu processo de desenvolvimento, como o Consenso de Washington. Este, por sua vez, propunha o liberalismo do mercado produtivo e financeiro; reformas trabalhistas, privatizações, investimento fiscal, intercâmbio de capital humano, entre outros. A partir de então, a América Latina passa a sofrer uma série de choques negativos, o que torna a região extremamente vulnerável e com um alto déficit em transações correntes e uma alta dívida externa. Palma destaca alguns aspectos que claramente contribuíram para que esse choque se agravasse ainda mais, dentre eles o choque dos juros em 1979, o fim das relações de trocas dos países não exportadores de petróleo no fim dos anos 1970 e também o fim do crédito voluntário à América Latina logo em 1982. O que foi proposto à região foi um verdadeiro ajuste macroeconômico interno e externo e a já mencionada mudança no pensamento econômico local, o que somente foi possível devido à fragilidade econômica que a região enfrentava no momento (PALMA, 1997, p.406).

Sobre esses países em desenvolvimento, recaiu a responsabilidade de evitar os problemas de fuga de capital, diminuir os índices de inflação e remover a recessão desses países. Previa-se também um afastamento das medidas de desenvolvimento implementadas em períodos anteriores, diferentemente do que houve no Leste Asiático. Nessa região, de fato houve algumas reformas, mas desde meados da década de 1960, a região buscou estabelecer uma integração das economias dos países que compõem a região através da divisão do trabalho. O que foi adotado dentre esses países asiáticos foi um tipo de vantagens comparativas endogenamente geradas através da criação de um ambiente institucional para garantia do padrão denominado de “gansos voadores”, termo este que significa a transferência de tecnologia do Japão aos demais países do Leste Asiático. Afinal, durante a década de 1980, o Japão representava a principal economia da região e com elevados índices de crescimento. Esse padrão de “gansos voadores” favoreceu em muito as economias desses países asiáticos, pois proporcionou o aumento de salários e também de produtividade. Ademais, a região também realizou elevados investimentos e poupança, o que era uma condição muito importante para o enobrecimento das exportações. Assim, os países do Leste Asiático, ainda que tenham passado por momentos de crises na década de 1980, foram capazes de se recuperar com poucos impactos nesse período, diferentemente do que ocorreu com a América Latina, que em sua história vê essa década como “a década perdida” (PALMA, 1997, p.407).

A partir desse cenário de elevada instabilidade pairando sobre esses países latino-americanos, os países desenvolvidos passaram a afirmar que a única forma de promover o desenvolvimento desses países periféricos é por meio da adoção de políticas



e instituições. Sobre esse aspecto, Chang claramente faz uma referência ao Consenso de Washington, o qual estabeleceu uma cartilha de recomendações aos países em desenvolvimento para que pudessem consolidar suas indústrias. Assim, previa-se a defesa do direito de propriedade, inclusive intelectual (direitos de patentes, por exemplo); a democracia; a governança corporativa; instituições de bem-estar social e de direitos trabalhistas; um Banco Central independente; leis de sociedade anônimas bem claras; lei de falência; leis que permitissem competições de indústrias; e uma instituição que regulasse o mercado de capitais. Essas políticas foram chamadas de “*good policies*”. Somente por meio de tais instituições que esses países em desenvolvimento poderão, de fato, alcançar o status de economias desenvolvidas (CHANG, 2004, p.11-14).

Essas instituições tinham como argumento que o que havia sido feito pelos países em desenvolvimento até aquele momento estava errado e que uma nova postura precisava ser adotada, se realmente o objetivo desses países fosse lograr maiores taxas de desenvolvimento e atingir uma indústria madura e competitiva. De acordo com o Consenso de Washington, mais especificamente de acordo com o Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional (FMI), foram estabelecidos preços determinados pela lei de oferta e procura, ou seja, a lei do mercado. Países como o Brasil adotaram grande parte das medidas propostas pelo Consenso e teve que se submeter às condicionalidades estabelecidas. Sobre essas instituições, Chang as identifica como uma consequência do desenvolvimento e não um meio para se alcançar o desenvolvimento, tal como afirmam o Banco Mundial e o FMI. Na verdade, o Consenso de Washington não gerou o resultado esperado (FONTES).

Diversos autores destacam alguns pontos que seriam essenciais para que houvesse uma nova guinada nas economias consideradas emergentes. Chang acredita que estes países devem fazer conforme fez o Leste Asiático. Os asiáticos identificaram que o entrave maior para o desenvolvimento estava vinculado ao balanço de pagamentos, devido aos maiores índices de importação do que exportação, o que tem a ver com o momento de industrialização para a compra de máquinas. O Leste Asiático fez a industrialização por substituição de importações, mas com metas voltadas para o comércio exterior também. O Japão, por exemplo, recorreu ao banco de investimentos do país e deveria cumprir metas de exportação para continuar a receber o suporte desse banco. Nota-se, portanto, que há uma burocracia de alto nível administrando esse desenvolvimento, em que empresas são encaminhadas para competirem no mercado internacional, com metas estabelecidas pelo Estado. Se a América Latina se propor a realizar algo similar, espera-se que consiga alcançar importantes níveis de desenvolvimento (CHANG, 2004, pp.11-14).

Para Akyüz, a participação dos países em desenvolvimento nas redes internacionais de produção, atraindo investimento externo direto tem um impacto positivo no balanço de pagamentos, porém, o oposto pode acontecer, caso os bens e serviços produzidos forem comercializados no mercado interno. Ademais, o autor apresenta como uma prática que beneficiaria os países em desenvolvimento é o protecionismo. Entretanto, ele diz que tal prática não é viável, pois o aumento da concorrência, que levaria a medidas protecionistas, seria melhor tratado por políticas macroeconômicas e estruturais, a fim de acelerar o crescimento e reduzir o desemprego. Os produtos manufaturados intensivos em mão-de-obra produzidos pelas economias em



desenvolvimento de maior porte (China e Índia, por exemplo), para evitar dificuldades, devem maximizar as formas de utilização das fontes domésticas de crescimento (AKYÜZ, 2005, pp.42-46). Akyüz também destaca o fortalecimento dos laços econômicos regionais. Com tal atitude, os países do Sudeste Asiático e América do Sul seriam beneficiados com acordos regionais para atingirem suas metas de desenvolvimento através de um mercado integrado. Akyüz afirma que

O principal desafio de política econômica com que se defronta a maioria dos países em desenvolvimento é a construção de uma base industrial diversificada e sólida como elemento-chave para o desenvolvimento, assim como a canalização das forças básicas do comércio internacional e do investimento estrangeiro direto para esse objetivo. Em geral, a mudança do padrão de dependência da produção e exportação de produtos primários para bens industriais tem sido considerada uma forma de participação mais efetiva na divisão internacional do trabalho. Espera-se que os produtos manufaturados ofereçam melhores perspectivas de ganhos nas exportações, não apenas por permitirem a expansão da produção e um crescimento mais rápido da produtividade, mas também por representarem uma promessa de maior estabilidade dos preços, mesmo quando aumentam os volumes, evitando-se assim a deterioração dos termos de troca que tem frustrado os esforços de desenvolvimento de muitas economias dependentes de produtos primários. (AKYÜZ, 2005, p.41).

Para Amsden (2000, pp.1-8), a tecnologia se caracteriza como elemento condicional para o desenvolvimento desses países emergentes. Somente o investimento direto externo não é o suficiente. Ela fala acerca de janelas de oportunidades, as quais surgem de acordo com os ciclos tecnológicos. Aos países em desenvolvimento, cabe ficarem atentos à estas janelas para que possam ingressar e se anteciparem às oportunidades que surgirem. Esses ciclos possuem como característica o alto conhecimento científico e baixo *know how* e baixo investimento. Esses níveis de investimento somente se expandem na fase de maturação do ciclo. Para adentrar nessas oportunidades, Amsden também destaca o papel fundamental do Estado, o qual seria responsável pela criação de um sistema nacional de informação e pólos de estudos nesses países que querem ter parte nesse ciclo. Mais do que o Estado atuante, é preciso que Estado e mercado caminhem juntos rumo às inovações tecnológicas, de modo a aprimorá-las ou, de fato, incorporar novas tecnologias.

3. Considerações finais

A partir das informações contidas nesse artigo, é possível concluir que o crescimento econômico a nível global, com todas as suas características, passa por diversos momentos de volatilidade em sua forma de organização e condução em toda a sua história. Há aqueles períodos de grande crescimento, em que muitos países conseguem se beneficiar e, assim, obterem mais recursos para o seu crescimento e para seus avanços em termos de progresso técnico, indústria e o próprio bem-estar social de



sua população, assim como também há momentos em que o crescimento e desenvolvimento se mostra mais lento ou até mesmo apresenta um crescimento negativo.

No entanto, também se percebe que nem todos esses países conseguem se beneficiar nas mesmas proporções; há aqueles que conseguem lançar mão de uma considerável fatia dentre esses benefícios e, deste modo, conseguem construir maiores condições de desenvolvimento e estabelecer certa hegemonia frente aos demais países. Com esse cenário, em que paulatinamente se torna mais difícil pensar em um equilíbrio entre os países ou um acesso mais igualitário em termos de distribuição de renda, industrialização e desenvolvimento, torna-se evidente que há uma verdadeira divisão entre esses países. De um lado, há os chamados países periféricos, que tendem a ter uma economia fortemente dependente das oscilações dos países ricos e pouca ou nenhuma autonomia para conduzir suas respectivas políticas econômicas, proporcionando-lhes a condição de exportadores de matérias-primas como grande parte de sua pauta comercial, além de diversos problemas de cunho político e social. Do outro lado, no entanto, há os chamados países centrais, que possuem um contexto político, econômico, social e militar fortificados, além de grande autonomia sobre a forma de condução de suas políticas econômicas, sendo estas responsáveis por surtir efeitos na periferia global. Ademais, esses chamados países centrais são aqueles que conseguem abraçar uma importante fatia na esfera industrial e tecnológico, caracterizando-se, por isso, como os principais exportadores de manufaturados e detentores de tecnologia. Tais características lhes permitem obter condições mais igualitárias internamente e melhores distribuições de renda, em detrimento da periferia subdesenvolvida.

Essas condições desiguais de desenvolvimento puderam vir à tona com mais afinco a partir das revoluções industriais, responsáveis pela geração de todo desenvolvimento, progresso técnico e crescimento econômico. Atraiu-se a esses avanços diversos entraves, como os próprios problemas sociais, as desigualdades entre países e também as críticas quanto à forma que esses benefícios advindos com essas revoluções se difundem pelo mundo. Essas críticas nasceram, principalmente, a partir das nações que menos se beneficiaram nesse processo, e foi a partir da segunda metade do século XX – sobretudo nas décadas de 1950 e 1960 – que essas críticas ganharam mais fôlego e força através de organismos e comissões de caráter internacional, como a CEPAL, comissão regional das Nações Unidas na América Latina.

Mas não somente a América latina se via à margem desse progresso. O Leste Asiático não se viu integrado a esse processo, de modo que para a região somente lhe restou uma condição de subserviência no cenário internacional em relação aos países que estavam no centro das relações internacionais. Desse modo, era preciso que esses países – os periféricos – adotassem uma nova postura frente a esses desafios impostos para a condução de seus respectivos processos de industrialização e desenvolvimento. Afinal, se realmente estavam dispostos a consolidarem suas economias, era preciso que novas estratégias de desenvolvimento fossem adotadas, de modo a alcançar seus respectivos objetivos. A percepção de grande parte desses países periféricos é que somente com a participação do Estado como principal condutor de políticas econômicas é que seria possível galgar importantes passos rumo ao desenvolvimento.

À luz da década de 1980, o cenário internacional mais uma vez muda após várias crises e novos desafios se instalam. Para os países subdesenvolvidos, restam-lhes pensar



em novas estratégias de inserção internacional, uma vez que com o advento dos ideais neoliberais e a vinda da chamada Globalização, a participação do Estado como um ator que intervém na economia era visto como algo que impedia a autonomia do crescimento desses países, sendo necessário afastar todo entrave às forças de mercado.

A partir daí, essas regiões – América Latina e Leste Asiático, principalmente – passaram a estabelecer seus planos para que, assim, lograssem melhores condições de crescimento e expansão de suas economias, bem como maior inserção das decisões internacionais e mais fôlego em seu processo de consolidação, modernização e condução de suas economias. Para alguns autores, esse é um verdadeiro divisor de águas no que se refere à forma como essas regiões serão inseridas no cenário internacional. A década de 1980 chega e, de um lado, nasce uma América Latina mergulhada numa profunda crise e que de tão frágil, rende-se à cartilha de condicionalidades gerada pelo Consenso de Washington. A região se rende às “propostas” de diversos organismos multilaterais, o que, segundo Cardoso de Mello “*implica em transformar o continente num mercado cativo para as exportações norte-americanas e num território de expansão para os seus capitais, concentrados, em geral nas privatizações dos serviços de utilidade pública*” (1997, p.22). Já do outro lado, há o Leste Asiático, que através de estratégias de integração, por exemplo, consegue adquirir força, o que lhe permite obter maior autonomia e resultados positivos quanto ao seu processo de industrialização, desenvolvimento e integração ao sistema.

Por fim, várias estratégias foram pensadas para esses países na década de 1980 a partir de alguns autores, como a adoção de medidas protecionistas, a afim de protegerem seus respectivos comércios, dando força à indústria nascente; vantagens comparativas endogenamente geradas e o sistema de “gansos voadores” desenvolvido no Leste Asiático; o fortalecimento de laços econômicos regionais e maior participação nas redes globais de produção, de modo a atrair mais investimento direto externo; por último, cabe também a esses países alcançarem maiores níveis de desenvolvimento tecnológico e aproveitam as chamadas janelas de oportunidades. Para os autores, medidas como essas garantiriam a esses países maior autonomia em suas economias e também maior poder de decisão na agenda internacional; seria essa a forma mais adequada a estes países para ganharem força e galgarem passos rumo ao desenvolvimento e à promoção de um equilíbrio entre nações, o que os tiraria das margens do crescimento e dos avanços em todas as esferas: econômicas, políticas e sociais.

REFERÊNCIAS

AKYUZ, Y. “Impasses do Desenvolvimento”. In: **Novos Estudos**, nº72, 2005. Disponível em: <http://novosestudos.org.br/v1/files/uploads/contents/106/20080627_impasses_ao_desenvolvimento.pdf>. Acesso em: 5.nov.2015.

AMSDEN, A. “High-level Round Table on Trade and Development: Directions for the Twenty-first Century”. In: **United Nations Conference on Trade and Development** (UNCTAD), 2000, pp. 2-33. Disponível em: <http://unctad.org/en/Docs/ux_tdxrt1d13.en.pdf>. Acesso em: 5.nov.2015.



MANTEGA, G. *A Economia Política Brasileira*. São Paulo: Poli/Vozes, 1984, pp. 32-41.

CHANG, H.J. *Chutando a escada: a estratégia do desenvolvimento em perspectiva histórica*. São Paulo: Ed. UNESP, 2004, pp. 11-14

MELLO, J. M. C. de. “Prólogo”. In: TAVARES, M.C. e FIORI, J.L. (Orgs.). *Poder e dinheiro: uma economia política da globalização*. Petrópolis: Vozes, 1997. pp. 15-24.

PALMA, G. “Gansos Voadores e Patos Vulneráveis”. In: TAVARES, M.C. e FIORI, J.L. (Orgs.). *Poder e dinheiro: uma economia política da globalização*. Petrópolis: Vozes, 1997. pp.403-410.

Recebido em 29/03/2016
Aprovado em 27/07/2016



REVISTA ORBIS LATINA
ISSN: 2237 6976



ESPAÇO CULTURAL



LA FRONTERA

Lisete Barbosa*

Um conjunto infinito de misturas
Que se transforma num universo
De luzes, cores e magia.
Onde nos levam estas fronteiras?
Bom seria a extinção
Assim como o amor, o vento que sopra sem pedir licença
Invade nossas casas e vai até os confins da terra

Pagamos um alto preço alto demais
Criando barreiras invisíveis
Os conflitos de estendem e extenuam
Atingem os que mais frágeis
Dividem as pessoas, numa imensa cratera entre pobres e ricos

Se os territórios seguissem os caminhos do céu
Sem limites ou fronteiras
Como as estrelas brilhantes, livres no seu fulgor
Se extinguissemos as fronteiras entre adultos e crianças,
seríamos livres para sonhar, sem o medo que nos persegue e aprisiona
nos tortura como se cometêssemos um crime, maltratando nossa consciência.
O que somos agora? Onde resgataremos nossa alma? Qual terra foi plantada a nova
semente do amor? Em que país pulsa os corações valentes?

*Recebido em 02/08/2016
Aprovado em 10/08/2016*

* Poetisa. Formada em Ciências Econômicas – Economia, Integração e Desenvolvimento pela Universidade Federal da Integração Latino-Americana. E-mail: lisete.barbosa@aluno.unila.br



ORIENTAÇÃO AOS COLABORADORES E NORMAS PARA PUBLICAÇÃO

A *Revista Orbis Latina* está aberta a colaborações de pesquisadores de qualquer parte do planeta. Os artigos, resenhas e demais contribuições devem girar em torno de temáticas que envolvam racionalidades, desenvolvimento ou fronteiras, abordagens e perspectivas de caráter interdisciplinar. Trata-se de uma revista *online*, formatada em pdf, publicada exclusivamente em ambiente virtual (internet) de acesso irrestrito. Os artigos, resenhas e demais contribuições publicadas implicam na transferência de direitos do(s) autor(es) para a revista. É de extrema importância salientar que não são pagos direitos autorais pelos textos publicados.

Os artigos, resenhas e demais contribuições enviadas para publicação na *Revista Orbis Latina* são apreciados por pareceristas pelo sistema *blind review*.

A *Revista Orbis Latina* receberá textos que contenham as seguintes características:

- i) Artigos Científicos – Os textos devem conter no mínimo 5 e no máximo 30 laudas em formato *Word* ou equivalente. Os artigos devem obrigatoriamente apresentar título, resumo (300 palavras no máximo) e palavras-chave (mínimo três e máximo de sete) em pelo menos dois idiomas, introdução, conclusão e referências. Na folha de rosto deverá aparecer o título e o(s) nome(s) do(s) autor(es), com respectiva identificação em nota de rodapé (titulação, instituição de origem, titulação e correio eletrônico. A formatação do artigo deve ser em tamanho A4, margens 2,5 cm, fonte *times new roman* e/ou arial 12 e espaçamento simples. Artigos de iniciação científica devem ter, no máximo, 10 laudas.
- ii) Resenhas – As resenhas devem conter no mínimo 3 e no máximo 25 laudas em formato word ou equivalente. Na folha de rosto deverá aparecer os dados do livro e o nome do autor da resenha, com respectiva identificação em nota de rodapé (titulação, instituição de origem, titulação e correio eletrônico. A formatação deve ser em tamanho A4, margens 2,5 cm, fonte *times new roman* e/ou arial 12 e espaçamento simples.
- iii) Demais Contribuições – As contribuições de caráter cultural devem conter no máximo 10 laudas em formato word ou equivalente. Na folha de rosto deverá aparecer o título e os dados do autor, com respectiva identificação em nota de rodapé (titulação, instituição de origem, titulação e correio eletrônico. A formatação deve ser em tamanho A4, margens 2,5 cm, fonte *times new roman* e/ou arial 12 e espaçamento simples.

Os autores de artigos, resenhas e demais contribuições devem encaminhar suas colaborações, sem identificação, através do *website* <https://revistas.unila.edu.br/index.php/orbis>.